

ESTUDOS REGIONAIS

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS
PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - Nº 1 - 2003

INOVAÇÃO

DINÂMICAS TERRITORIAIS DE INOVAÇÃO:
O CASO DO SECTOR TÊXTIL-CONFECÇÕES NO ARCO
URBANO DO CENTRO INTERIOR

TURISMO

COMPETITIVIDADE TURÍSTICA REGIONAL:
AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS MERCADOS, 1991-2001

INSERÇÃO TERRITORIAL DAS ACTIVIDADES
TURÍSTICAS EM PORTUGAL - UMA TIPOLOGIA
DE CARACTERIZAÇÃO

MERCADO DE TRABALHO

MOBILIDADE DA MÃO-DE-OBRA ENTRE OS ESTADOS DO
MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO NORTE, 1998-2000
UMA APLICAÇÃO COM CADEIAS DE MARKOV

IMIGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO
DE TRABALHO - O CASO PORTUGUÊS

ESTUDOS REGIONAIS

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS
PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - Nº 1 - 2003

INOVAÇÃO

DINÂMICAS TERRITORIAIS DE INOVAÇÃO:
O CASO DO SECTOR TÊXTIL-CONFECÇÕES NO ARCO
URBANO DO CENTRO INTERIOR

TURISMO

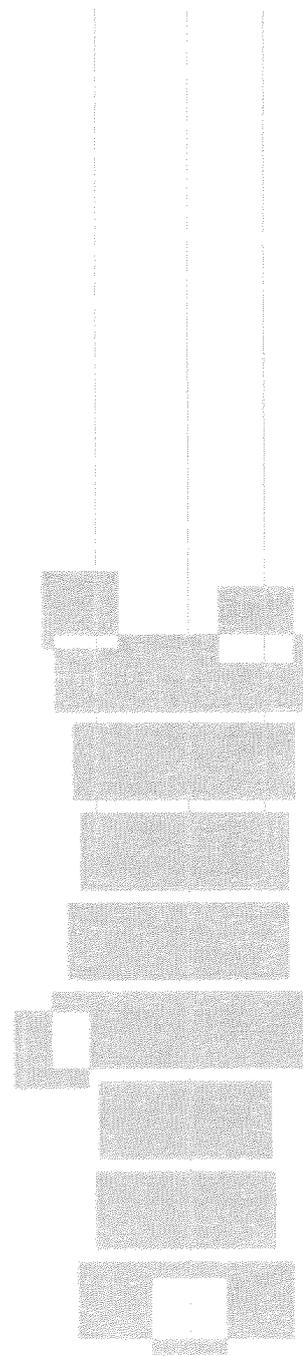
COMPETITIVIDADE TURÍSTICA REGIONAL:
AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS MERCADOS, 1991-2001

INSERÇÃO TERRITORIAL DAS ACTIVIDADES
TURÍSTICAS EM PORTUGAL - UMA TIPOLOGIA
DE CARACTERIZAÇÃO

MERCADO DE TRABALHO

MOBILIDADE DA MÃO-DE-OBRA ENTRE OS ESTADOS DO
MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO NORTE, 1998-2000
UMA APLICAÇÃO COM CADEIAS DE MARKOV

IMIGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO
DE TRABALHO - O CASO PORTUGUÊS



DIRECÇÃO EDITORIAL

Editor Chefe: **Henrique Soares de Albergaria**

Co-editores: **João Barbosa de Melo e José Leite Pereira**

COMITÉ EDITORIAL

Adriano Pimpão, Universidade do Algarve
Álvaro Domingues, Universidade do Porto
António Figueiredo, Universidade do Porto
António Pais Antunes, Universidade de Coimbra
António Simões Lopes, Universidade Técnica de Lisboa
Artur Rosa Pires, Universidade de Aveiro
Felisberto Marques Reigado, Universidade da Beira Interior
Fernando Ruivo, Universidade de Coimbra
Francisco Diniz, Universidade de Trás-os-Montes
João Ferrão, Universidade Clássica de Lisboa
José Cadima Ribeiro, Universidade do Minho
José Pedro Pontes, Universidade Técnica de Lisboa
José Reis, Universidade de Coimbra
José Silva Costa, Universidade do Porto
Manuel Brandão Alves, Universidade Técnica de Lisboa
Maria Filomena Mendes, Universidade de Évora
Mário Fortuna, Universidade dos Açores
Mário Rui Silva, Universidade do Porto
Paulo Dias Correia, Universidade Técnica de Lisboa
Pedro Nogueira Ramos, Universidade de Coimbra
Rui Nuno Baleiras, Universidade Nova de Lisboa

CATALOGAÇÃO RECOMENDADA

www.ine.pt
www.apdr.pt

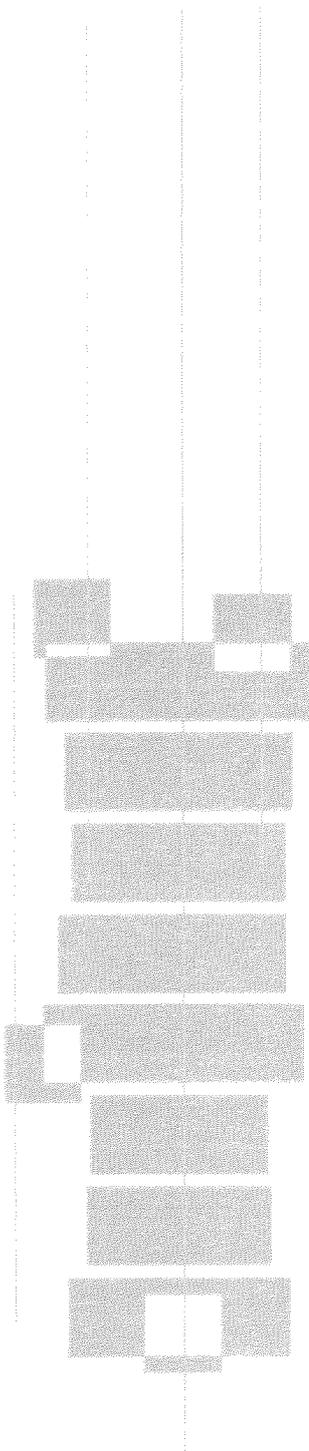
REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS. Lisboa, 2003-
Revista portuguesa de estudos regionais / ed. Instituto Nacional de Estatística,
APDR-Associação Portuguesa para o Desenvolvimento
Regional. - 1º trim 2003- . - Lisboa : I.N.E., 2003- . - 30 cm
Trimestral
ISSN 1645-586X

FICHA TÉCNICA

| REVISÃO TÉCNICA: Magda Ribeiro e Ana Alexandrino Silva | COMPOSIÇÃO: Helena Nogueira
| CAPA: Eduardo Esteves e Helena Nogueira | IMPRESSÃO: INE - Secção de Artes Gráficas - Junho 2003
| TIRAGEM: 500 exemplares | DEPÓSITO LEGAL Nº 190875/03
| PREÇO: Avulso € 17.50 (iva incluído) / Assinatura € 40.00 (iva incluído)

ÍNDICE

ÍNDICE



Editorial	5
Dinâmicas Territoriais de Inovação: O caso do Sector têxtil-confecções no Arco Urbano do Centro Interior	7
DOMINGOS SANTOS	
Competitividade Turística Regional: Avaliação dos Principais Mercados, 1991-2001	29
PAULO ÁGUAS ANA GRADE PETER DE SOUSA	
Inserção Territorial das Actividades Turísticas em Portugal – Uma Tipologia de Caracterização	53
JOÃO ALBINO MATOS DA SILVA JOÃO ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA	
Mobilidade da mão-de-obra entre os estados de Mercado de Trabalho da Região Norte, 1998-2000: Uma aplicação com Cadeias de Markov	75
SÓNIA TORRES RITA SOUSA	
Imigração, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho - O caso português	99
ALEXANDRA MANUELA GOMES SUSANA BAPTISTA	
Indicadores Estatísticos Regionais	129

EDITORIAL

A Revista Portuguesa de Estudos Regionais (RPER) é uma iniciativa conjunta do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR). Uma feliz articulação de vontades permitiu unir estes organismos num projecto editorial cujo objectivo principal é a divulgação da investigação sobre a realidade portuguesa na área interdisciplinar dos estudos regionais, locais e urbanos.

Para o INE, este projecto permite substituir o anterior modelo de difusão de estudos regionais que se dividia por quatro publicações diferentes, por outro mais racional, mais abrangente e beneficiando das mais valias resultantes do envolvimento directo de uma associação que conta como membros muitas dezenas de académicos que leccionam ou investigam na área da problemática regional e urbana.

Para a APDR, esta iniciativa constitui a possibilidade de concretizar um sonho já antigo de editar uma revista de qualidade dedicada ao território e ao espaço, encontrando no seu parceiro institucional não só a infraestrutura logística que torna essa aspiração viável mas beneficiando também dos estudos que o grupo de técnicos altamente qualificados dos Núcleos de Estudos do INE está em condições de produzir em benefício da Revista, como aliás se comprova logo neste primeiro número.

Esta nova revista é gerida por uma Direcção Editorial de 3 pessoas indicadas pela Direcção do INE e pela Direcção da APDR. Tem sede em Lisboa, nas instalações do INE, e o seu secretariado executivo funciona em Coimbra, na sede da APDR. O seu Conselho Editorial é composto por um conjunto de personalidades de reconhecido mérito científico nas áreas de especialização da RPER. De acordo com o seu Estatuto Editorial, a Revista procurará juntar ao rigor científico e qualidade dos artigos (garantidos por um rigoroso sistema de avaliação por "referees" anónimos) a adequação dos artigos à leitura por parte de qualquer pessoa com formação de nível superior nas áreas do território e do espaço. Serão estas pessoas o público-alvo da Revista: economistas, geógrafos, sociólogos, urbanistas, juristas, etc., que trabalham e investigam nas universidades e politécnicos, nas câmaras municipais e em outras instituições públicas ou privadas ligadas ao planeamento e estudo do território.

DINÂMICAS TERRITORIAIS DE INOVAÇÃO: O CASO DO SECTOR TÊXTIL-CONFECÇÕES NO ARCO URBANO DO CENTRO INTERIOR

Domingos Santos - Instituto Politécnico de Castelo Branco - E-mail: domingos.santos@ese.ipcb.pt

RESUMO:

O presente artigo analisa as dimensões territoriais dos processos de inovação no quadro do sector têxtil-confecções do Arco Urbano do Centro Interior. A primeira parte do artigo sustenta que o papel dos mecanismos territoriais de aprendizagem é de importância estratégica na promoção do potencial regional de inovação. As investigações no âmbito das políticas regionais contemporâneas permitem argumentar que a competitividade empresarial e territorial de longo-prazo tem menos a ver com a tradicional optimização na alocação dos factores e a eficiência de custos, e mais com o alargamento da respectiva base cognitiva. Os resultados empíricos são demonstrativos da incipiente base interactiva entre os actores que corporizam o sistema regional de inovação, uma situação que se traduz na debilidade dos laços de territorialização das dinâmicas de inovação prevalentes nas empresas têxteis e de confecções inquiridas. Os empresários confundem estratégias de modernização com estratégias de inovação e, neste quadro, o perfil inovador prevalente é de padrão imitativo, incremental e estimulado exogenamente.

Palavras-chave: território, inovação, desenvolvimento regional, sistema regional de inovação, indústria têxtil-confecções.

ABSTRACT:

This article examines the territorial dimension of the innovation processes of the textile-clothing sector on an old industrialised area in a peripheral area of Portugal. The first part of the article argues that the role of localized learning is of strategic importance in the promotion of the regional innovation potential. With reference to current research on regional policy, the author also argues that sustainable regional strength is built on a continuously upgraded knowledge base, rather than on general factor endowment. The empirical results stressed the very fragile base of interaction among the regional innovation actors, a situation that severely restrains the capacity to foster a regionally based innovation system. Innovations predominantly follow prevailing technological trajectories and are mainly of the incremental type. Furthermore, a very restrictive notion of innovation predominates among these entrepreneurs as they confuse modernization strategies with innovation. The firms' partners along the value chain are not usually in the region, and innovation dynamics are not regionally embedded.

Keywords: territory, innovation, regional development, regional innovation system, textile and clothing industry.

1. INOVAÇÃO E TERRITÓRIO

É hoje praticamente unânime, na área da Economia Regional, que a inovação constitui um dos vectores nucleares de qualquer dinâmica de incremento da competitividade empresarial e territorial, devendo ser entendida não apenas na estrita acepção tecnológica (engenharia do produto e do processo) mas incluindo, também, as dimensões organizacional (gestão, mercados, etc.) e institucional (parcerias, redes de cooperação, etc.) (Cooke e Morgan, 1993; Morgan, 1997; Antonelli, 2001; Ferrão, 2001), sendo resultante não de um processo linear dinamizado somente pelo lado da oferta C&T (*technology-push*) ou pelo lado da procura (*demand-pull*) mas antes de uma combinatória interactiva de factores em que as determinantes da inovação adstritas à envolvente institucional e territorial são igualmente importantes.

É também reconhecido, actualmente, que a globalização acentuou a mudança operada nas estratégias empresariais, de uma competição estática baseada no preço para uma competição dinâmica que favorece as regiões que sejam capazes de (re)criar conhecimento e saber-fazer específico mais rapidamente do que os seus competidores. Ora, a moderna economia do conhecimento e da aprendizagem é, implicitamente, uma economia que funda os alicerces das suas vantagens competitivas no apelo sistemático à inovação e, argumento vital no contexto do presente estudo, os actuais processos de aprendizagem, geração de conhecimento e produção de inovação não respeitam unicamente às chamadas indústrias de alta tecnologia mas são também *verdadeiramente essenciais às indústrias tradicionais de média e baixa intensidade tecnológica* (Malmberg e Maskell, 1999: 7), como, por exemplo, os têxteis e o agro-alimentar.

A inovação passa, assim, a ser entendida, sobretudo, como a resultante de um processo colectivo, complexo

e interactivo (*as empresas não inovam sozinhas!*) em que as unidades empresariais dependem do acesso ao conhecimento emanado de diversos agentes públicos e privados. Não é, pois, de admirar que, nestas circunstâncias, *a empresa inovadora seja vista como produto do seu meio local, e este seja entendido como verdadeiro agente inovador* (Genosko, 1997: 287), tese que, *grosso modo*, é perflhada por três abordagens das relações entre o desenvolvimento territorial e a inovação, as quais, basicamente, formulam a ideia de que a competitividade territorial é, cada vez mais, tributária da *capacidade de geração de conhecimento e de promoção de mecanismos territoriais de aprendizagem* (Malmberg e Maskell, 1999: 20).

Desde logo, a problemática da inovação, com os seus impactes empresariais e territoriais, tem constituído matéria de intenso estudo por Escolas da Ciência Regional, cujas semelhanças analíticas e operativas, aliás, as colocam mais como abordagens complementares: por um lado, desde 1985, o quadro teórico construído pelos investigadores do GREMI (Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs), associado ao conceito de *Meio Inovador*, e que tem como expoentes autores, sobretudo francófonos, como Maillat, Camagni, Crevoisier, Quévit, etc; por outro lado, a abordagem das *Regiões Inteligentes*, surgida já no decurso do anos 90, que, fundamentalmente, assenta no alargamento da análise ao novo paradigma da economia do conhecimento, baseado no acesso às novas tecnologias de informação e de comunicação, tendo ficado célebre, neste contexto, a muito citada afirmação de Lundvall (1992) de que na economia contemporânea *o conhecimento é o mais importante recurso, enquanto a aprendizagem é o mais importante processo*. Fixado inicialmente por Florida (1995: 527), o conceito de região inteligente tem sido basicamente aprofundado, como modelo

de desenvolvimento territorial, por duas linhas similares de abordagem, uma entroncando em autores escandinavos, cujos nomes mais sonantes são Asheim, Isaksen, Malmberg e Maskell, e outra centrada no trabalho de dois investigadores da Universidade de Cardiff, no País de Gales, Philip Cooke e Kevin Morgan. O conceito de região inteligente, filiando claramente no conceito mais amadurecido de meio inovador, constitui uma óbvia declinação semântica deste último, compaginando também, a nosso ver, uma derivação linguística (*milieu innovateur vs learning region*).

Por outro lado, a inovação procede, em larga medida, de uma dinâmica conjugada que envolve uma multiplicidade de actores e que, através de arquitecturas organizacionais e institucionais de natureza cooperativa, integram e metabolizam, em contínuo, informações e outros recursos estratégicos. Surgiu, assim, a necessidade de valorizar a envolvente empresarial nos domínios da assistência tecnológica e da prestação de serviços não rotineiros capazes de acrescentarem diferenciação e valor às produções. A inovação é, pois, ditada pela boa gestão e eficiente utilização dos fluxos estratégicos de informação e criação de conhecimento, passando alguns autores (Howells, 1996; Asheim e Isaksen, 1997; Todtling e Sedlacek, 1997; Simmie e Hart, 1999) a defender, como medida prioritária de desenvolvimento regional, a noção de *Sistema Regional de Inovação* que, em termos muito sintéticos, compreende um determinado sistema produtivo e sua envolvente político-institucional. O conceito de sistema regional de inovação assume, actualmente, e cada vez mais, um papel eminentemente instrumental, muito associado às políticas de inovação e à implementação de estratégias regionais de inovação (Landabaso, 1997: 19), diferenciando-se de modo muito vincado, por essa dimensão mais operativa, das abordagens antes enunciadas. O objectivo primeiro deste modelo visa, pois, reforçar os patamares territoriais de

competitividade, tornando os *meios* mais *inovadores* e as *regiões* mais *inteligentes* – no âmbito do clássico *trade-off* entre a *curiosity* e a *utility*, digamos que a abordagem dos sistemas regionais de inovação pende nitidamente para a segunda.

A dinâmica de inovação aparece baseada em recursos que *consustanciam activos territoriais específicos, não sendo, por isso, um processo foot-loose*, (Asheim e Isaksen, 1997: 299). Não surpreende que os sistemas de produção e de inovação, territorialmente ancorados, sejam crescentemente vistos como instrumentos privilegiados para captar e recrear conhecimento. Esta mudança de paradigma acarreta uma nova percepção das relações entre a dinâmica industrial e o desenvolvimento regional: a sustentabilidade competitiva de longo-prazo tem menos a ver com a tradicional optimização na alocação dos factores e a eficiência de custos, e mais com a capacidade que as empresas e as instituições demonstrem em inovar, ou seja, em alargar as suas bases de conhecimento (Hallin e Malmberg, 1996; Asheim e Isaksen, 1997; Santos, 2000; Antonelli, 2001).

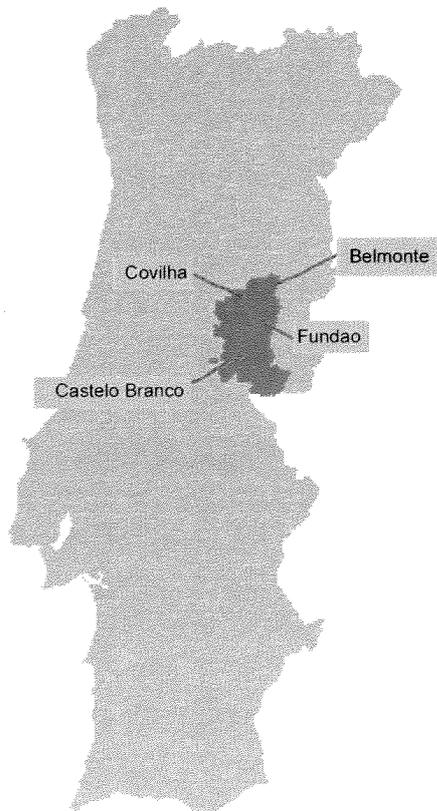
A inovação releva, assim, de uma dinâmica conjugada que envolve uma multiplicidade de actores, como as empresas, os organismos de investigação, os centros tecnológicos, as escolas e os centros de formação, os organismos de interface, as autarquias, as próprias instituições financeiras, os quais, através de arquitecturas organizacionais e institucionais de natureza cooperativa, integram e metabolizam, em contínuo, informações e recursos estratégicos (Edquist, 1997; Braczyk et alii, 1998; Maillat, 1998; Ferrão, 2001; Todtling e Kaufmann, 2001).

2. O ARCO URBANO DO CENTRO INTERIOR: A INDÚSTRIA TÊXTIL-CONFECÇÕES COMO VECTOR NUCLEAR DA DINÂMICA SÓCIO-ECONÓMICA

A sub-região limitada pelos concelhos de Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Belmonte constitui um território periférico que corresponde, basicamente, ao espaço de concentração da actividade económica e do emprego do distrito de Castelo Branco, no interior de Portugal, configurando uma vertebração urbano-económica que constitui, na prática, o eixo nuclear do, assim designado, Arco Urbano do Centro Interior (AUCI).

FIGURA 1

O Arco Urbano do Centro Interior: localização



Trata-se de uma área geográfica que apresenta um conjunto de especificidades que interessa apontar:

- 1) desde logo, detém uma razoável capacidade produtiva transformadora, estruturando importantes actividades no domínio industrial;
- 2) sustenta uma parte muito significativa do emprego da região, ancorado, nomeadamente, nos sectores dos serviços e, no que toca ao emprego no sector secundário, associado essencialmente à fileira têxtil, cuja génese remonta ao séc. XVIII, com epicentro na Covilhã;
- 3) é sede de um vasto conjunto de instituições que actuam, directa ou indirectamente, na área da promoção do desenvolvimento económico e empresarial;
- 4) é dotada de uma rede de equipamentos de valências muito diversificadas, desde o ensino e a educação, passando pela saúde, até esferas de apoio nos domínios da regulação social;
- 5) constitui um quadro locacional que tem visto, ultimamente, as suas limitações no âmbito das acessibilidades intra e inter-regionais francamente melhoradas, salientando-se, designadamente, a sua posição de charneira à escala do mercado ibérico polarizado em torno das capitais ibéricas.

A população residente nos concelhos que corporizam o Arco Urbano do Centro Interior era, em 2001, de 143500 habitantes, representando cerca de 70% do efectivo populacional do distrito e apenas 8.3% da população residente na Região Centro. O facto de a maior parte da população distrital estar concentrada nos concelhos que compõem o AUCI é reflexo, em larga medida, da capacidade relativa de criação de emprego polarizada em torno da dinâmica empresarial evidenciada pelos concelhos de Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Belmonte, que constituem

núcleos fundamentais de amarração do emprego regional. Saliente-se igualmente a sua dinâmica demográfica recessiva, plasmada no facto de, entre 1981 e 2001, a variação percentual da população residente ter sido de cerca de -8%, enquanto no distrito foi, no mesmo período, de -13%.

Existe actualmente no AUCI um quadro alargado de actores e capacidades que possibilitou a sedimentação, neste território, de um importante conjunto de factores de competitividade territorial que têm tido tradução nas dinâmicas económicas percorridas, o que é particularmente visível se se atentar nas estatísticas do emprego para essa sub-região, como se pode constatar pela observação do quadro que a seguir se apresenta.

QUADRO 1

**Evolução do número de pessoas ao serviço no AUCI, segundo a CAE
(1986/93/00)**

	Número de pessoas ao serviço						Taxa de variação		
	1986		1993		2000		86-93	93-00	86-00
	N.º	%	N.º	%	N.º	%			
Agricultura	728	2,7	909	2,9	863	2,7	+ 24,8	- 5,0	+ 18,5
Ind. Extractiva	1 424	5,2	409	1,3	253	0,8	- 71,2	- 38,1	- 82,2
Ind. Transformadora	16 213	59,1	16 791	53,1	15 847	49,8	+ 3,6	- 5,6	- 2,3
Alimentares, Bebidas, Tabacos	1 181	4,3	1 261	4,0	1 179	3,7	+ 6,8	- 6,5	+ 0,1
Têxteis, Vest., Couro, Calçado	12 690	46,7	12 104	38,3	11 168	35,1	- 4,6	- 7,7	- 12,0
Madeira, Cortiça	730	2,7	710	2,3	688	2,2	- 2,7	- 3,1	- 5,8
Papel, Artes Gráficas	360	1,3	243	0,8	166	0,5	- 32,5	- 31,7	- 53,9
Química	127	0,5	75	0,2	115	0,3	- 41,0	+ 53,3	- 9,4
Produtos Min. Não Metálicos	545	2,0	545	1,7	506	1,6	+ 0,0	- 7,2	- 7,2
Metalúrgica de Base	100	0,4	69	0,2	3	0,0	- 31,0	- 95,7	- 97,0
Produtos Metálicos e Máquinas	648	2,3	1 753	5,5	2 066	6,5	+ 170,5	+ 17,9	+ 218,8
Outras Ind. Transformadoras	15	0,0	31	0,1	300	0,9	+ 106,7	+ 867,8	+ 1 900,0
Electricidade, Água e Gás	84	0,3	185	0,6	187	0,6	+ 120,2	+ 1,1	+ 122,7
Construção e Obras Públicas	1 309	4,8	2 645	8,4	2 638	8,3	+ 102,1	+ 0,0	+ 101,5
Comércio	3 562	13,0	5 655	17,9	7 327	23,0	+ 58,8	+ 29,6	+ 105,7
Grossista e Retalhista	3 022	11,0	4 558	14,4	6 061	19,0	+ 50,8	+ 33,0	+ 100,1
Restaurantes e Hotéis	540	2,0	1 097	3,5	1 266	4,0	+ 103,1	+ 15,4	+ 134,4
Transp., Armaz. e Comunicações	1 335	4,8	1 134	3,6	1 072	3,4	- 14,8	- 5,5	- 19,7
Banca, Seg. e Op. Sobre Imóveis	725	2,6	1 078	3,4	1 283	4,0	+ 48,7	+ 19,9	+ 77,0
Serviços Prest. Colectividade	2 071	7,5	2 710	8,8	2 369	7,4	+ 30,9	- 12,6	+ 14,4
Total	27 451	100,0	31 616	100,0	31 839	100,0	+ 15,2	+ 0,7	+ 16,0

Fonte: DETEFP - MTS

Na óptica da análise do emprego estruturado esta sub-região é ainda fortemente industrial e têxtil. Com efeito, a evolução do número de pessoas ao serviço é bem demonstrativa da importância empregadora do sector secundário, se bem que este venha sofrendo um progressivo esvaziamento: repare-se que, em 1986, representava 59.1% do total do emprego, em 1993 tinha decrescido para 53.1%, e em 2000 o valor já se cifrava em 49.8%, ou seja, ocorre uma diminuição de praticamente 10% num período de catorze anos que foi basicamente compensada por um concomitante acréscimo no sector do comércio e, em menor grau, pelas actividades de construção civil e obras públicas.

Aliás, esse quadro configura também, de certo modo, um dos grandes desafios económicos que se colocam à sub-região e que se prende com a incapacidade de erigir alternativas de diversificação de emprego qualificado e gerador de riqueza: repare-se que, entre 1986 e 2000, no domínio da indústria transformadora, a única modificação tangível que se concretizou com expressão empregadora se verificou no sub-sector dos Produtos Metálicos e Máquinas, o que resultou, fundamentalmente, da captação de um investimento directo estrangeiro para Castelo Branco

relativo a uma empresa afiliada da General Motors, a Delphi, que fabrica cablagens para a indústria automóvel.

Repare-se que o emprego industrial do AUCI apresenta um perfil anormalmente desequilibrado, na medida em que um só ramo industrial, o Têxtil, Vestuário, Couro e Calçado, é responsável, em 2000, por cerca de 70% do emprego verificado no sector. Embora com um registo tendencialmente decrescente, o emprego neste ramo industrial, que em 1986 respondia por 46.7% do emprego, evoluiu, em 1993, para 38.3%, para se fixar, em 2000, em 35.1%¹, constituindo, de longe, a principal actividade empregadora deste espaço territorial, muito embora, para cada um dos quatro concelhos que o estruturam, a sua importância relativa apresente variações muito substanciais². Assim, em 2000, os dados atinentes ao emprego permitem constatar um conjunto de situações concelhias substancialmente diferenciadas, entre um valor mínimo de 20.8% em Castelo Branco até ao pólo extremo de Belmonte, em que o ramo fixa 71.4% da mão-de-obra, compaginando, este último caso, um verdadeiro fenómeno de mono-industrialização.

¹ Esse comportamento do emprego segue o decréscimo de cerca de 15% verificado no número de estabelecimentos do têxtil e nas confecções entre 1986 e 2000. Nesse período o número de estabelecimentos nesses ramos passa de 191 para 163, incidindo esses efeitos especialmente sobre os lanifícios. O número médio de pessoas ao serviço por estabelecimento no período em causa sofreu para o conjunto do sector uma pequena variação positiva, passando de cerca de 66 para 68, embora, mais uma vez, ocorra aqui um comportamento assimétrico dos ramos em análise: os têxteis/lanifícios, sofrendo de profundos processos de reestruturação, de *downsizing* e de encerramento de empresa, vêem diminuído esse indicador de, aproximadamente, 74 trabalhadores para 69, enquanto as confecções, evidenciando uma evolução relativamente favorável, passam de 48 pessoas ao serviço para 58.

² Relembre-se, aqui, a importância também da indústria têxtil e de vestuário na própria economia nacional, já que, em 1997, representava cerca de 26% do total do emprego na indústria transformadora (247 mil postos de trabalho), dos quais 44% se encontravam no ramo têxtil e os restantes 56% no ramo do vestuário (Kurt Salomon Associates, 2000).

QUADRO 2

Evolução do número de pessoas ao serviço no
AUCI (1986/93/00) na fileira têxtil³

	Número de pessoas ao serviço						Variação (%)		
	1986		1993		2000		86-93	93-00	86-00
	N.º	%	N.º	%	N.º	%			
C.Branco	1 845	14,6	2 463	20,5	2 510	22,5	+ 33,5	+ 1,9	+ 36,0
Fundão	560	4,4	1 097	9,1	1 189	10,7	+ 95,9	+ 8,4	+ 112,3
Covilhã	8 274	65,3	6 430	53,4	5 539	49,6	- 22,3	- 13,9	- 33,1
Belmonte	1 997	15,7	2 046	17,0	1 924	17,2	+ 2,5	- 6,0	- 3,7
AUCI	12 676	100,0	12 036	100,0	11 162	100,0	- 5,0	- 7,3	- 11,9

Fonte: DETEFP - MTS

As ilações que são passíveis de retirar do quadro 2 respeitam à diferente dinâmica de emprego registada ao nível municipal, com dois concelhos, Castelo Branco e Fundão, demonstrando um desempenho positivo de criação líquida de emprego neste ramo industrial, e os outros dois, designadamente a

Covilhã, mas também Belmonte, pelo contrário, exibindo uma retracção, com libertação de mão-de-obra. No caso já assinalado da Covilhã essa tendência é particularmente nítida, já que, entre 1986 e 2000, um em cada três empregos no sub-sector foi suprimido.

QUADRO 3

Evolução do número de pessoas ao serviço no AUCI
(1986/93/00) nos ramos dos têxteis e das confecções

	Pessoas ao serviço no ramo dos têxteis					Pessoas ao serviço no ramo das confecções				
	1986		2000		Tx var. (%)	1986		2000		Tx var. (%)
	N.º	%	N.º	%	86/00	N.º	%	N.º	%	86/00
C.Branco	1 015	14,3	712	19,3	- 29,9	830	14,9	1 798	24,0	+116,6
Fundão	83	1,2	66	1,8	- 20,0	477	8,6	1 123	15,0	+135,4
Covilhã	6 018	84,5	2 896	78,8	- 51,9	2 256	40,6	2 643	35,2	+17,2
Belmonte	0	0,0	0	0,0	+0,0	1 997	35,9	1 924	25,8	- 3,7
AUCI	7 116	100,0	3 674	100,0	- 48,3	5 560	100,0	7 488	100,0	+34,7

Fonte: DETEFP - MTS

³ Os valores acima apresentados encontram-se já expurgados do emprego nos ramos do couro e calçado, que, aliás, são perfeitamente residuais, ou estão mesmo ausentes, no tecido produtivo sub-regional.

Interessa, agora, aprofundar as raízes deste comportamento geograficamente tão diferenciado e isso implica, metodologicamente, apertar o crivo de análise, partindo para uma análise que investigue discriminadamente o ramo têxtil e o ramo das confecções, já que eles possuem tradicionalmente um enquadramento distinto na sub-região.

O quadro 3 atrás apresentado é perfeitamente elucidativo da realidade produtiva encontrada na indústria têxtil e de confecções do AUCI, permitindo deduzir algumas conclusões que nos parecem interessantes na perspectiva da presente investigação:

- desde logo, o padrão de comportamento assimétrico observado nos dois ramos em análise enquanto o têxtil, basicamente ancorado na secular tradição de lanifícios existente na sub-região, perde, no período de quatorze anos, praticamente metade da sua força de trabalho, situação que abrange todos os concelhos do AUCI, o inverso é verificado nas confecções, que, no mesmo espaço temporal, aumentam de 34.7% o seu volume global de emprego, verificando-se em três dos quatro concelhos essa tendência positiva de criação de emprego;
- dir-se-ia que essa capacidade que a fileira têxtil assumiu, de alongamento para jusante, permitiu, no essencial, manter níveis elevados de emprego no sub-sector, contrabalançando as perdas ocorridas nos lanifícios com a criação de emprego nas confecções.

A expansão da indústria têxtil, e mais recentemente também de confecções, no AUCI foi alicerçada, basicamente, numa política de investimentos de baixa gama que deu origem a uma estrutura industrial vulnerável à concorrência, que hoje se coloca tanto nos tradicionais mercados de exportação, como no mercado interno, uma vez eliminadas as protecções aduaneiras⁴. Esse modelo empresarial está a sofrer profundas alterações que apelam, crescentemente, a uma renovação qualitativa dos factores básicos de competitividade – de um paradigma de *weak competitiveness*, que apela em larga medida à intensividade de mão-de-obra de baixo custo como variável estrutural de ajustamento, para um outro de *strong competitiveness*, em que a inovação, nas suas diversas modalidades, o *design*, o *labelling*, a qualidade e o *marketing* são as palavras-chave.

3. METODOLOGIA

O trabalho empírico desenvolvido resultou, em larga medida, de um inquérito por questionário conduzido presencialmente a empresas dos ramos têxtil e confecções do AUCI, no âmbito de um processo de investigação conducente a doutoramento (Santos, 2002). De salientar que, dada a profundidade do instrumento de inquirição, optámos, como referimos, pela modalidade do inquérito por questionário presencial às empresas, por forma a assegurarmos quer uma taxa de respostas significativa, quer uma melhor *tradução* do espírito das perguntas e do entendimento das respostas fornecidas, assim elevando os níveis de fiabilidade desta metodologia

⁴ É necessário ter em linha de conta que, a nível mundial, a indústria têxtil e do vestuário atravessa um período de profundas alterações, como consequência do programa de transição previsto pelo Acordo de Têxteis e Vestuário da Organização Mundial do Comércio, através do qual serão progressivamente (até ao ano 2005) eliminadas as restrições quantitativas previstas no Acordo Multifibras, que deixou de vigorar desde 1995.

de investigação – neste caso utilizámos uma variante que Quivy e Campenhoudt (1998: 188) denominam de *administração indirecta*, já que é o próprio inquiridor que completa o questionário a partir das respostas que lhe são fornecidas pelo inquirido.

A selecção das empresas foi definida com base na auscultação do seu desempenho junto de alguns actores locais privilegiados (por exemplo, associações empresariais, centro tecnológico sectorial – o CITEVE, etc.), cruzando essa informação com a proveniente das listagens de empresas que acederam a programas comunitários para efeitos de modernização e internacionalização (Programas PEDIP I/II e RETEX). Obteve-se, assim, um conjunto de empresas da região que correspondem àquelas que mais se têm salientado pelo seu posicionamento competitivo, actuando mesmo, nalguns casos, como fontes de emulação empresarial, interessando saber se esse esforço de modernização tem tido repercussão ao nível do seu potencial inovador e, igualmente, de que modo é que ele é enquadrado territorialmente. Não estavam em causa, por essa opção analítica, critérios de representatividade sectorial, dimensional ou geográfica mas, tão somente, como já sublinhámos, o estudo das empresas têxteis deste espaço territorial que mais se têm distinguido pelo seu posicionamento competitivo no mercado – deste modo, fica claro que as ilações retiradas não pretendem ser representativas da dinâmica global

da fileira têxtil à escala da região, mas, tão somente, numa perspectiva vincadamente pragmática de ligação a jusante, visam, em primeira instância, poder vir a fornecer contributos para a formulação de políticas de inovação territorializadas em áreas periféricas, se bem que estejamos cientes de que, precisamente devido a essa especificidade territorial, existam sempre problemas de transferibilidade inter-regional das conclusões extraídas.

Foram seleccionadas 15 empresas deste espaço territorial, sendo 6 do ramo dos têxteis⁵ e 9 do ramo das confecções⁶, o que corresponde, em termos de volume de emprego, a 4431 postos de trabalho, ou seja, cerca de 39.7% do total do emprego do AUCI neste sector industrial específico. Deste valor global, o emprego gerado pelas 6 unidades empresariais têxteis inquiridas representa 1905 postos de trabalho (cerca de 51.9% do total do ramo na sub-região), enquanto as 9 empresas do ramo das confecções são responsáveis pelo emprego de 2526 trabalhadores (cerca de 33.7% do total do ramo no AUCI)⁷.

Complementarmente, procedemos à auscultação do universo institucional regional na área da prestação de serviços tecnológicos e organizacionais de valor acrescentado, através da aplicação de um guião de entrevista semi-directiva às chamadas Instituições de Suporte da Inovação.

⁵ Destas unidades empresariais seleccionadas, cinco correspondem ao CAE – 17230 (Tecelagem de fio do tipo lã penteada) e uma ao CAE – 17544 (Outras indústrias têxteis diversas).

⁶ A totalidade das empresas de vestuário seleccionadas corresponde ao CAE – 18221 (Confecção de outro vestuário exterior).

⁷ Estas 15 empresas analisadas, que representam cerca de 10% do universo empresarial têxtil e de confecções deste espaço beirão, apresentam uma dimensão média de 295 trabalhadores, correspondendo ao têxtil um perfil dimensional mais elevado (381 trabalhadores) e às confecções os valores relativos mais reduzidos (281 trabalhadores) – ora, se atentarmos na dimensão real média para cada um destes ramos na sub-região (69 para o têxtil e 58 para as confecções), facilmente constatamos que esta amostra não é de todo representativa do padrão dimensional das empresas da fileira têxtil do AUCI, estando claramente sobre-representadas na amostra as classes de maior porte.

4. PERFIL DE INOVAÇÃO DAS EMPRESAS TÊXTEIS E DE CONFECÇÕES DO AUCI: DILEMAS E DESAFIOS

UM PADRÃO DE INOVAÇÃO REACTIVO, ADAPTATIVO E INCREMENTAL

O AUCI tem vindo a corporizar uma estratégia competitiva que resulta, em boa medida, da intensificação capitalística dos seus processos produtivos, o que basicamente depende das condições de acesso internacional ao estado-da-arte da tecnologia. Esta situação acarreta desvantagens competitivas estruturais, na estrita medida em que as determinantes de competitividade relevam cada vez menos da acessibilidade física a essas tecnologias e mais da capacidade de as utilizar como instrumento de uma estratégia mais lata de promoção do potencial inovador, o que remete para o conjunto de condições de suporte que sustentam os mecanismos de adaptação e aproveitamento dessas tecnologias.

O modelo industrial característico do sector têxtil e de vestuário do AUCI tem ainda, basicamente, como variável de ajustamento competitivo, o factor preço do trabalho, mas não é hoje defensável, à luz da argumentação aduzida, que esse padrão de especialização industrial possa subsistir às transformações sócio-económicas que se vão acentuando, abrindo a porta para que se possa enveredar decisivamente por uma trajectória de qualificação da função empresarial que, entre outras vertentes, possa basear a sua estratégia de inserção competitiva na afirmação da inovação enquanto factor de diferenciação e de promoção da qualidade. À luz destas novas formulações, a empresa deixa de ser vista apenas, ou essencialmente, como uma entidade de produção para se tornar um criador de activos e, neste preciso contexto, cada vez mais um criador de activos incorpóreos ligados à absorção de conhecimentos codificados e à sua fusão com o conhecimento empírico.

No quadro estrito da dinâmica de inovação diagnosticada nas empresas analisadas, existe impossibilidade empírica em afirmar que estamos perante um cenário de competitividade assente na inovação e na fertilização entre o conhecimento científico e o conhecimento empírico. O que se verifica é, basicamente, uma estimulação externa das estratégias empresariais que prosseguem predominantemente vias de modernização de equipamentos e de renovação dos seus *portfolios* de produtos com recurso a estratégias imitativas, num cenário de inovação como resposta às flutuações dos mercados finais. A inovação significa a opção por uma trajectória contínua de introdução de pequenas melhorias e aperfeiçoamentos que resultam em acabamentos de superior qualidade, crescente sofisticação tecnológica, padrões mais adequados aos gostos dos clientes, etc. – compagina, assim, um cenário de imitação criativa e dependente.

De todo o modo, como resulta da evidência empírica recolhida, a quase totalidade das empresas inquiridas tem vindo a realizar um esforço de reposicionamento estratégico em segmentos mais valorizados da procura, evitando, assim, sofrer o impacte da erosão competitiva causada pela concorrência dos países com mais baixos custos de produção, o que, concomitantemente, tem implicado algum reforço dos mecanismos de absorção e recriação de conhecimento para garantir a afirmação das respectivas posições nos mercados globais, embora, a este nível, seja previsível a necessidade de acelerar e aprofundar o quadro de renovação dos modernos factores de competitividade.

UM PERFIL DE INOVAÇÃO ESTIMULADO EXOGENAMENTE, GUIADO PELAS MUDANÇAS COMERCIAIS

No contexto da globalização económica que condiciona a evolução das sociedades modernas, a questão da competitividade é um dos maiores

desafios que se coloca à indústria portuguesa, na medida em que enquadra um ambiente concorrencial cada vez mais agressivo e incerto. Neste novo cenário da economia mundial, o perfil de especialização da indústria portuguesa é demonstrativo de profundos bloqueios em termos do seu posicionamento competitivo global, seja ao nível dos produtos e das tecnologias, seja ao nível dos recursos humanos, seja, ainda, ao nível dos factores-chave de competitividade da actividade empresarial. A fileira têxtil reflecte, de algum modo, as virtudes e os defeitos da restante indústria nacional e, no fundo, foi esse o panorama que encontramos nos concelhos do Arco Urbano do Centro Interior, apesar da amostra de empresas seleccionada corresponder à *nata* empresarial dessa sub-região – as firmas assentam as suas estratégias competitivas na venda à escala internacional de capacidade de produção, fabricando de acordo com as especificações dos grandes clientes, normalmente sediados na União Europeia, alicerçando as suas vantagens competitivas nos conhecimentos específicos da fabricação e em baixos custos da mão-de-obra.

Os factores subjacentes à dinâmica de inovação que se diagnosticou são, fundamentalmente, os que se transmitem pela via do mercado, verticalmente, ao longo da cadeia de valor, resultando, como salientámos, frequentemente de contactos informais com clientes (grandes cadeias de distribuição e comercialização, como a Zara, Pull & Bear, Cortefiel, Benetton, etc.) e fornecedores – neste sentido, acaba por ser mais um processo personificado do que institucionalizado. Aliás, constata-se que a importância atribuída aos canais institucionais é assaz reduzida, predominando fluxos de circulação de informação que têm descurado o conhecimento de cariz mais científico e formal.

UM PERFIL INOVADOR QUE PRIVILEGIA AS MODALIDADES DE INOVAÇÃO DO PRODUTO E DO PROCESSO

Embora haja uma crescente aposta em factores complexos de competitividade que apostam na inovação como vector de diferenciação concorrencial, o certo é que, *grosso modo*, as empresas analisadas privilegiam dimensões que estão vinculadas, sobretudo, às modalidades de inovação no produto e inovação no processo, seguindo um padrão imitativo e incremental, mas descurando áreas relacionadas com as vertentes de organização/gestão e de comercialização e inserção nos mercados. De um modo geral, predomina um quadro de disjunção entre a esfera empresarial e a esfera institucional de conhecimento, o que releva quer da incapacidade em objectivar e estruturar padrões qualificados de procura de serviços estratégicos, quer da insuficiente extroversão das instituições de suporte e da inadequação do respectivo *portfolio* de oferta.

O modelo empresarial vigente valoriza, no essencial, as dimensões estritamente fabris e tecnológicas, daqui resultando um perfil competitivo em que os estrangulamentos detectados têm mais a ver com factores de natureza de concepção dos produtos, organizativa, comercial e de *marketing* do que produtiva, propriamente dita – situação que acaba por se traduzir num insuficiente alongamento da cadeia de valor, quer para montante, com deslocação em direcção ao desenvolvimento de produtos próprios e da incorporação de *design*, quer para jusante, em direcção ao domínio dos circuitos internacionais de distribuição e comercialização.

PREDDMÍNIO DE RELAÇÕES VERTICAIS DE
NATUREZA MERCANTIL – OS PARCEIROS MAIS
IMPORTANTES DA DINÂMICA DE INOVAÇÃO SÃO
OS CLIENTES E OS FORNECEDORES

Por outro lado, a evolução de conhecimentos estratégicos neste sector industrial de tradição ancestral tem revertido mais de contactos estabelecidos por canais formais de natureza comercial com clientes e fornecedores, geralmente localizados no exterior da sub-região (nos grandes centros de moda da União Europeia, como Milão, Paris ou Barcelona, por exemplo) do que de contactos inter-empresariais desenvolvidos internamente a este espaço territorial ou do relacionamento com a envolvente territorial de prestação de serviços de apoio no campo da inovação e da promoção da competitividade empresarial. Corporiza, assim, um modelo *Pavittiano* de produção inovadora.

O *know-how* existente no sector deriva, quase exclusivamente, de actividades de natureza empírica, encontrando-se, inversamente, com algumas excepções, o conhecimento científico praticamente arredado, ou ocupando um papel menor na formulação das estratégias empresariais e na determinação das respectivas competências distintas. Particularmente importante, e que daqui decorre, é o facto de as diversas tecnologias que são incorporadas nas empresas não apresentarem um tratamento sistemático que lhes permita ter um suporte científico-tecnológico consistente, o que deriva da inexistência de conhecimento científico matriciador, que permita abarcar um maior domínio sobre diferentes vectores do seu potencial de aplicabilidade.

A razoável *espessura institucional* instalada não projecta proporcional *capacidade institucional* de fertilização do tecido empresarial, especialmente no campo dos modernos factores de competitividade promotores da inovação, ficando aquém do expectável no que respeita à geração de economias externas de

aglomeração apropriáveis pelo universo empresarial inquirido, o que plasma o crónico *handicap* que é forçoso ultrapassar do ajustamento entre o saber-fazer terciário e o saber-fazer secundário, saberes estes que interessa diferenciar e valorizar.

INCIPIENTE DESENVOLVIMENTO E TERRITORIA-
LIZAÇÃO DOS MECANISMOS COLECTIVOS DE
APRENDIZAGEM

Na sintética elaboração teórica que efectuámos, sustentámos o argumento de que o conceito de sistema regional de inovação pode constituir o instrumento por excelência de promoção dos mecanismos de circulação de informação, de (re)criação cognitiva, de promoção de estruturas reticulares internas de cooperação e de articulação inter-territorial, induzindo um reordenamento do quadro de relações entre a economia e o território e permitindo criar um *melting-pot* favorável à germinação e afirmação de estratégias competitivas guiadas pela inovação. Ora, este espaço territorial tem vindo a manifestar lacunas em relação à criação das condições contextuais e estruturais que possam actuar como verdadeiros agentes catalíticos dos processos colectivos de aprendizagem, esbatendo o seu potencial impacto sobre a reconfiguração organizacional do tecido produtivo local.

O comportamento empresarial tem tido uma tradução que se resume, no essencial, ao facto de os factores de competitividade em que assenta não comportarem, ou só comportarem residualmente, uma dimensão de territorialização, dado que os elos da cadeia de valor estão, nos seus vectores estratégicos, basicamente ancorados extra-regionalmente, conclusão que, na sua essência, contraria os dados obtidos por Mota Campos (1997: 269), num outro estudo de caso, acerca da dinâmica de inovação na Região Norte de Portugal, que salienta que *o enraizamento das firmas no território é muito significativo, pois na maioria dos casos, os “inputs” são de origem sobretudo local.*

No caso do AUCI torna-se, pois, muito discutível assimilar proximidade geográfica ou aglomeração a territorialização. Os resultados empíricos obtidos deixam perceber que a proximidade geográfica não é suficiente para promover uma dinâmica territorial de inovação e as firmas inquiridas demonstram caracterizar-se por uma relação algo anónima com o respectivo território-suporte.

Em relação à dinâmica relacional dos actores, sobressai uma certa anemia no estabelecimento de laços de cooperação público-privado e inter-empresarial, plasmando, para utilizar a feliz expressão de Veltz (1994: 200), mais um *território-zona* do que um *território-rede*, não projectando economias de aglomeração apropriáveis pelo universo empresarial⁸ – no discurso construído em torno da noção de rede (Marcelpoil, 1998: 258), é claro que o tempo e a conectividade se sobrepõem ao efeito de proximidade, o que tem tradução, à escala do AUCI, na incapacidade em utilizar esse espaço de proximidade como um factor preponderante de construção de vantagens competitivas. Não nos parece, assim, ser possível falar da existência de um meio inovador mas de empresas inovadoras onde a renovação dos saberes decorre da adopção privilegiada de ligações a centros de moda e de comercialização exteriores, correspondendo a lógicas industriais que se desenrolam à escala internacional, no quadro de uma *área de especialização produtiva* (Garofoli, 1994: 37).

Neste cenário, parece pois poder validar-se a hipótese de que o território, neste caso específico, não tem constituído um suporte crucial da competitividade empresarial da fileira têxtil-confecções do AUCI, servindo mais como repositório locacional de empresas e instituições – neste caso, não parece ser

a idiosincrasia territorial o substrato privilegiado de geração de economias externas e de adensamento de interações produtivas que actuam como motor das dinâmicas de inovação.

O AUCI congrega, em termos estáticos e estruturais, os elementos basilares de um sistema regional de inovação canónico; todavia, em termos dinâmicos e funcionais, que é que verdadeiramente interessa do ponto de vista do desenvolvimento regional, configura ainda um estado muito embrionário de aprofundamento do capital relacional e de criação de mecanismos colectivos de aprendizagem conducentes à inovação.

Não basta dispor de actores institucionais, é forçoso activá-los e conferir-lhes uma dinâmica sistémica ajustada à trajectória de qualificação sócio-económica regional, parecendo, a este respeito, que o AUCI carece de um quadro matricial de convenções (padrão de cultura, laços de confiança, conhecimento informal mútuo, etc.) que actue como uma entidade agregadora e aprofunde os elos de ligação entre empresas e entre estas e a esfera institucional.

REDUZIDA IMPORTÂNCIA DAS ACTIVIDADES DE I&D

No domínio da tecnologia imaterial não existem soluções únicas. Existe, sim, um histórico de experiências acumuladas. É, por isso, que a aprendizagem tecnológica não se reduz nem se esgota na prática da Investigação e Desenvolvimento – o que, de certo modo, explica a reduzida importância da chamada *prática formal* de I&D nas empresas visitadas. Na verdade, mais importantes no processo de aprendizagem e acumulação tecnológica são as áreas da engenharia e gestão do processo produtivo,

⁸ Convirá, todavia, ter sempre presente a distinção entre proximidade e contiguidade, como sugerem Bramanti e Ratti (1997: 6): *se a aglomeração é para o espaço o que a aprendizagem é para o tempo, o território aponta para uma importante ligação, a proximidade, que não significa necessariamente contiguidade.*

da engenharia do produto e mesmo a área comercial no que respeita ao conhecimento do mercado e das necessidades reais dos clientes.

Os casos apresentados demonstram também que os processos de acumulação cognitiva são normalmente morosos e essencialmente incrementais, isto é, em geral não houve períodos de grande revolução na base de conhecimentos das empresas, mas sim um processo de absorção gradualista, conseguido à custa de esforço contínuo e dirigido a áreas de maior sofisticação que a empresa deseja dominar. Mais ainda, a natureza cumulativa destes processos de aprendizagem dificulta qualquer movimentação no sentido da diversificação para áreas tecnológicas fundamentalmente diferentes daquelas em que a empresa habitualmente trabalha.

ESCASSEZ DE RELAÇÕES PARA ALÉM DA
CADEIA DE VALOR – AS EMPRESAS POSSUEM
UMA REDUZIDA CAPACIDADE INTERNA PARA O
“NETWORKING”

Em termos gerais, parece existir um quadro tendencial de transição e upgrading do actual modelo sócio-produtivo dominado por algumas empresas-líder posicionadas em trajectórias tecnológicas e inovadoras mais competitivas que, de qualquer modo, enfrentam ainda o grande desafio de ultrapassarem o actual cenário que preside à lógica de inserção no mercado (produtos novos e perpetuamente modificados, concebidos em função da procura do consumidor, marca da distribuição, produto que pode ser fabricado em qualquer espaço produtivo, ...).

O aprofundamento deste quadro de análise no sentido da observação das dinâmicas de aprendizagem que ocorrem diferenciadamente no seio da sub-região, levou a considerar, conseqüentemente, dois processos:

- um, em que as empresas conseguem assegurar uma dinâmica de inovação de tipo incremental,

pela constante melhoria dos seus produtos, renovando-os (em particular, em cada nova colecção), modernizando os seus equipamentos produtivos (aqui os processos de aprendizagem são essencialmente do tipo *learning-by-doing* e de *learning-by-using* no seio das empresas); tem sido este o verdadeiro sustentáculo do actual perfil competitivo têxtil e de confecções do AUCI;

- outro, que implica uma dinâmica colectiva através da qual as empresas vão ajustando os seus saber-fazer especializados mediante as relações estabelecidas entre elas próprias e a envolvente institucional de suporte (uma dinâmica do tipo *learning-by-interacting*); repare-se que foi nesta vertente que foram detectadas claras lacunas que se prendem, principalmente, com a inexistência na sub-região de uma efectiva cultura de contacto propiciadora de uma acção colectiva de inovação.

FALTA DE ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DA
FUNÇÃO INOVAÇÃO

Há uma situação que compagina um quadro de permanente inovação, de carácter essencialmente incremental e adaptativa, que encerra, todavia, mais uma perspectiva ainda de controlo das mudanças (*fordismo*) do que a sua antecipação ou mesmo um mecanismo de adaptação (flexibilidade passiva). A empresa verdadeiramente inovadora e dinâmica conforma uma visão estratégico-prospectiva, actuando como uma organização que tende a incrementar, de modo sistemático, as suas capacidades de criação de recursos e de competências organizacionais e, nesse sentido, na sua larga maioria, as empresas analisadas, quer têxteis quer de confecções, não podem ser incluídas nesta classe por, essencialmente, carecerem de uma estratégia global de enquadramento da função inovação que entronque na respectiva política de

QUADRO 4

**Dinâmica de inovação: síntese das principais potencialidades e bloqueios
que as empresas têxteis e de confecções apresentam**

POTENCIALIDADES

- forte dotação de um saber-fazer secular na área têxtil que pode servir de matriz para padrões de inovação diferenciados face à concorrência;
- as estratégias de inovação empresarial têm vindo a privilegiar as modalidades associadas ao produto e ao processo, existindo, portanto, uma grande margem de progressão inerente ao aprofundamento das dimensões relativas à gestão/organização e aos mercados;
- existência de algumas empresas, quer no ramo têxtil quer no ramo das confecções, que já desenvolvem uma política de inovação bastante agressiva, podendo, assim, servir como fonte de emulação para as restantes;
- existência de projectos pioneiros, no AUCI, de colaboração empresas-universidade que têm sido bem sucedidos, abrindo a porta para o aprofundamento de relações nesta área;
- percepção de que estão esgotadas as virtualidades inerentes ao anterior modelo de produção que assentava na escala e nos baixos preços da mão-de-obra – as empresas querem partir para outros patamares de competitividade deixando de vender meramente capacidade de produção;
- crescente aposta das empresas na contínua melhoria dos padrões de qualidade dos seus produtos, o que torna ainda mais urgente o apelo à renovação dos factores competitivos, fazendo emergir dimensões como a inovação e a qualidade.

BLOQUEIOS

- a inovação não se apresenta, em regra, como um elemento fulcral da estratégia das empresas – parecem dominar vectores competitivos assentes na relação custo/qualidade e flexibilidade;
- prevalência de uma atitude empresarial que confunde estratégias de modernização com estratégias de inovação;
- aposta numa trajectória de inovação demasiadamente imitativa e seguidista;
- deficiente dotação de recursos humanos com níveis superiores de qualificação;
- insuficiente aposta em mecanismos internos e/ou externos de promoção de projectos de investigação de natureza aplicada e de desenvolvimento experimental de produtos;
- incipiente aprofundamento de alguns vectores de inovação, nomeadamente ao nível da gestão/organização e do mercado;
- insuficiente aproveitamento das capacidades funcionais de actores-chave do sistema regional de inovação;
- quase total ausência de canais formais de transmissão de informação relevante para a dinâmica de inovação que, *grosso modo*, segue por via do mercado, assentando nos contactos informais com clientes e fornecedores;
- incapacidade de aproveitar o *networking* e a cooperação empresarial com vista ao fomento do potencial de inovação;
- inércia no aproveitamento de programas nacionais e comunitários especialmente direccionados para o incremento do potencial empresarial de inovação.

desenvolvimento empresarial.

Relembremos, finalmente, que este estudo incidiu sobre uma amostra que não é de todo representativa do universo empresarial têxtil do AUCI, pelo que as conclusões apontadas, e as respectivas estratégias, não se alargam ao conjunto do sector. Repare-se que,

mesmo no âmbito das empresas estudadas, é possível equacionar diferentes cenários evolutivos, em função do seu posicionamento competitivo actual e do seu esforço de inovação. É expectável, por exemplo, como já apontámos, que algumas das empresas inquiridas consigam aprofundar a trajectória de qualificação

que traçaram, nomeadamente desenvolvendo a sua logística de *marketing* e consolidando estratégias de produção com *labelling* próprio, enquanto outras estarão certamente melhor colocadas para enveredarem por um estratégia que assente na colaboração com as grandes cadeias de distribuição e, finalmente, outras, pior apetrechadas tecnológica e organizacionalmente, bem como ao nível dos recursos humanos, podem ter que continuar a seguir uma via de fornecedores de capacidade produtiva, mas envolvendo-se desejavelmente em redes de subcontratação de maiores padrões de qualidade.

5. CONCLUSÃO: TRAJECTÓRIAS DE FUTURO E PISTAS DE INTERVENÇÃO

Como vimos, as actividades industriais de têxteis e de confecções do AUCI sofrem, actualmente, do dilema de, em simultâneo, terem de se confrontar com a necessidade imperiosa de apostarem em novos factores de competitividade, como a inovação e a qualidade, para o qual, na nossa óptica, não se encontram ainda devidamente apetrechadas, com o facto de serem ainda basicamente unidades empresariais adaptadas ao modelo *fordista* de produção de massa e de estratégias de custo – é esse difícil equilíbrio entre escala e especialidade, entre quantidade e qualidade, que, a nosso ver, precisa ainda de ser devidamente reconsiderado sob o ponto de vista da definição dos objectivos estratégicos prosseguidos e das respectivas prioridades, constituindo um dos nós górdios da problemática do têxtil neste espaço territorial.

A importância da inovação enquanto eixo estratégico de inovação coloca-se, portanto, verdadeiramente neste contexto: seguindo, na maioria dos casos, estratégias defensivas e dependentes, as empresas acabam por ficar reféns dos grandes dadores internacionais de encomendas, dado que são estes

que controlam os mercados, sendo também eles que definem o *design* e as características dos produtos. Ora, se as empresas não conseguirem ganhar margem de manobra, alargando e aprofundando competências no plano da concepção, do *know-how* de mercado e controlo dos circuitos de distribuição e comercialização, apostando, designadamente em nichos de mercado, arriscam-se a que os seus proveitos sejam *esmagados* pelos clientes, em resultado de uma relação claramente desigual, podendo, nestas circunstâncias, sobrevir um processo de erosão da capacidade competitiva das empresas e originar a cristalização do modelo empresarial em torno de padrões de especialização não qualificante. O problema que aqui surge tem, necessariamente, de ser bem equacionado, dado que uma eventual saída da órbita de dependência das grandes empresas de distribuição internacionais tem que pressupor a garantia de meios alternativos de inserção nos mercados de exportação.

Parece-nos, pois, fundamental que a fileira têxtil possa, coerentemente, enfrentar a passagem de um paradigma empresarial tradicional para um outro que é cada vez mais intensivo em conhecimento e em cultura relacional, quer pela aplicação da informática ao nível da concepção, fabrico e gestão da produção, quer pela importância crescente da inovação ao nível do produto, dos processos produtivos, da arquitectura organizacional, do *marketing* e dos canais de distribuição e comercialização – trata-se de verdadeiramente endogeneizar a inovação como eixo estratégico do posicionamento competitivo, deixando, em definitivo, de perceber a mudança tecnológica e organizacional como algo exógeno à própria actividade empresarial. A concorrência pela criatividade, que é claramente um dos pilares de sustentação de estratégias empresariais de sucesso, tem de ser acompanhada por uma forte agressividade comercial, passo esse decisivo na afirmação competitiva das empresas.

Neste sentido, a sub-região precisa de assegurar a passagem gradual de um modelo que actualmente privilegia a subcontratação de capacidade para um outro, mais qualificado, de subcontratação de especialidade e de *labelling* próprio, de economias de escala para economias de gama, o que pressupõe um forte incremento de recursos humanos de maiores níveis de qualificação e a incorporação de níveis superiores de valor acrescentado. Parece, também, forçoso, intervir ao nível do enquadramento institucional público-privado (associações empresariais, centros tecnológicos e de I&D, sistema de educação e formação, etc.), criando as condições efectivas de articulação e apoio que permitam que a maioria das empresas do universo têxtil do AUCI consiga dar o salto qualitativo necessário à viabilização de médio-longo prazo dos seus projectos empresariais, optimizando o aproveitamento das externalidades tecnológicas e organizacionais possibilitadas pelo quadro territorial de inserção.

Não se está, de modo algum, perante um quadro onde decorram os adensamentos territoriais que tipificam os distritos industriais, onde redes que aproximam unidades económicas com funções diferenciadas mas convergindo para uma mesma lógica produtiva se cruzam com as redes mais finas urdidas pelos contactos individuais, mais ou menos formalizados, que asseguram a difusão de uma matriz técnica e cultural comum. Do mesmo modo, tem expressão muito reduzida a existência de redes de cooperação fortemente ancoradas territorialmente, promotoras de projectos inovadores, o que é, como sabemos, o traço característico essencial indicativo da presença de um meio inovador. Pelo contrário, o figurino económico-empresarial que detectámos reporta basicamente ao modelo de *pipe-line* da produção de massa, em que as empresas realizam praticamente sozinhas todas as funções, desde montante a jusante, ocupando a inserção em estruturas reticulares de colaboração um papel menor. Do mesmo modo, não existe

propriamente, não está institucionalizado, aquilo que poderíamos designar por processo colectivo de aprendizagem, já que, embora sedimente uma cultura técnica secular, as empresas e os restantes actores da esfera de apoio às actividades económicas acabam por percorrer trajectórias individualistas que pouco fecundam cognitivamente o meio onde se inserem, não estando claramente instituída uma verdadeira cultura de contacto – ora, essa regulação não se produz nem por via do *caldo* histórico-cultural comum, à semelhança do que ocorre nos distritos industriais, nem por via mais formal, voluntarista e mesmo burocrática, no bom sentido do termo, como é frequente realizar-se nos territórios que configuram meios inovadores ou regiões inteligentes.

Parece pois poder sustentar-se, utilizando a terminologia proposta por Lopes (1998: 524-526), que a fileira têxtil do AUCI se encontra numa trajectória intermédia entre um *estádio de vulnerabilidade competitiva*, o que traduz, desde logo, o domínio de estratégias competitivas baseadas em vantagens-custos, a ausência de redes territoriais consistentes, uma articulação local-global de cariz essencialmente passiva e a fraca capacidade de inovação, e um *estádio de competitividade proteccionista* (*op. cit.*: 523-524), que assenta basicamente na existência de condições conjunturais favoráveis de enquadramento económico que permitem a afirmação nos mercados internacionais de gamas de produtos de incipiente perfil inovador e em lógicas de especialização flexível e de capacidade empresarial decorrente de fenómenos de emulação e de reprodução sectorial que se baseiam nos baixos custos salariais.

A economia do AUCI só tem a ganhar se conseguir reconfigurar a sua arquitectura institucional, de molde a torná-la mais eficiente e adequada às necessidades imediatas e futuras do universo empresarial, garantindo-lhe uma rede de segurança e, simultaneamente, uma alavanca que permita a

elevação sustentada do perfil competitivo do sistema produtivo que serve e do respectivo território. Não nos esqueçamos que uma das traves-mestras dos modernos instrumentos de animação sócio-económica, no campo da relação dialéctica entre a inovação e o desenvolvimento territorial, é a concatenação de sinergias entre entidades de diferentes áreas de actividade que, nem sempre actuando com a mesma racionalidade, se conjugam para concretizarem desfechos desejados e comuns. O sistema de inovação do AUCI pode, assim, constituir-se, fundamentalmente, como uma entidade fomentadora do diálogo institucional, promovendo a interacção criadora dos agentes de desenvolvimento e conduzindo a um potencial regional de inovação reforçado, capaz de dotar este território de meios acrescidos para traçar caminhos auto-sustentados de desenvolvimento. De outro modo, a ausência ou debilidades deste tipo de relacionamento pode comprometer a capacidade de identificação/ aproveitamento de recursos de base territorial, acentuando potencialmente os factores de disjunção entre os sistema produtivo e o seu quadro espacial hospedeiro, e concorrendo para uma trajectória desqualificante de inserção na economia mundial.

O AUCI precisa, pois, de reequacionar o seu posicionamento competitivo, encontrando novas fórmulas que lhe permitam melhorar o seu padrão de inserção na moderna economia do conhecimento e da globalização dos fenómenos económicos, nomeadamente, à luz da análise realizada durante este projecto de investigação:

- aumentando o potencial de aquisição, difusão e aplicação de informação e conhecimentos, mas evitando, em todo o caso, a implementação de medidas tradicionais e avulsas de mera transferência de tecnologia;
- ampliando e diversificando o corpo de competências, e os respectivos mecanismos de

aprendizagem, que se possam vir a enraizar no respectivo território, e permitam imprimir maiores níveis de competitividade e produtividade às actividades tradicionais, como os têxteis, criando simultaneamente capacidades acrescidas para fixar novas actividades inseridas em segmentos de maior procura mundial;

- estendendo e aprofundando as conexões com outras regiões do país e com locais específicos no exterior, não só com os sugeridos por uma vizinhança geográfica, mas também os que passam a ficar próximos pela partilha de interesses comuns e pelas possibilidades abertas pela rápida integração das economias ao nível global organizada em torno do paradigma de Economia de Redes, explorando, nomeadamente, as sinergias atinentes à inserção nos sistemas nacional e internacional de inovação.

Se concordamos que a intervenção da administração pública deve prioritariamente implementar e reforçar uma cultura relacional (*networking*), então as políticas devem atender à arquitectura geral da rede existente e aos seus activos territoriais específicos, em vez de privilegiar acções mais pontuais e atomizadas, acentuando os mecanismos de coordenação horizontal, de fomento de acções de contratualização e parceria, e de gestão de interfaces, evitando uma intervenção política apoiada em lógicas sectoriais ou de actuação fragmentada. Cremos que um dos principais desafios que se coloca a este nível tem a ver com o desenho de políticas e o fomento de competências que assentem no que de positivo o AUCI já demonstra possuir no campo da promoção de dinâmicas inovadoras, designadamente aproveitando as *capacidades e os recursos ocultos e sub-utilizados*, de que fala Hirschman (citado em Henderson e Morgan, 1999: 4). Mais do que introduzir novos actores no sistema territorial de inovação ou definir metas demasiado ambiciosas, interessa partir da base de recursos materiais e cognitivos existentes, por pouco auspicioso que isso demonstre ser.

No final de uma obra que se tornou emblemática no campo da Análise Regional em Portugal, Rodrigues (1994:435) questionava as razões subjacentes às fortes inércias que entravavam o processo de reestruturação dos lanifícios: *há défice de instrumentos ou défice de actores? Cada vez mais ressalta que o problema mais complexo é o segundo e não o primeiro.* A análise que agora concluímos permitiu-nos coligir um conjunto de argumentos que, do nosso ponto de vista, implicam a infirmação dessa tese, já que as principais debilidades não parecem decorrer actualmente da penúria de actores mas de lacunas relativamente ao

exercício de uma cultura de relação e de cooperação activa, inviabilizando, na prática, a criação de uma economia baseada no *networking*, parecendo ser esse o verdadeiro nó górdio do desenvolvimento territorial deste espaço serrano. A nossa perspectiva é que a promoção do chamado capital social deve, se possível, antecipar, como fermento, a implementação de políticas de fomento do potencial tecnológico e organizacional de uma determinada região – a conjugação destas duas dimensões de intervenção parece ser, em boa verdade, o grande desafio da actual política de inovação.

BIBLIOGRAFIA

- Antonelli, C. (2001), "Distritos industriais e conhecimento tecnológico localizado", in Antonelli, C. e Ferrão, J. (coords.), *Comunicação, Conhecimento Colectivo e Inovação – as vantagens da Aglomeração Geográfica*, Lisboa: ICS, pp. 19-28.
- Asheim, B. e Isaksen, A. (1997), "Location, agglomeration and innovation: towards regional innovation systems in Norway?", *European Planning Studies*, 5(3), pp. 299-330.
- Braczyk, H.-J., Cooke, P. e Heidenreich, M. (eds.) (1998), *Regional Innovation Systems*, London: UCL.
- Bramanti, A. e Ratti, R. (1997), "The multi-faced dimensions of local development", in Ratti, R., Bramanti, A. e Gordon R. (eds.), *The Dynamics of Innovative Regions. The Gremi Approach*, London: Ashgate-Gremi, pp. 47-74.
- Cooke, P. e Morgan, K. (1993), "The network paradigm – new departures in corporate and regional development", *Environment & Planning D: Society and Space*, 11, pp. 543-564.
- Edquist, C. (ed.) (1997), *Systems of Innovation – Technologies, Institutions and Organizations*, London: Pinter.
- Ferrão, J. (2001), "Inovar para desenvolver: uma abordagem a partir do conceito de gestão de trajectórias territoriais de inovação", in Caetano, L. (coord.), *Território, Inovação e Trajectórias de Desenvolvimento*, Coimbra: CEG-FLUC, pp. 33-46.
- Florida, R. (1995), "Toward the learning region", *Futures*, 27 (5), pp. 527-536.
- Garofoli, G. (1994), "Os sistemas de pequenas empresas", in Benko, G. e Lipietz, A. (orgs.), *As Regiões Ganhadoras – Distritos e Redes: os Novos Paradigmas da Geografia Económica*, Oeiras: Celta, pp. 33-47.
- Genosko, J. (1997), "Networks, innovative milieux and globalization: some comments on a regional economic discussion", *European Planning Studies*, 5 (3), pp. 283-297.
- Hallin, G. e Malmberg, A. (1996), "Attraction, competition and regional development in Europe", *European Urban and Regional Studies*, 3 (4), pp. 323-337.
- Henderson, D. e Morgan, K. (1999), *Regions as Laboratories: the Rise of Regional Experimentalism in Europe*, Cardiff: Cardiff University.
- Howells, J. (1996), *Regional innovation systems*, Rome: ENR.
- Kurt Salomon Associates ((2000), *Impacto de la Liberalización del Comercio Mundial de Textiles y Vestuario en la Industria Portuguesa*, Lisboa: APT.
- Landabaso, M. (1997), "The promotion of innovation in regional policy: proposals for a regional innovation strategy", *Entrepreneurship & Regional Development*, 9, pp. 1-24.
- Lopes, R. (1998), *Dinâmicas de Competitividade Territorial: Portugal por Referência*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa: ISCTE.
- Lundvall, B.A. (1992), *National systems of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning*, London: Pinter.
- Maillat, D. (1998), "Innovative milieux and the new generations of regional policies", *Entrepreneurship & Regional Development*, 10 (1), pp. 1-16.
- Malmberg, A. e Maskell, P. (1999), "Localized learning and regional economic development", *European Urban and Regional Studies*, 6 (1), pp. 5-8.
- Marcelpoil, E. (1998), *L'Organisation Économique du Sillon Alpin. Contribution à l'Analyse des Territoires*, Dissertação de Doutoramento, Grenoble: Université Pierre Mendès France/IREFD.
- Morgan, K., (1997) "The learning region: institutions, innovation and regional renewal", *Regional Studies*, 31 (5), pp. 491-503.
- Mota Campos, I. (1997), *Sistemas Locais de Inovação e Desenvolvimento Regional*, Dissertação de Mestrado, Porto: FEUP.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, M.J. (1994), "As políticas de reestruturação: propostas e dilemas", in Rodrigues, M.J. e Neves, A. O. (Coords.), *Políticas de Reestruturação, Emprego e Desenvolvimento Regional*, Lisboa: IEFP, pp. 421-435.
- Santos, D., (2000), "Innovation and territory: which strategies to promote regional innovation systems in Portugal?", *European Urban and Regional Studies*, 7 (2), pp. 147-157.
- Santos, D., (2002), *Dinâmicas Territoriais de Inovação no Arco Urbano do Centro Interior*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente – Gestão do Território, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Simmie, J. e Hart, D. (1999), "Innovation projects and local production networks: a case study of Hertfordshire", *European Planning Studies*, 7 (4), pp. 445-462.
- Todtling, F. e Kaufmann, A. (2001), "The role of the region for innovation activities of SMEs", *European Urban and Regional Studies*, 8 (3), pp. 203-215.
- Todtling, F. e Sedlacek, S. (1997), "Regional economic transformation and the innovation system of Styria", *European Planning Studies*, 5 (1), pp. 43-63.
- Veltz, P. (1994), "Hierarquias e redes na organização da produção e do território", in Benko, G. e Lipietz, A. (coords.), *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes – os Novos Paradigmas da Geografia Económica*, Oeiras: Celta, pp. 189-201.

COMPETITIVIDADE TURÍSTICA REGIONAL: AVALIAÇÃO NOS PRINCIPAIS MERCADOS, 1991-2001

Paulo Águas - Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Algarve - E-mail: paulo.aguas@ine.pt

Ana Grade - Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Algarve - E-mail: ana.grade@ine.pt

Peter de Sousa - Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Algarve - E-mail: peter.sousa@ine.pt

RESUMO:

O artigo apresenta um estudo sobre a competitividade turística das sete regiões de Portugal classificadas no nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS II): Norte; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo; Algarve; Açores; e Madeira. A avaliação do desempenho é efectuada através da aplicação do instrumento Análise de Quotas de Mercado (AQM), complementado por medidas de concentração e taxas de crescimento, à variável dormidas nos estabelecimentos hoteleiros.

No período de 1991 a 2001, as regiões com posições competitivas menos fortes registam as evoluções menos favoráveis, excepção para os Açores, e as regiões com posições competitivas mais fortes registam as evoluções mais favoráveis, excepção para o Algarve. Por outro lado, as regiões têm desempenhos relativos distintos entre si nas várias origens, sendo a singularidade mais intensa entre as principais regiões turísticas o que pode potenciar conflitualidade regional na definição de objectivos nacionais.

Palavras-chave: Competitividade, Destinos Turísticos, Mercados Emissores, Avaliação, Análise de Quotas de Mercado, Portugal NUTS II.

ABSTRACT:

This article presents a study on tourism competitiveness for the seven regions of Portugal, classified accordingly with the Nomenclature of Statistical Territorial Units at level 2 (also known as NUTS II): Norte; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo; Algarve; Açores; and Madeira. The performance evaluation is centred on the application of Market Share Analysis, complemented with concentration measures and growth rates, to tourist nights spent in hotel and similar establishments.

Empirical results for the period 1991-2001, suggest that the regions with the weakest competitive position, excluding the Açores, show a poor performance, and the regions with the strongest competitive position, excluding the Algarve, show a good performance. There is also heterogeneity in the performance of the different regions in the top generating countries. The uniqueness of the main tourist regions can make the definitions of national objectives more difficult.

Keywords: Competitiveness, Tourism Destinations, Generating Countries, Assessment, Market Share Analysis, Portugal NUTS II.

1. INTRODUÇÃO

A competitividade é uma preocupação transversal das sociedades contemporâneas. Em todas as actividades, não só as económicas, busca-se a competitividade. O conceito extravasou os domínios organizacionais e, por exemplo, territórios e pessoas também lutam pela competitividade. Ser competitivo passou a ser um desígnio, a condição para tudo o que se pretenda alcançar. Mas ser competitivo pressupõe a existência de oposição, de disputa, enfim, de competição.

A relatividade do conceito exige o desenvolvimento de comparações, sendo disso que se trata neste trabalho. O facto das regiões em análise apresentarem valências turísticas distintas, não sendo, em muitos casos, sucedâneas, não impede a comparabilidade de desempenhos relativos. Após uma breve revisão da literatura sobre o tema da competitividade procede-se a um estudo de caso recorrendo aos dados das dormidas em estabelecimentos hoteleiros (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, motéis, estalagens, pousadas e pensões), por NUTS II e país de residência, relativos aos anos de 1991 e de 2001, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

2. COMPETITIVIDADE TURÍSTICA

Não existe uma definição exacta e universal de competitividade (Feurer e Chaharbaghi 1994). Em termos organizacionais, a competitividade pode ter significados diferentes, dependendo de cada situação em concreto. Porém, em todos os casos a essência da competitividade está nas competências centrais de cada organização.

As primeiras preocupações com o estudo da competitividade das nações e dos principais sectores

económicos datam do início dos anos 80, coincidindo com um período de rápidas alterações tecnológicas e de liberalização do comércio mundial. O turismo e outros serviços permaneceram à margem dessas preocupações devido à regulamentação pública, à imobilidade de recursos e às fortes taxas de crescimento registadas, situação que só foi alterada nos finais da década de 80 com a rápida expansão da actividade nos países do designado terceiro mundo (Weiermair 1993).

Ritchie e Crouch (1993) consideram que os modelos do World Economic Forum e de Porter constituem pontos de partida adequados para o desenvolvimento de uma abordagem de competitividade para o turismo. As diferenças entre o produto turístico e os bens e serviços mais tradicionais constituem o principal argumento para os referidos autores desenvolverem o modelo de Calgary, específico para o turismo, o qual assenta nas seguintes relações:

- A. Prosperidade do destino = f (Competitividade: Sector 1, Sector 2, ..., Turismo,...)
- B. Competitividade do Turismo = f (**Apelo**, **Gestão**, **Organização**, **Informação**, **Eficiência**)
- C. **Ape** = f (atracções e barreiras)
Descrição: características da região que a tornam apelativa para os visitantes e nível de barreiras existentes para viajar para o destino.
- D. **Ges** = f (esforço de marketing e de gestão)
Descrição: eficácia do esforço de gestão e de marketing para maximizar os factores apelativos e minimizar as barreiras.
- E. **Org** = f (capacidade da Organização Nacional de Turismo e alianças estratégicas)
Descrição: eficácia das estruturas organizacionais internas e das alianças estratégias externas para atrair potenciais visitantes.

F. **Inf** = f (sistemas de informação de gestão e capacidade de pesquisa)

Descrição: capacidade de leitura de mercado que possibilite o desenvolvimento de ofertas mais rápido do que os concorrentes.

G. **Efi** = f (experiência e produtividade)

Descrição: capacidade do destino em proporcionar boas experiências aos visitantes.

Ritchie e Crouch (1993) procedem à identificação de possíveis variáveis para as funções definidas no modelo mas não concretizam a sua operacionalização devido à complexidade subjacente.

Gearing *et al.* (1974) propõem um modelo bem mais simples para a determinação da competitividade de um destino turístico, o qual se resume às seguintes etapas:

- Selecção dos critérios de avaliação da competitividade.
- Determinação da importância relativa de cada critério.
- Atribuição de pontuação aos critérios.
- Cálculo do valor de competitividade (em regra, consiste no somatório das pontuações ponderadas dos critérios).

Este modelo continua a ser utilizado em muitos estudos empíricos. A avaliação pode ser realizada pelo lado da oferta (Henshall e Roberts 1985) ou pelo lado da procura (Kozak e Rimmington 1999). Por sua vez, a selecção dos critérios pode ter como fonte a pesquisa bibliográfica e/ou a discussão com especialistas do destino. Os resultados obtidos permitem a identificação de áreas de intervenção (Ahmed e Kroh 1990).

Tal como é expresso pelo Modelo de Calgary, a prosperidade (variável dependente ou de desempenho) de um destino turístico depende do respectivo nível de competitividade (variável independente ou instrumental). Para conduzir um

processo de avaliação é fundamental a definição de variáveis de desempenho, as quais se assumem como indicadores dos resultados alcançados ou a alcançar.

Não obstante o surgimento de outros instrumentos como seja a análise de *portfolio* ou o modelo de atractividade da indústria, as vendas potenciais continuam a ser um indicador chave na avaliação de desempenho. Em turismo, as chegadas de turistas, as dormidas e as receitas constituem, entre outras, *proxies* das vendas. Devido a diferenças na produção de estatísticas, as dormidas são por isso melhor indicador (Mazanec 1986b). Para efeitos de comparabilidade é conveniente a transformação dos valores absolutos em quotas de mercado.

Tendo por base a experiência de marketing e resultados de investigação empírica, Mazanec (1986a) enumera cinco factores que podem explicar a quota de mercado do destino:

- Notoriedade (grau de conhecimento) do destino; grau de preferência e simpatia nos mercados emissores; padrão de qualidade e satisfação face aos serviços turísticos.
- Nível de preços relativos.
- Disponibilidade do destino no sistema de distribuição da oferta turística dos mercados emissores.
- Pressão competitiva exercida pela publicidade dos destinos concorrentes.
- Custo da viagem, quer físico quer financeiro.

Vários estudos empíricos que têm sido realizados sobre a problemática da competitividade dos destinos procuram, em simultâneo, avaliar os mercados emissores (Bonn e Brand 1995, Calantone e Mazanec 1991, Faulkner 1997, Henshall e Roberts 1985, Loker e Perdue 1992, Mazanec 1986a, Mazanec 1986b, Mazanec 1995, McKercher 1995, Rita 1992 e Wynegar 1994).

3. O ESTUDO DE CASO

Neste ponto procede-se ao desenvolvimento de um estudo de caso sobre competitividade turística regional que se encontra estruturado do seguinte modo: caracterização genérica do objecto de análise; definição dos objectivos e das hipóteses de investigação; apresentação do instrumento de análise; discussão dos resultados obtidos.

3.1 OBJECTO DE ANÁLISE

O estudo tem como objecto de análise as sete regiões de Portugal classificadas no nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS II): Norte; Centro; Lisboa e Vale do Tejo (LVT); Alentejo; Algarve; Açores e Madeira¹.

As sete regiões NUTS II apresentam fortes disparidades em termos de:

- Área – as três maiores ocupam 78,7% do território, enquanto as três menores 8,8%. A maior região tem uma área superior ao do conjunto das quatro regiões mais pequenas.
- População – as duas regiões mais populosas têm, isoladamente, mais habitantes que o conjunto das cinco regiões menos populosas.
- PIB *per capita* – apenas duas regiões, representando no seu conjunto 35,9% da população, registam um valor do PIB *per capita* avaliado em Paridades de Poder de Compra (PPS) superior à média nacional, o que significa que se está em presença de uma variável com uma distribuição assimétrica positiva (coexistência de concentração de observações em valores mais baixos com registos extremos elevados).

QUADRO 1

Área, População e PIB *per capita*, NUTS II e Portugal

NUTS II	Área		População 2001		PIB <i>per capita</i> 2000 (PPS) EU-15=100
	Km ²	%	N.º	%	
Norte	21 289	23,2	3 687 212	35,6	56
Centro	23 666	25,8	1 782 254	17,2	54
LVT	11 771	12,8	3 468 869	33,5	91
Alentejo	27 324	29,7	535 507	5,2	54
Algarve	4 995	5,4	395 208	3,8	66
Açores	2 322	2,5	241 762	2,3	52
Madeira	785	0,9	245 012	2,4	74
Portugal	91 906	100,0	10 355 824	100,0	68

Fonte: INE (2002b) e Eurostat (2003)

¹ Os dados utilizados ainda não reflectem a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro, que redefine o mapa das NUTS II tendo em conta as alterações ocorridas no perfil sócio-económico das regiões, em particular em Lisboa e Vale do Tejo.

QUADRO 2

Intensidade Turística, NUTS II e Portugal, 2001

NUTS II	Capacidade de Alojamento N.º	Capacidade de Alojamento %	Dormidas Estabelecim. Hoteleiros	Dormidas por habitante	Dormidas por Km ²
Norte	29 523	12,9	3 046 000	0,8	143,1
Centro	20 099	8,8	1 956 615	1,1	82,7
LVT	53 628	23,5	7 607 579	2,2	646,3
Alentejo	7 318	3,2	897 564	1,7	32,8
Algarve	86 751	37,9	13 900 192	35,2	2 782,8
Açores	4 814	2,1	716 293	3,0	308,5
Madeira	26 532	11,6	5 438 348	22,2	6 927,8
Portugal	228 665	100,0	33 562 591	3,2	365,2

Fonte: INE (2002a)

Em termos de capacidade de alojamento (número de camas) nos estabelecimentos hoteleiros, mais de metade do *stock* (61,4%) está concentrado em apenas duas das sete regiões NUTS II. O número de camas no Algarve (5,4% do território e 3,8% da população) está muito próximo do somatório do número de camas das cinco regiões com *stocks* mais baixos (Açores, Alentejo, Centro Madeira e Norte – 81,8% do território e 62,7% da população).

Os indicadores dormidas por habitante e dormidas por Km², utilizados pelo Eurostat (2002) para medir intensidades turísticas, evidenciam, de uma forma clara e inequívoca, a existência de diferentes padrões de especialização regional, com o Algarve e a Madeira a apresentarem, em ambos os casos, registos substancialmente superiores à média nacional².

3.2 OBJECTIVOS E HIPÓTESES

Através da realização deste estudo pretende-se responder à seguinte questão: “No período de 1991 a 2001, verificaram-se alterações na competitividade turística das regiões NUTS II?”

Constituem objectivos do estudo:

- Caracterizar a distribuição regional das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Portugal.
- Avaliar a evolução, de 1991 a 2001, de cada uma das sete regiões NUTS II em relação às dez principais origens (mercados emissores).
- Avaliar a evolução, de 1991 a 2001, das cinco principais origens (mercados emissores) em relação às sete regiões NUTS II.

² O indicador é construído a partir dos registos das dormidas no alojamento recenseado devido à inexistência de estatísticas oficiais sobre dormidas em todos os meios de alojamento. Admite-se que outras formas de alojamento, nomeadamente segundas residências, possam apresentar uma distribuição regional distinta.

São formuladas as seguintes hipóteses:

H1: A competitividade turística relativa das NUTS II não se alterou.

H2: As regiões apresentam níveis de competitividade turística distintos para as várias origens (mercados emissores).

3.3 INSTRUMENTO DE ANÁLISE

De acordo com os conteúdos dos objectivos e das hipóteses, a concretização do estudo recai exclusivamente sobre a análise do desempenho. Através da sua avaliação pode-se concluir sobre o nível geral de competitividade, não sendo possível, contudo, identificar as causas específicas.

Para o efeito, o instrumento proposto tem como ponto de partida a Análise de Quotas de Mercado (AQM) desenvolvido por Faulkner (1997), a qual visa avaliar o desempenho e, por consequência, a competitividade de destinos turísticos.

A AQM é composta pelos indicadores Desvio de Quota (DQ) e Variação de Quota (VQ). O Desvio de Quota é um indicador temporalmente estático que, na óptica de análise do destino, compara a quota do destino A na origem i com a quota (média) do destino A no conjunto de origens em análise, num determinado momento. Para a sua quantificação é proposta a seguinte expressão, a qual constitui uma simplificação da que é apresentada por Faulkner (1997).

$$DQ_i = \left[\left(\frac{Q_{Ai}}{\bar{Q}_{Ai}} \right) - 1 \right] \times 100 \quad (1)$$

DQ_i = Desvio de quota na origem i, no momento t

Q_{Ai} = Quota do destino A na origem i, no momento t

\bar{Q}_{Ai} = Quota média do destino A nas origens em análise, no momento t

$DQ_i > 0$, significa que o destino A regista um valor de quota de mercado na origem i superior à sua quota média. Ou seja, apresenta uma competitividade superior à (sua) média.

$DQ_i = 0$, significa que o destino A regista um valor de quota de mercado na origem i igual à sua quota média. Ou seja, apresenta uma competitividade igual à (sua) média.

$DQ_i < 0$, significa que o destino A regista um valor de quota de mercado na origem i inferior à sua quota média. Ou seja, apresenta uma competitividade inferior à (sua) média.

A Variação de Quota é um indicador temporalmente dinâmico que, na óptica de análise do destino, compara, para um determinado intervalo de referência, a taxa de crescimento dos fluxos turísticos a partir da origem i para o destino A com a taxa de crescimento dos fluxos turísticos a partir da origem i para o conjunto dos destinos concorrentes em estudo, num determinado período de análise. Para a sua quantificação é proposta a seguinte expressão, a qual constitui uma simplificação da que é apresentada por Faulkner (1997).

$$VQ_i = FT_{iA} - FT_{iN} \quad (2)$$

FT_{iA} = Taxa de crescimento ou de variação dos fluxos turísticos da origem i para o destino A, entre os momentos 0 e t

FT_{iN} = Taxa de crescimento ou de variação dos fluxos turísticos da origem i para o conjunto dos destinos em análise, entre os momentos 0 e t.

$VQ_i > 0$, significa que o destino A está a ganhar quota de mercado na origem i, pois regista uma taxa de crescimento dos fluxos turísticos superior à concorrência em análise.

$VQ_i = 0$, significa que o destino A está a manter a quota de mercado na origem i , pois regista uma taxa de crescimento dos fluxos turísticos igual à concorrência em análise.

$VQ_i < 0$, significa que o destino A está a perder quota de mercado na origem i , pois regista uma taxa de crescimento dos fluxos turísticos inferior à concorrência em análise.

A representação dos indicadores DQ e VQ num sistema de eixos ortogonal determina quatro quadrantes com as seguintes características:

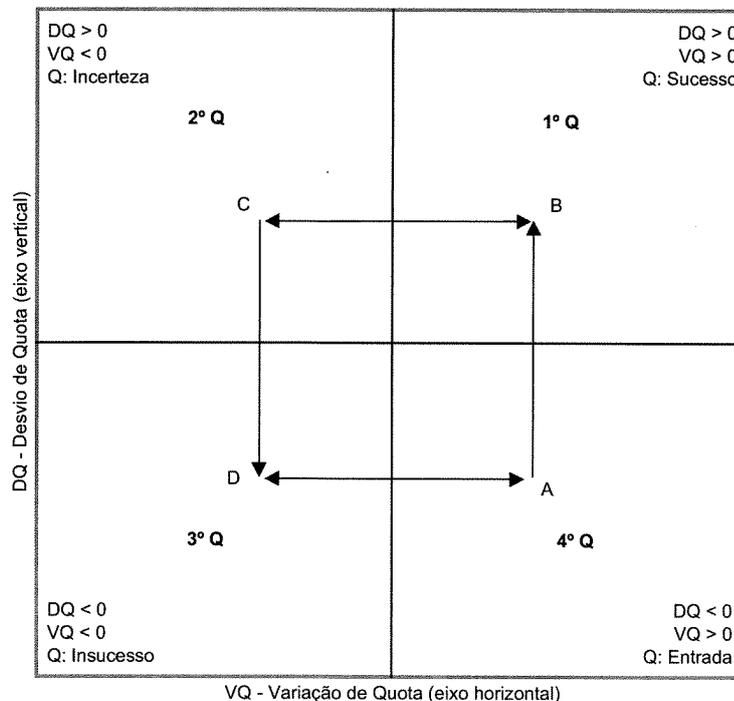
1.º Quadrante: $DQ > 0$ e $VQ > 0$ – Origens em que o destino já possui uma quota de mercado acima da média e em que se encontra a ganhar quota de mercado (Q: Sucesso).

2.º Quadrante: $DQ > 0$ e $VQ < 0$ – Origens em que o destino possui uma quota de mercado acima da média mas em que se encontra a perder quota de mercado (Q: Incerteza).

3.º Quadrante: $DQ < 0$ e $VQ < 0$ – Origens em que o destino possui uma quota de mercado abaixo da média e em que se encontra a perder quota de mercado (Q: Insucesso).

4.º Quadrante: $DQ < 0$ e $VQ > 0$ – Origens em que o destino possui uma quota de mercado abaixo da média mas em que se encontra a ganhar quota de mercado (Q: Entrada).

FIGURA 1
Análise de Quotas de Mercado



Numa situação normal, a entrada de uma (nova) origem, em que os fluxos turísticos (passados) eram quase nulos, tem associado um desvio de quota negativo e uma variação de quota positiva (4.º quadrante – ex.: Posição A). De facto, é crível que em relação a uma nova origem não é possível alcançar de imediato uma quota de mercado superior à média e que, por sua vez, a taxa de crescimento é superior à média dos concorrentes em virtude do reduzido valor de partida.

A partir da posição A (ver figura 1) é possível antever dois cenários. Em caso de sucesso, persistência de variação de quota positiva, o destino acabará por registar uma quota de mercado na nova origem superior à sua quota média (desvio de quota positivo) pelo que a origem transitará para o 1.º quadrante (ex.: Posição B). Em caso de insucesso, rápida passagem para uma variação de quota negativa, a origem transitará para o 3.º quadrante (ex.: Posição D).

Atingida uma situação de sucesso (desvio de quota positivo e variação de quota positiva, ex.: Posição B), é possível antever dois cenários. Em caso de persistência do sucesso, a origem permanecerá no 1.º quadrante. Em caso de passagem para uma situação de variação de quota negativa, a origem transitará para uma situação de incerteza (2.º quadrante – ex.: Posição C).

No cenário de manutenção das condições que conduziram a origem ao 2.º quadrante (variação de quota negativa) o destino acabará por registar uma quota de mercado inferior à sua quota média, transitando para o 3.º quadrante (ex.: Posição D). Porém, é também possível evitar o insucesso e retomar o trilho do sucesso, sendo para tal necessário o retorno aos ganhos de quota de mercado (variação de quota positiva).

Caso não seja possível evitar uma situação de insucesso (desvio de quota negativo e variação de quota negativa, ex.: Posição D), mais uma vez, colocam-se dois cenários possíveis. Por um lado, o agravamento do insucesso com a manutenção da situação de variação de quota negativa, permanecendo a origem no 3.º quadrante. Por outro lado, poder-se-á assistir a um relançamento do destino na origem em causa o que permitirá o regresso aos ganhos de quota de mercado e a nova situação de entrada (4.º quadrante – ex.: Posição A).

Todo o processo atrás descrito encontra sustentação teórica no modelo do ciclo de vida do produto (Butler 1980), sendo possível estabelecer a seguinte correspondência:

- Posição A – corresponde à fase de introdução do ciclo de vida que se caracteriza por taxas de crescimento elevadas, admitindo-se que as mesmas possam ser efémeras não permitindo que se atinja a fase de crescimento (passagem prematura para a Posição D);
- Posição B – corresponde à fase de crescimento do ciclo de vida que se caracteriza por taxas de crescimento crescentes, a sua duração dependerá não só da manutenção dos níveis de competitividade alcançados mas também do potencial de expansão da origem (nível de atractividade);
- Posição C – corresponde à fase de maturidade do ciclo de vida que se caracteriza por taxas de crescimento decrescentes as quais podem ser desde logo contrariadas através de processos de rejuvenescimento bem sucedidos (retorno à Posição B);
- Posição D – corresponde à fase de declínio do ciclo de vida que se caracteriza por taxas de crescimento negativas as quais, mais uma vez, só podem ser contrariadas através de processos de rejuvenescimento bem sucedidos (retorno à Posição A).

Numa óptica de análise da carteira de destinos, importa ainda destacar as seguintes características do instrumento AQM:

- Os valores das variações de quota são independentes, pelo que poderão ser todos do mesmo sinal ou de sinais opostos. Quanto maior o número de origens com variação de quota positiva mais favorável a posição global de crescimento do destino, a qual também é influenciada pela dimensão dos mercados emissores.
- Excluindo a situação limite em que um destino regista quotas de mercado idênticas em todas as origens e, por consequência, todos os DQi nulos, por definição, os desvios de quota nunca poderão ser todos do mesmo sinal.
- Não há uma relação determinística entre variação de quota e desvio de quota. Tendencialmente, variações de quota positivas conduzirão a aumentos do desvio de quota, e vice-versa, embora tal não ocorra em todos os casos. Basta ter presente que todas as variações de quota podem ser do mesmo sinal não podendo acontecer o mesmo com as variações de desvios de quota.
- A impossibilidade de presença de todas as origens no mesmo quadrante pressupõe que a fase do ciclo de vida do destino não pode ser idêntico, em simultâneo, em todas as origens, o que se revela plausível.

Dado que é relevante ter presente a importância da origem, a sua representação ocorre através de um círculo, centrado no valor da coordenada (VQ;DQ), com área proporcional ao seu contributo para o desempenho global do destino. O respectivo valor está inscrito a cinza em caso de aumento de desvio de quota de mercado e a laranja em caso de diminuição do desvio de quota de mercado.

Para realizar uma AQM é necessário:

- Escolher uma variável de desempenho (ex.: dormidas, hóspedes, turistas, receitas).
- Escolher um conjunto de origens.
- Escolher um conjunto de destinos.
- Possuir os fluxos da variável dependente das origens para os destinos em dois momentos.

Uma vez obtidos todos os valores de VQ e de DQ para todos os destinos, pode-se também realizar uma análise por origem, a qual é mais indicada para estudar a posição de um determinado destino em relação aos seus concorrentes. A única alteração ocorre na área do círculo a qual passa a ser proporcional à quota de mercado do destino na origem em causa.

3.4 RESULTADOS OBTIDOS

Elementos identificadores da aplicação da AQM:

- Variável de desempenho: dormidas nos estabelecimentos hoteleiros.
- Origens: as 10 principais origens para o destino Portugal em 2001 – Portugal (P); Reino Unido (UK); Alemanha (D); Espanha (E); Holanda (NL); França (F); Itália (I); Irlanda (Irl); Suécia (S); Estados Unidos da América (EUA). As restantes origens estão agregadas em Outros (Out) e não são alvo de análise.
- Destinos: as regiões NUTS II – Norte (Nor); Centro (Cen); Lisboa e Vale do Tejo (LVT); Alentejo (Ale); Algarve (Alg); Açores (Aço); Madeira (Mad).
- Momentos: 2001 e 1991.

A escolha da variável de desempenho foi condicionada pela disponibilidade de dados. O Quadro 3 contém os dados a partir dos quais são obtidos os resultados que, de seguida, se apresentam.

QUADRO 3

Número de Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, em Portugal e NUTS II, por principais países de residência - 2001 e 1991

País de Residência	2001							
	Portugal	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Portugal	9 985 020	1 848 929	1 411 364	2 413 370	672 800	2 474 380	392 896	771 281
Reino Unido	7 266 838	157 524	34 355	545 064	20 211	4 946 180	20 649	1 542 855
Alemanha	4 532 232	124 481	50 761	583 550	36 867	2 454 420	33 320	1 248 833
Espanha	1 912 516	282 949	160 946	1 035 265	34 151	254 465	8 962	135 778
Holanda	1 755 514	68 833	24 197	196 352	15 339	1 247 000	3 779	200 014
França	1 046 164	126 214	74 877	412 976	23 623	128 705	14 912	264 857
Itália	799 229	93 085	48 555	506 899	17 434	82 288	6 479	44 489
Irlanda	766 520	7 760	2 201	53 300	1 160	671 945	1 184	28 961
Suécia	711 652	11 678	5 667	93 616	2 643	187 906	173 604	236 538
Estados Unidos	676 300	45 893	23 272	416 067	22 077	111 291	25 962	31 738
Outros	4 110 606	278 654	120 420	1 351 120	51 259	1 341 612	34 546	933 004
TOTAL	33 562 591	3 046 000	1 956 615	7 607 579	897 564	13 900 192	716 293	5 438 348

País de Residência	1991							
	Portugal	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Portugal	7 172 065	1 464 728	1 031 052	1 829 570	452 165	1 639 103	264 264	491 183
Reino Unido	5 618 270	108 698	23 940	536 883	14 086	3 950 242	11 247	973 174
Alemanha	3 233 873	130 947	53 299	364 989	27 897	2 014 790	43 793	598 158
Espanha	1 870 917	268 934	164 480	785 470	62 897	372 941	6 916	209 279
Holanda	1 693 066	73 631	26 333	180 902	11 117	1 298 539	3 145	99 399
França	980 151	119 278	110 081	331 306	26 711	180 195	8 524	204 056
Suécia	698 078	15 558	5 583	125 684	40 594	254 063	2 341	254 255
Itália	598 905	57 048	33 092	286 833	14 691	141 399	4 956	60 886
Estados Unidos	485 490	28 835	24 594	266 584	13 290	98 871	16 603	36 713
Irlanda	372 567	4 909	1 546	34 756	1 639	310 023	866	18 828
Outros	3 537 611	209 076	97 393	1 055 988	75 081	1 457 572	23 161	619 340
TOTAL	26 260 993	2 481 642	1 571 393	5 798 965	740 168	11 717 738	385 816	3 565 271

Fonte: INE (1992, 2002a), adaptado

Nos dois momentos, 2001 e 1991, Portugal é a principal origem (país de residência) para cinco dos sete destinos (ver Quadro 4). As duas regiões com níveis mais elevados de intensidade turística

(ver Quadro 2), Algarve e Madeira, constituem as exceções. De 1991 para 2001, apenas os Açores registam uma redução da importância relativa da origem Portugal.

O grau de concentração das dormidas das 10 principais origens é avaliado através do Índice de Gini (Reis 1991).

$$IG = \frac{\sum_{i=1}^{n-1} (p_i - q_i)}{\sum_{i=1}^{n-1} p_i} = 1 - \frac{\sum_{i=1}^{n-1} q_i}{\sum_{i=1}^{n-1} p_i} \quad e/ \quad p_i = \frac{cumFi}{\sum Fi} \quad e \quad q_i = \frac{cumYi}{\sum Yi} \quad (3)$$

cum Fi = frequências acumuladas para cada origem ou destino, ordenadas crescentemente em relação ao atributo (dormidas)

cum Yi = frequências acumuladas das dormidas da origem ou no destino

p_i = *cum Fi* em relação ao total de origens ou destinos

q_i = *cum Yi* em relação ao total de dormidas da origem ou no destino

n = número origens ou destinos em análise

O Índice de Gini varia entre 0 e 1. Contextualizando, o valor 0 ocorre quando o número de dormidas é igual para todas as origens e o valor 1 quando só se registam dormidas a partir de uma das origens. Ou seja, quanto maior o valor do Índice de Gini maior a concentração das dormidas.

O Quadro 4 apresenta em linha o valor do Índice de Gini para as regiões (obtido a partir da distribuição percentual das dormidas das regiões por origens) e em coluna para as origens (obtido a partir da distribuição percentual das dormidas das origens pelas regiões).

Em termos nacionais, assiste-se a um aumento da concentração das dormidas, com o valor do Índice de Gini a passar de 0,53 para 0,55. As regiões com menor número de dormidas que são, simultaneamente, as mais dependentes da origem Portugal apresentam os maiores níveis de concentração. Apenas os Açores registam uma redução da concentração, de 0,81 para 0,78, a qual resulta da diminuição da dependência em relação à origem Portugal.

A Irlanda é a origem que apresenta um maior grau de concentração da distribuição regional das dormidas, 0,90 em 1991 e 0,93 em 2001. No extremo oposto encontra-se Portugal com 0,37 em 1991 e 0,36 em 2001. Espanha, França e Itália são as origens que registam os maiores aumentos na concentração da distribuição regional das dormidas. Por sua vez, a Suécia é a origem em que ocorre a maior quebra de concentração.

QUADRO 4

Distribuição percentual das dormidas e Índice de Gini das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, em Portugal e NUTS II, por principais países de residência - 2001 e 1991

País de Residência	2001								Índice de Gini
	Portugal	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	
	%								
Portugal	29,8	60,7	72,1	31,7	75,0	17,8	54,9	14,2	0,37
Reino Unido	21,7	5,2	1,8	7,2	2,3	35,6	2,9	28,4	0,84
Alemanha	13,5	4,1	2,6	7,7	4,1	17,7	4,7	23,0	0,75
Espanha	5,7	9,3	8,2	13,6	3,8	1,8	1,3	2,5	0,64
Holanda	5,2	2,3	1,2	2,6	1,7	9,0	0,5	3,7	0,81
França	3,1	4,1	3,8	5,4	2,6	0,9	2,1	4,9	0,55
Itália	2,4	3,1	2,5	6,7	1,9	0,6	0,9	0,8	0,70
Irlanda	2,3	0,3	0,1	0,7	0,1	4,8	0,2	0,5	0,93
Suécia	2,1	0,4	0,3	1,2	0,3	1,4	24,2	4,3	0,58
Estados Unidos	2,0	1,5	1,2	5,5	2,5	0,8	3,6	0,6	0,68
Outros	12,2	9,1	6,2	17,8	5,7	9,7	4,8	17,2	0,60
Índice de Gini	0,55	0,74	0,83	0,52	0,81	0,63	0,78	0,60	

País de Residência	1991								Índice de Gini
	Portugal	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	
	%								
Portugal	27,3	59,0	65,6	31,5	61,1	14,0	68,5	13,8	0,37
Reino Unido	21,4	4,4	1,5	9,3	1,9	33,7	2,9	27,3	0,85
Alemanha	12,3	5,3	3,4	6,3	3,8	17,2	11,4	16,8	0,76
Espanha	7,1	10,8	10,5	13,5	8,5	3,2	1,8	5,9	0,55
Holanda	6,4	3,0	1,7	3,1	1,5	11,1	0,8	2,8	0,85
França	3,7	4,8	7,0	5,7	3,6	1,5	2,2	5,7	0,47
Suécia	2,7	0,6	0,4	2,2	5,5	2,2	0,6	7,1	0,65
Itália	2,3	2,3	2,1	4,9	2,0	1,2	1,3	1,7	0,63
Estados Unidos	1,8	1,2	1,6	4,6	1,8	0,8	4,3	1,0	0,64
Irlanda	1,4	0,2	0,1	0,6	0,2	2,6	0,2	0,5	0,90
Outros	13,5	8,4	6,2	18,2	10,1	12,4	6,0	17,4	0,64
Índice de Gini	0,53	0,73	0,79	0,52	0,74	0,59	0,81	0,54	

Fonte: INE (1992, 2002a), dados tratados pelos autores

No Quadro 5 as origens (país de residência) são apresentadas por ordem decrescente do crescimento das dormidas ocorrido em Portugal entre 1991 e 2001. Durante a década, regista-se um crescimento total de 27,8%, a que corresponde uma taxa média anual de 2,48%. O maior crescimento de dormidas ocorre na origem Irlanda, passando de número 11 em 1991 para número 8 em 2001. Suécia, Espanha, Holanda e França registam crescimentos médios anuais inferiores a 1%.

Ao nível dos destinos, verifica-se que o Algarve apresenta o menor crescimento (taxa média anual de 1,72%) e que Açores, Madeira e Lisboa e Vale do Tejo crescem acima do valor do país. De referir o impressionante crescimento de 7 315,8% das dormidas de residentes na Suécia nos Açores.

QUADRO 5

Crescimento das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, em Portugal e NUTS II,
por principais países de residência - 2001 e 1991

País de Residência	%							
	Portugal	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Irlanda	105,7	58,1	42,4	53,4	-29,2	116,7	36,7	53,8
Alemanha	40,1	-4,9	-4,8	59,9	32,2	21,8	-23,9	108,8
Estados Unidos	39,3	59,2	-5,4	56,1	66,1	12,6	56,4	-13,6
Portugal	39,2	26,2	36,9	31,9	48,8	51,0	48,7	57,0
Itália	33,4	63,2	46,7	76,7	18,7	-41,8	30,7	-26,9
Reino Unido	29,3	44,9	43,5	1,5	43,5	25,2	83,6	58,5
França	6,7	5,8	-32,0	24,7	-11,6	-28,6	74,9	29,8
Holanda	3,7	-6,5	-8,1	8,5	38,0	-4,0	20,2	101,2
Espanha	2,2	5,2	-2,1	31,8	-45,7	-31,8	29,6	-35,1
Suécia	1,9	-24,9	1,5	-25,5	-93,5	-26,0	7 315,8	-7,0
Outros	16,2	33,3	23,6	27,9	-31,7	-8,0	49,2	50,6
TOTAL	27,8	22,7	24,5	31,2	21,3	18,6	85,7	52,5

Fonte: INE (1992, 2002a), dados tratados pelos autores

Finalmente, os quadros 6 e 7 apresentam os resultados obtidos para o Desvio de Quota e para a Variação de Quota, os quais constituem as coordenadas, exceção para os valores do Desvio de Quota de 1991, para os pontos (origens ou destinos)

representados nas figuras 2 a 13. Os valores do Desvio de Quota de 1991 permitem, através da comparação com os valores da mesma variável para 2001, identificar o sinal da variação durante a década, informação que não se encontra disponível nas figuras.

QUADRO 6

Desvio da Quota de mercado das dormidas em estabelecimentos hoteleiros nas
NUTS II, por principais países de residência - 2001 e 1991

País de Residência	2001						
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Portugal	104,0	142,5	6,6	152,0	-40,2	84,4	-52,3
Alemanha	-69,7	-80,8	-43,2	-69,6	30,8	-65,6	70,1
Espanha	63,0	44,4	138,8	-33,2	-67,9	-78,0	-56,2
Estados Unidos	-25,2	-41,0	171,4	22,1	-60,3	79,9	-71,0
França	32,9	22,8	74,2	-15,6	-70,3	-33,2	56,2
Holanda	-56,8	-76,4	-50,7	-67,3	71,5	-89,9	-29,7
Irlanda	-88,8	-95,1	-69,3	-94,3	111,7	-92,8	-76,7
Itália	28,3	4,2	179,8	-18,4	-75,1	-62,0	-65,6
Reino Unido	-76,1	-91,9	-66,9	-89,6	64,3	-86,7	31,0
Suécia	-81,9	-86,3	-42,0	-86,1	-36,2	1 043,0	105,1
Outros	-25,3	-49,7	45,0	-53,4	-21,2	-60,6	40,1

Fonte: INE (1992, 2002a), dados tratados pelos autores

QUADRO 6 (continuação)

Desvio da Quota de mercado das dormidas em estabelecimentos hoteleiros nas NUTS II, por principais países de residência - 2001 e 1991

País de Residência	1991						
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Portugal	116,1	140,2	15,5	123,7	- 48,8	150,8	- 49,6
Alemanha	- 57,2	- 72,5	- 48,9	- 69,4	39,6	- 7,8	36,2
Espanha	52,1	46,9	90,1	19,3	- 55,3	- 74,8	- 17,6
Estados Unidos	- 37,1	- 15,3	148,7	- 2,9	- 54,4	132,8	- 44,3
França	28,8	87,7	53,1	- 3,3	- 58,8	- 40,8	53,3
Holanda	- 54,0	- 74,0	- 51,6	- 76,7	71,9	- 87,4	- 56,8
Irlanda	- 86,1	- 93,1	- 57,8	- 84,4	86,5	- 84,2	- 62,8
Itália	0,8	- 7,7	116,9	- 13,0	- 47,1	- 43,7	- 25,1
Reino Unido	- 79,5	- 92,9	- 56,7	- 91,1	57,6	- 86,4	27,6
Suécia	- 76,4	- 86,6	- 18,5	106,3	- 18,4	- 77,2	168,3
Outros	- 37,5	- 54,0	35,2	- 24,7	- 7,7	- 55,4	29,0

Fonte: INE (1992, 2002a), dados tratados pelos autores

QUADRO 7

Varição da Quota de mercado das dormidas em estabelecimentos hoteleiros nas NUTS II, por principais países de residência - 2001 e 1991

País de Residência	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Portugal	- 13,0	- 2,3	- 7,3	9,6	11,7	9,5	17,8
Alemanha	- 45,1	- 44,9	19,7	- 8,0	- 18,3	- 64,1	68,6
Espanha	3,0	- 4,4	29,6	- 47,9	- 34,0	27,4	- 37,3
Estados Unidos	19,9	- 44,7	16,8	26,8	- 26,7	17,1	- 52,9
França	- 0,9	- 38,7	17,9	- 18,3	- 35,3	68,2	23,1
Holanda	- 10,2	- 11,8	4,9	34,3	- 7,7	16,5	97,5
Irlanda	- 47,7	- 63,4	- 52,4	- 135,0	11,0	- 69,0	- 51,9
Itália	29,7	13,3	43,3	- 14,8	- 75,3	- 2,7	- 60,4
Reino Unido	15,6	14,2	- 27,8	14,1	- 4,1	54,3	29,2
Suécia	- 26,9	- 0,4	- 27,5	- 95,4	- 28,0	7 313,9	- 8,9
Outros	17,1	7,4	11,8	- 47,9	- 24,2	33,0	34,4
TOTAL	- 5,1	- 3,3	3,4	- 6,5	- 9,2	57,9	24,7

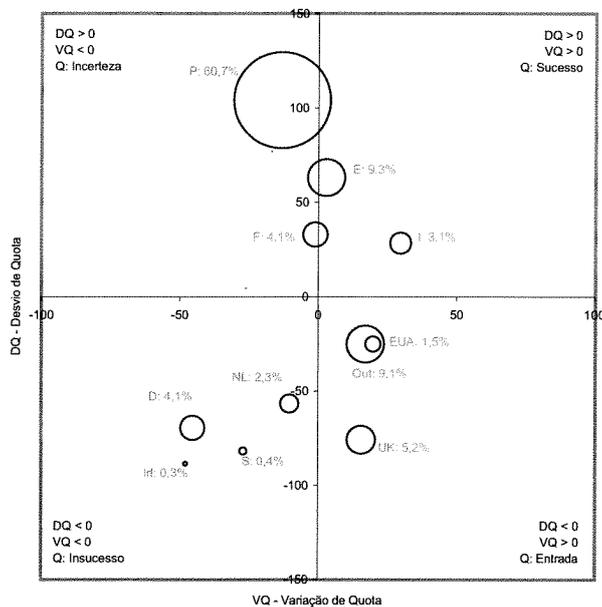
Fonte: INE (1992, 2002a), dados tratados pelos autores

As figuras que se seguem podem ser divididas em dois grupos. O primeiro grupo, figuras 2 a 8, permite a análise da evolução dos destinos por principais origens. O segundo grupo, figuras 9 a 13, permite a análise da evolução das cinco principais origens por destinos.

A análise da evolução dos destinos por principais origens tem por base os resultados da AQM, complementados com o estudo da concentração de mercados (ver Quadro 4) e com os valores globais referentes à variação de quota de mercado (ver Quadro 7).

FIGURA 2

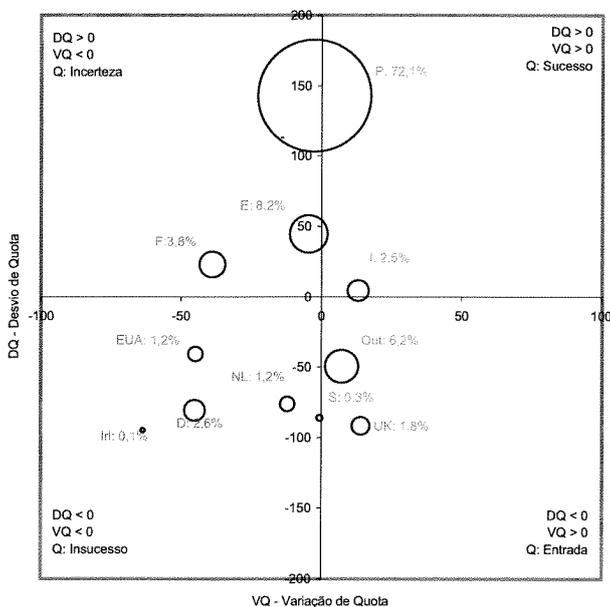
Destino Norte - Análise das Origens



- Elevada dependência da origem Portugal.
- Na maioria das origens regista perdas de quota de mercado. Em termos globais, perde quota de mercado.
- Desvio de quota positivo nas origens geograficamente mais próximas.
- Número elevado de origens (4) no quadrante de insucesso.

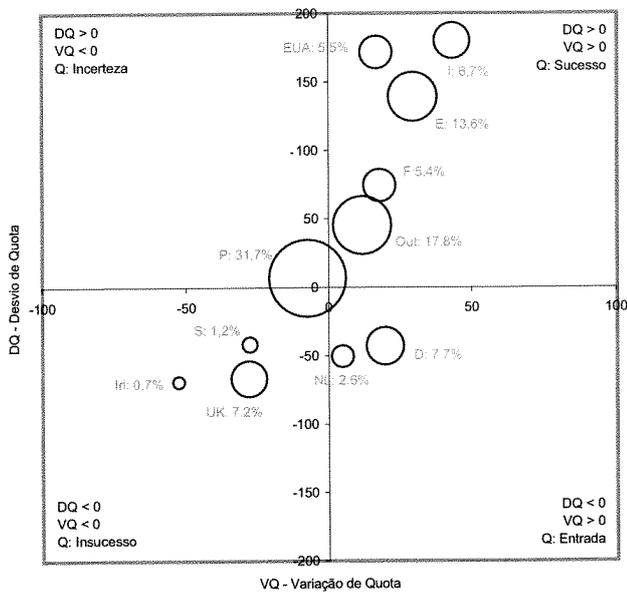
FIGURA 3

Destino Centro - Análise das Origens



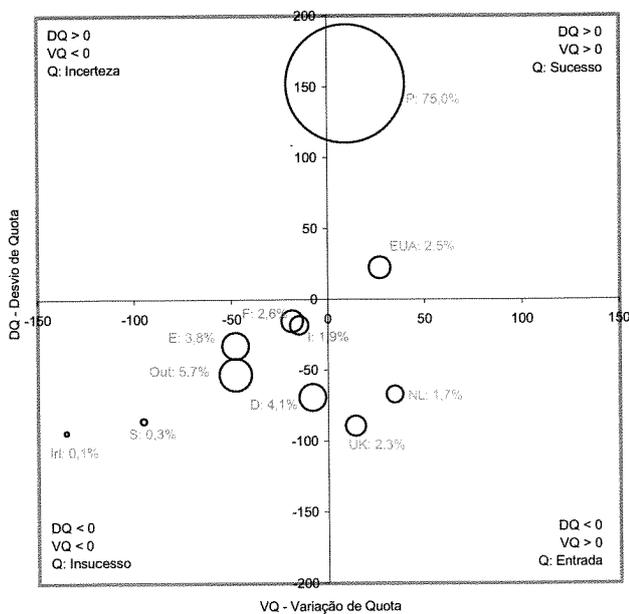
- Elevada dependência da origem Portugal, registando a maior concentração de mercados (Índice de Gini = 0,83).
- Só não perde quota de mercado em três origens que, no seu conjunto, representam apenas 10,5% das dormidas na região. Em termos globais, perde quota de mercado.
- Desvio de quota positivo nas origens geograficamente mais próximas, tal como verificado para o Norte.
- Número elevado de origens (5) no quadrante de insucesso.

FIGURA 4
Destino LVT - Análise das Origens



- Não denota dependências excessivas, registando a menor concentração de mercados (Índice de Gini = 0,52).
- Predomínio das situações de ganhos de quota de mercado.
- Desvio de quota positivo nas origens geograficamente mais próximas e nas mais distantes. No último caso, as melhores acessibilidades aéreas da região assumem um papel determinante.
- Número elevado de origens (5) no quadrante de sucesso.

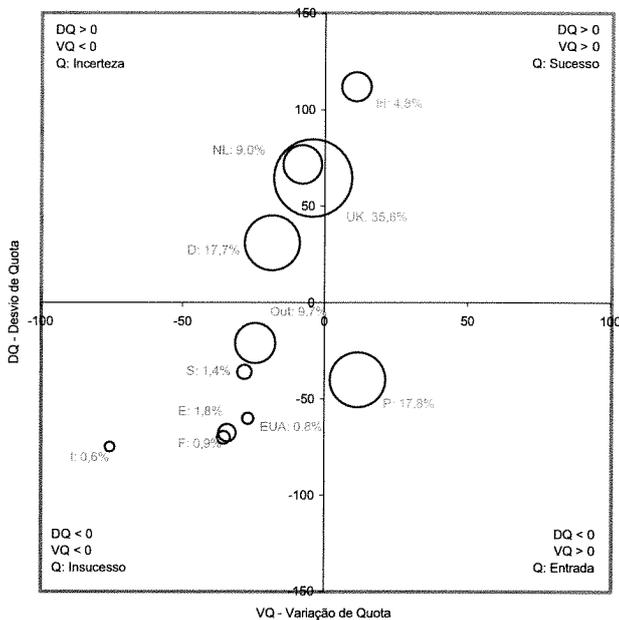
FIGURA 5
Destino Alentejo - Análise das Origens



- Elevada dependência da origem Portugal, registando a maior progressão na concentração de mercados (Índice de Gini passa de 0,74 em 1991 para 0,81 em 2001).
- Predomínio das situações de perda de quota de mercado.
- Desvio de quota positivo em apenas duas origens.
- Número elevado de origens (7) no quadrante de insucesso.

FIGURA 6

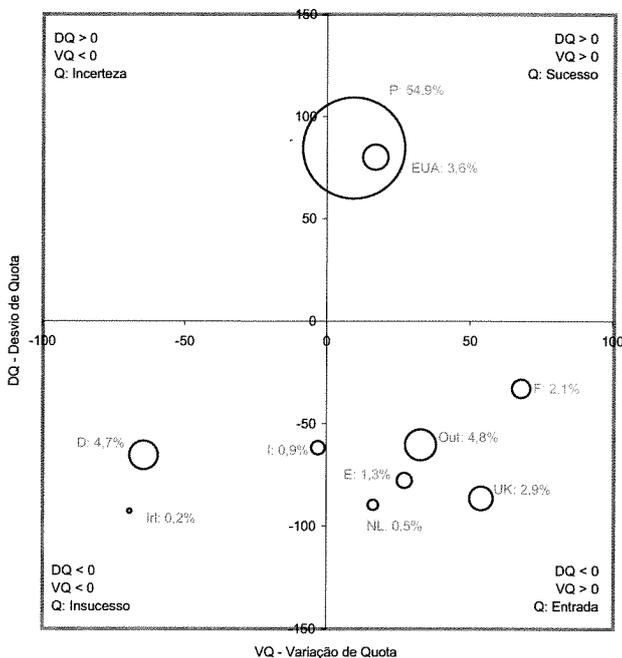
Destino Algarve - Análise das Origens



- Reduzida dependência da origem Portugal.
- Predomínio das situações de perda de quota de mercado, sendo a região com maior recuo da quota de mercado global.
- Desvio de quota positivo em origens geograficamente menos próximas.
- Para além do elevado número de origens (6) no quadrante de insucesso, três das quatro origens mais importantes estão em posição de incerteza.

FIGURA 7

Destino Açores - Análise das Origens

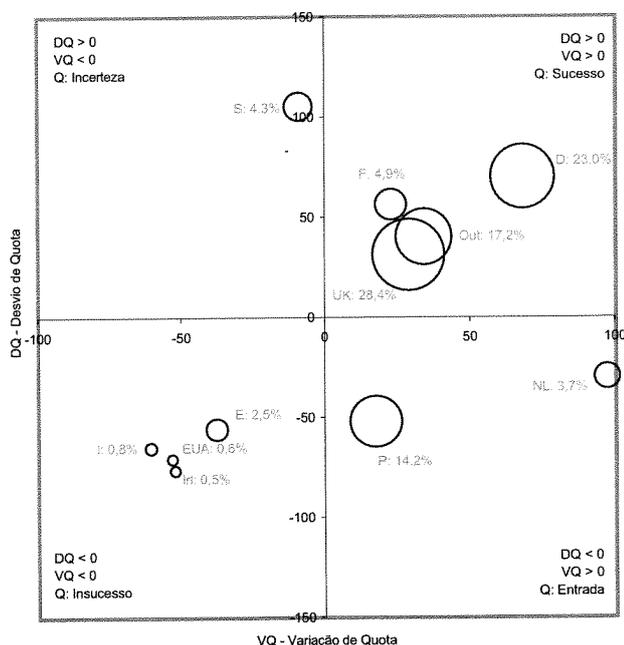


- Dependência da origem Portugal, tendo sido a única região a registar uma redução da concentração de mercado (Índice de Gini passa de 0,81 em 1991 para 0,78 em 2001).
- Predomínio das situações de ganho de quota de mercado, sendo a região com maior progressão da quota de mercado global.
- Desvio de quota positivo em apenas três origens (Suécia, Portugal e Estados Unidos da América).
- Elevado número de origens (5) no quadrante de entrada

Nota: optou-se por não representar a origem Suécia (VQ=7.313,9; DQ=1.043,0) dado que implicaria uma mudança de escala que dificultaria a percepção das posições relativas das restantes origens.

FIGURA 8

Destino Madeira - Análise das Origens



- Reduzida dependência da origem Portugal.
- Ganhos de quota de mercado nas origens mais importantes e perdas de quota de mercado nas origens menos importantes, provocando:
 - aumento da concentração dos mercados (Índice de Gini passa de 0,54 em 1991 para 0,60 em 2001);
 - progressão assinalável da quota de mercado.
 - Predomínio das origens mais importantes no quadrante de sucesso (4) e das origens menos importantes no quadrante de insucesso (4).

EM SÍNTESE:

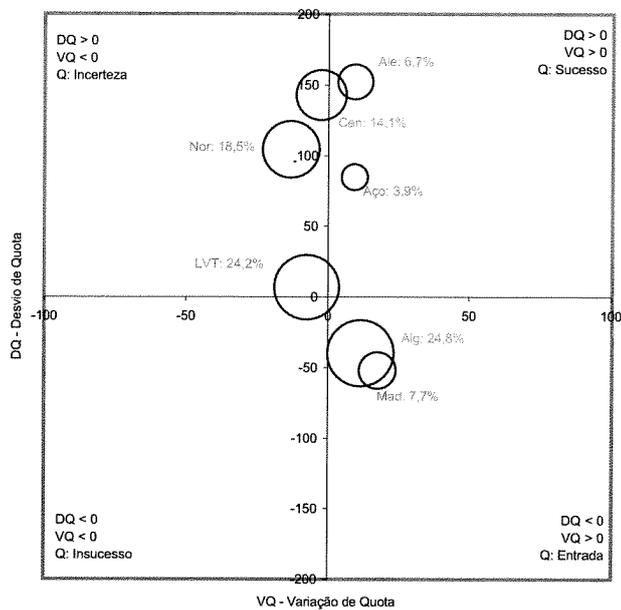
- Região Incerteza – Algarve
A principal região turística regista a maior quebra da competitividade (quota de mercado global).
- Regiões (Consolidação de) Sucesso – Lisboa e Vale do Tejo e Madeira
Principais regiões turísticas a seguir ao Algarve em termos de captação de dormidas, conseguem aumentar a sua competitividade (quota de mercado global), registando as carteiras de mercado menos concentradas.
- Região Promissora – Açores
Ainda com intensidades turísticas inferiores à média nacional, regista a maior progressão da quota de mercado global.

- Regiões Insucesso – Norte, Centro e Alentejo
As regiões com intensidades turísticas mais reduzidas perdem competitividade (quota de mercado global), mantendo uma elevada dependência em relação à origem Portugal.

A análise da evolução das cinco principais origens por destinos tem por base os resultados da AQM, complementados com o estudo da concentração regional (ver Quadro 4) e com os valores das taxas de crescimento das dormidas (ver Quadro 5).

FIGURA 9

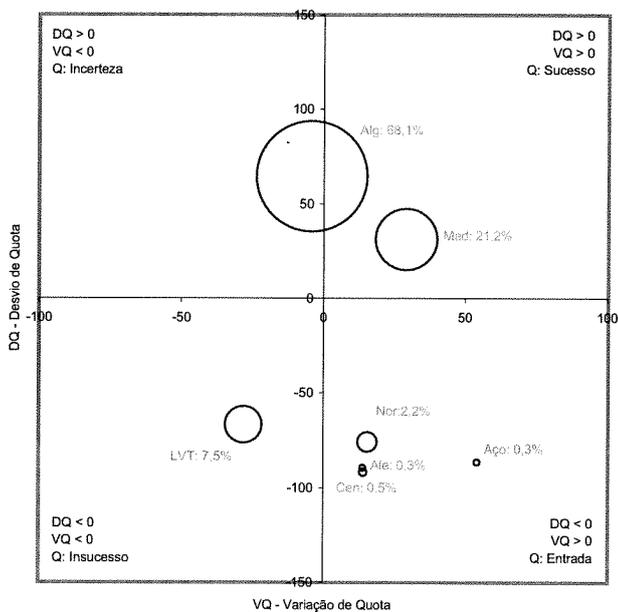
Origem Portugal - Análise das Destinos



- Regista a menor concentração regional (Índice de Gini = 0,36).
- Aumento da importância relativa, dado que apresenta um crescimento superior à média.
- Agrupamentos de desempenhos relativos das regiões:
 - Centro, Norte, Alentejo e Açores – desvio de quota positivo;
 - Algarve e Madeira – desvio de quota negativo com ganhos de quota de mercado;
 - Lisboa e Vale do Tejo – em posição intermédia, mas mais próximo do Algarve e Madeira.

FIGURA 10

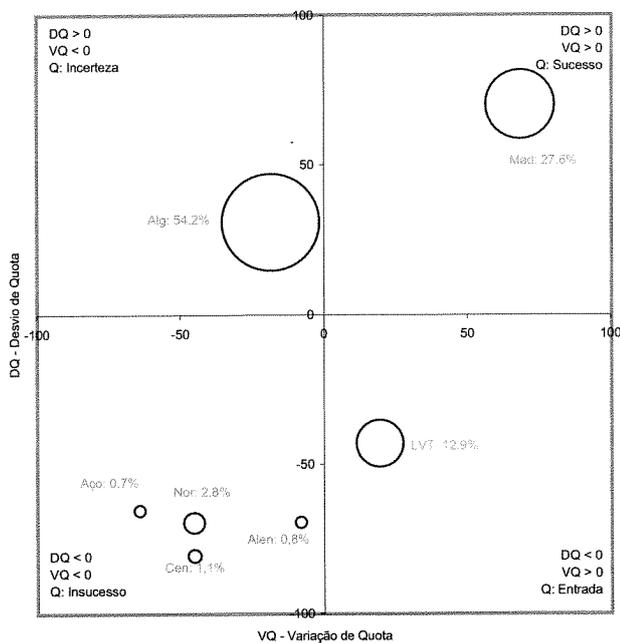
Origem Reino Unido - Análise das Destinos



- Regista uma das concentrações regionais mais elevadas (Índice de Gini = 0,84), com mais de 2/3 das dormidas a ocorrer no Algarve.
- Aumento ligeiro da importância relativa, dado que apresenta um crescimento superior à média, ainda que muito próximo.
- Agrupamentos de desempenhos relativos das regiões:
 - Centro, Norte, Alentejo e Açores – desvio de quota negativo com ganhos de quota de mercado;
 - Algarve e Madeira – desvio de quota positivo;
 - Lisboa e Vale do Tejo – afastada das restantes, com desvio de quota negativo e perda de quota de mercado.

FIGURA 11

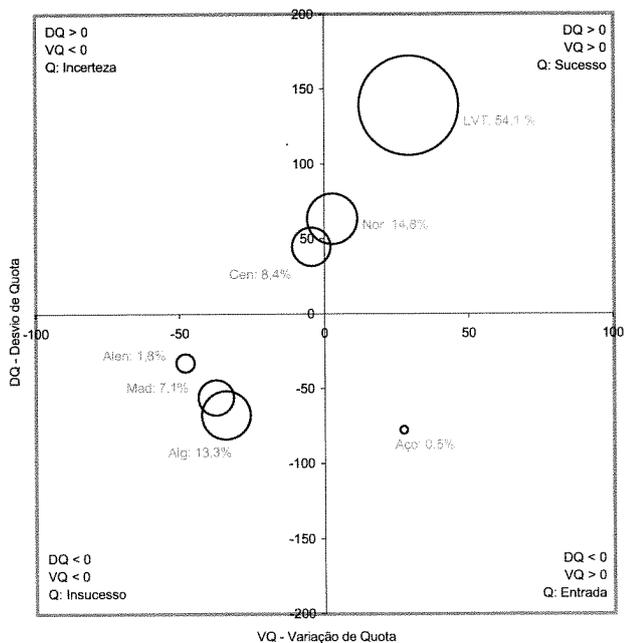
Origem Alemanha - Análise das Destinos



- Regista uma concentração regional superior à da maioria das principais origens (Índice de Gini = 0,75), com mais de metade das dormidas a ocorrer no Algarve.
- Aumento da importância relativa, dado que apresenta um crescimento superior à média.
- Agrupamentos de desempenhos relativos das regiões:
 - Centro, Norte, Alentejo e Açores – desvio de quota negativo com perdas de quota de mercado;
 - Madeira (Sucesso), Algarve (Incerteza) e Lisboa e Vale do Tejo (Entrada) apresentam desempenhos distintos entre si e dos demais.

FIGURA 12

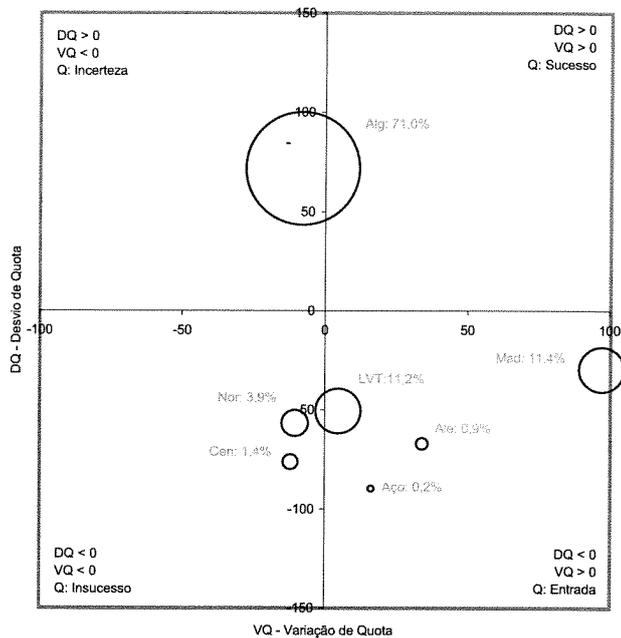
Origem Espanha - Análise das Destinos



- Regista a maior progressão da concentração regional (Índice de Gini passa de 0,55 em 1991 para 0,64 em 2001), com mais de metade das dormidas a ocorrer em Lisboa e Vale do Tejo.
- Redução da importância relativa, apresentando uma variação quase nula no número absoluto de dormidas.
- Agrupamentos de desempenhos relativos das regiões:
 - Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro – desvio de quota positivo com variações de quota diferenciadas;
 - Alentejo, Madeira e Algarve – desvio de quota negativo com redução da quota de mercado;
 - Açores – desvio de quota negativo com ganhos de quota de mercado.

FIGURA 13

Origem Holanda - Análise das Destinos



- Regista uma das concentrações regionais mais elevadas (Índice de Gini = 0,48), com mais de 2/3 das dormidas a ocorrer no Algarve.
- Redução da importância relativa, apresentando uma variação quase nula no número absoluto de dormidas.
- Agrupamentos de desempenhos relativos das regiões:
 - Algarve – única região com desvio de quota positivo;
 - Madeira, Alentejo, Açores e Lisboa e Vale do Tejo – desvio de quota negativo com ganhos de quota de mercado;
 - Norte e Centro – desvio de quota negativo com perdas de quota de mercado.

O quadro 8 apresenta para cada par de destinos o número de vezes em que se encontram em quadrantes distintos nas cinco principais origens. Em termos globais, o Algarve é a região mais singular, seguindo-se Lisboa e Vale do Tejo e a Madeira. O Algarve nunca se encontra no mesmo quadrante

de Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Açores. Os pares Norte/Centro; Norte/Alentejo; e Alentejo/Açores são os mais semelhantes entre si não se encontrando no mesmo quadrante em apenas uma das cinco origens.

QUADRO 8

Dissemelhança entre os destinos nas cinco principais origens

	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Norte	0	1	3	1	5	3	5
Centro	1	0	5	3	5	3	5
LVT	3	5	0	4	5	4	4
Alentejo	1	3	4	0	4	1	3
Algarve	5	5	5	4	0	5	3
Açores	3	3	4	1	5	0	4
Madeira	5	5	4	3	3	3	0
TOTAL	18	22	25	16	27	19	24

4. CONCLUSÕES

A AQM complementada por medidas de concentração e taxas de crescimento revela-se um instrumento adequado para o estudo da competitividade turística regional.

As sete regiões NUTS II apresentam níveis de intensidade turística diferenciados, com o Algarve e a Madeira a registarem valores substancialmente superiores à média nacional. Algarve, Madeira e Lisboa e Vale do Tejo captam, em 2001, 80,3% das dormidas em estabelecimentos hoteleiros.

As regiões com níveis mais elevados de intensidade turística são as menos dependentes da origem Portugal (turismo doméstico), revelando maior capacidade competitiva para captação de fluxos turísticos internacionais (turismo receptor). Por sua vez, a origem Portugal é a que menos contribui para “desequilíbrios” regionais. Porém, a dificuldade apresentada pelo Norte, Centro, Alentejo e Açores para captar fluxos turísticos internacionais torna estas regiões, em especial as três primeiras, excessivamente dependentes da origem Portugal.

Os resultados obtidos conduzem à rejeição de H1 (a competitividade turística relativa das NUTS II não se alterou) e à aceitação de H2 (as regiões apresentam níveis de competitividade turística distintos para as várias origens).

De facto, o desempenho relativo das regiões é distinto com prevalência dos sinais de divergência. As regiões com posições competitivas menos fortes registam as evoluções menos favoráveis, à excepção dos Açores, e as regiões com posições competitivas mais fortes registam as evoluções mais favoráveis, à excepção do Algarve.

Por outro lado, as regiões têm desempenhos relativos distintos entre si nas várias origens. Uma análise mais detalhada das cinco principais origens demonstra que a singularidade é mais intensa entre as principais regiões turísticas o que pode potenciar conflitualidade regional na definição de objectivos nacionais.

Em síntese, no período de 1991 a 2001, verificaram-se alterações na competitividade turística das regiões NUTS II.

Uma das principais vantagens da AQM é a sua simplicidade, pelo que houve necessidade de complementar a análise com outros indicadores. Esta situação sugere a possibilidade de, em investigações futuras, serem introduzidas alterações aos conteúdos da AQM com o objectivo de a tornar mais autónoma. Para além disso, deve ser encontrada uma solução para uniformização das escalas, a qual se revela indispensável para comparações mais directas.

Relativamente ao objecto do estudo, recomenda-se a realização de análises mais dinâmicas através da definição de vários períodos de referência, permitindo a construção de séries de desvios de quota e de variações de quota. Em simultâneo, podem ser desenvolvidas análises para avaliação dos factores de competitividade.

BIBLIOGRAFIA

- Ahmed, Z. e Krohn, F. (1990), "Reversing the United States' Declining Competitiveness in the Marketing of International Tourism: A Perspective on Future Policy" in *Journal of Travel Research*, Vol. 29, nº 2, pp. 23-29
- Bonn, M. e Brand, R. (1995), "Identifying Market Potential: The Application of Brand Development Indexing to Pleasure Travel" in *Journal of Travel Research*, Vol. 34, nº 2, pp. 31-35
- Butler, R. (1980), "The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources" in *Canadian Geographer*, Vol. 24, nº 1, pp. 5-12
- Calantone, R. e Mazanec, J. (1991), "Marketing Management and Tourism" in *Annals of Tourism Research*, Vol. 18, nº 1, pp. 101-119
- Eurostat (2002), "Tourism and the environment" in *Statistics in focus*, Theme 4 – 40/2002
- Eurostat (2003), "Regional GDP per capita in the EU and candidate countries in 2000" in *News Release*, 10/2003, 30/01/2003
- Faulkner, B. (1997), "A Model for the Evaluation of National Tourism Destination Marketing Programs" in *Journal of Travel Research*, Vol. 35, nº 3, pp. 23-32
- Feurer, R. e Chaharbaghi, K. (1994), "Defining Competitiveness: A Holistic Approach" in *Management Decision*, Vol. 32, nº 2, pp. 49-58
- Gearing, C., Swart, W. e Var, T. (1974), "Establishing a Measure of Touristic Attractiveness" in *Journal of Travel Research*, Vol. 12, nº 4, pp. 1-8
- Henshall, B. e Roberts, R. (1985), "Comparative Assessment of Tourist Generating Markets for New Zealand" in *Annals of Tourism Research*, Vol. 12, nº 2, pp. 219-238
- INE (1992), *Estatísticas do Turismo – 1991*, Lisboa, INE
- ___ (2002a), *Estatísticas do Turismo – 2001*, Lisboa, INE
- ___ (2002b), *Portugal em Números – Informação Estatística 1991-2001*, Lisboa, INE
- Kozak, M. e Rimmington, M. (1999), "Measuring tourist destination competitiveness: conceptual considerations and empirical findings" in *International Journal of Hospitality Management*, Vol. 18, nº 3, 273-283
- Loker, L. e Perdue, R. (1992), "A Benefit-Based Segmentation of a Nonresident Summer Travel Market" in *Journal of Travel Research*, Vol. 31, nº 1, pp. 30-35
- Mazanec, J. (1986a), "Allocating an Advertising Budget to International Travel Markets" in *Annals of Tourism Research*, Vol. 13, nº 4, pp. 609-634
- Mazanec, J. (1986b), "How to Evaluate a Travel Market. Econometric Modeling vs. Multi-Attribute Decision Making with Management Estimates" in *Centre des Hautes Études Touristiques - Série C*, nº 48
- Mazanec, J. (1995), "Análise da Posição Estratégica de Cidades Turísticas: Um Estudo para Lisboa" in *Revista Portuguesa de Gestão*, nº II/III, pp. 83-94
- McKercher, B. (1995), "The Destination-Market Matrix: A Tourism Market Portfolio Analysis Model" in *Journal of Travel & Tourism Marketing*, Vol. 4, nº 2, pp. 23-40
- Reis, E. (1991), *Estatística Descritiva*, Lisboa, Edições Sílabo
- Rita, P. (1992), "An Expert Support System for Promotional Budget Allocation in National Tourist Offices" in *Service Industries Management Research Unit, Working Paper Series*, Cardiff, Cardiff Business School
- Ritchie, J. e Crouch, G. (1993), "Competitiveness in International Tourism - a framework for understanding and analysis", *unpublished paper*, The University of Calgary, World Tourism Education and Research Centre
- Weiermair, K. (1993), "Some Reflections on Measures of Competitiveness for Wintersport Resorts in Overseas Markets" in *The Tourist Review*, Vol. 48, nº 4, 35-41
- Wynegar, D. (1994), "Estimating the Potential of International Markets", in Ritchie e Goeldner (coord), *Travel, Tourism and Hospitality Research*, New York, John Wiley and Sons, 597-606

INSERÇÃO TERRITORIAL DAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS EM PORTUGAL – UMA TIPOLOGIA DE CARACTERIZAÇÃO

João Albino Matos Silva - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve - E-mail: j.silva@ualg.pt

José António Vieira da Silva - ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

RESUMO:

O crescimento dos principais indicadores macroeconómicos associados ao turismo português, se fazem das actividades que lhes estão associadas uma das principais especializações produtivas do país, vêm colocar a necessidade de uma reflexão estratégica sobre a inserção do turismo em contextos regionais.

Este artigo, ao pretender responder a estas preocupações, começa por esboçar uma análise quantitativa da estrutura espacial das actividades turísticas em Portugal, através da construção de um índice de localização turística ponderado, cujo objectivo é o de analisar o protagonismo destas actividades no tecido produtivo das regiões portuguesas.

Num segundo momento é desenvolvida uma tipologia qualitativa cujo objectivo é o de analisar o potencial de estruturação do turismo numa base regional.

Finalmente equacionam-se os problemas nucleares e as áreas estratégicas de intervenção concordantes com a tipologia apresentada e baseados nos principais factores que delimitam o desenvolvimento turístico sustentável.

ABSTRACT:

The evolution of the main macroeconomics indicators associated with Portuguese tourism, if demonstrating that related activities with this sector are associated with some of the country's main production specialization, also highlight the need for a strategic reflection on tourism insertion on a regional context.

This article, while aiming to answer these concerns, starts by outlining a quantified analysis for the structure of Portuguese tourism spatial activities, by building a localization weighed tourism index, whose goal is to analyze the importance these activities have on the Portuguese regional "industries".

On a second stage, a qualitative typology is developed aiming at analyzing the tourism structural potential on a regional basis.

Finally, central problems are considered as well as strategic areas for actions according with the presented typology and based on the main factors that define sustainable tourism development.

INTRODUÇÃO

A crescente importância das actividades turísticas na economia portuguesa, para além de possuir um elevado significado macroeconómico, reflecte-se igualmente na atenção que tem vindo a ser dada à relevância regional destas actividades.

De facto, cada vez mais as actividades do turismo e do lazer são colocadas como alternativas regionais aos problemas e bloqueios de sectores tradicionais das estruturas produtivas de diversas regiões do território nacional.

Apesar do aparente consenso sobre as oportunidades que se abrem regionalmente à oferta turística, estamos perante um quadro de recursos e de dinâmica da procura que continua marcado por fortíssimas desigualdades territoriais.

Este quadro de assimetrias é marcado por distintos níveis de exploração dos recursos existentes, mas igualmente por patamares bem diversos de intensidade de recursos turisticamente relevantes. A diversa capacidade que as actividades turísticas possuem para estruturar as economias regionais aconselha a que se desenvolva um esforço metodológico de caracterização tipológica das relações entre o turismo e a sua realidade territorial envolvente.

Este esforço de operacionalização constitui um importante pressuposto de fundamentação de estratégias de desenvolvimento que possuam elevados níveis de compatibilização com a realidade e se transformem em verdadeiros instrumentos de promoção do desenvolvimento regional.

Com o presente texto pretende-se proceder a uma reflexão em torno desta problemática e estrutura-se nos seguintes passos:

- caracterização da estrutura e dinamismo regional destas actividades;
- construção de uma tipologia de inserção do turismo nos espaços regionais do continente português;
- apresentação e discussão do quadro de factores nucleares para o desenvolvimento estratégico para os vários tipos de regiões estudadas.

1. A ESTRUTURA ESPACIAL DAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS

1.1 ENQUADRAMENTO ANALÍTICO

O período de expansão acelerada da importância relativa das actividades turísticas na economia portuguesa, que se inicia nos finais da década de 60 com a abertura do Aeroporto de Faro, corresponde, igualmente, a uma mutação profunda no padrão territorial destas actividades.

A exploração intensa dos recursos turísticos de base balnear nos mercados externos e a sua afirmação no mercado interno, faz com que se acentue a localização litoral das infraestruturas turísticas e, especialmente, uma enorme polarização na costa Algarvia.

A natureza das actividades turísticas não viabiliza com facilidade a identificação rigorosa da sua importância regional relativa, já que a procura turística se dirige a um leque variado de estruturas de oferta (alojamento, restauração, transportes e comunicações, comércio...) que dificulta a delimitação estatística da sua relevância.

Por outro lado, a dimensão espacial das mesmas actividades possui características muito específicas

que combinam, nomeadamente, ocupações extensivas de perfil regional, com lógicas de elevada polarização de recursos específicos.

Uma aproximação à identificação do padrão espacial das actividades turísticas no continente português, pode ser ensaiada combinando uma desagregação espacial relativamente fina (as NUTS III) com um conjunto de variáveis centrais de estruturação destas actividades. Seleccionando variáveis da procura – dormidas de nacionais (DN) e estrangeiros (DE) – e variáveis da oferta – alojamento hoteleiro (AH), alojamento em parques de campismo (APC), emprego na restauração (EP) e na hotelaria (EH) – é possível estimar com um rigor elevado a natureza espacial do turismo nacional.

Como importantes lacunas desta selecção de indicadores poder-se-á salientar a ausência de uma importante variável do alojamento informal (as chamadas camas turísticas não classificadas) bem como a natureza muito diversificada do sector da restauração o qual, em diversos contextos espaciais, não pode ser rigorosamente associado integralmente à procura turística.

Estas lacunas possuem uma capacidade evidente para distorcer a imagem da importância regional do turismo, especialmente porque subavaliam as regiões de procura mais intensa, mas não comprometem o essencial da sua representação do fenómeno.

Naturalmente que uma estrutura regional destas variáveis é marcadamente afectada pela distinta dimensão social e económica das regiões consideradas.

Justifica-se, por isso, produzir uma imagem mais sintética e expressiva do padrão espacial procedendo a duas transformações nas variáveis estudadas: por um lado, sintetizando numa única variável a

informação apresentada e, por outro lado, inserindo essa informação sintética nas características dimensionais básicas das regiões consideradas.

O primeiro passo cumpre-se calculando uma Estrutura Ponderada das Variáveis Turísticas onde se valorizará de forma dupla as componentes com maior potencial de influência na estruturação económica das regiões e que mais rigorosamente representam a economia do turismo: a oferta hoteleira, o emprego na hotelaria e as dormidas de estrangeiros.

O resultado para a região i do indicador da Estrutura Ponderada de Vectores Turísticos (EPVT) será, então, calculado da seguinte forma:

$$EPVT_i = (2 AH_i + APC_i + 2 EH_i + ER_i + 2 DE_i + DN_i) / 9$$

Onde AH = peso regional no alojamento hoteleiro; APC = peso regional no alojamento de campismo; EH = peso regional no emprego hoteleiro; ER = peso regional no emprego na restauração; DE = peso regional nas dormidas de estrangeiros; DN = peso regional nas dormidas de nacionais.

O segundo passo realiza-se com a produção de um indicador de Localização Turística Ponderada que irá combinar o peso regional do indicador de síntese calculado no passo anterior com o peso regional médio nas variáveis população residente e Valor Acrescentado Bruto.

O indicador de Localização Turística Ponderada (LCP) será então:

$$LCP_i = EPVT_i / [(PR_i + VAB_i) / 2]$$

Onde PR_i = peso regional na população residente e VAB_i = peso regional no VAB.

Este indicador, cuja leitura é semelhante aos diversos indicadores de Localização utilizados na análise das estruturas regionais, limita-se a indicar a relação existente entre a importância da região no turismo e o seu peso demográfico e económico.¹

Importa reforçar que estamos já não apenas a identificar a dimensão absoluta das variáveis turísticas mas a combiná-las com a dimensão da região onde se inserem, logo a determinar fortemente o estudo de localização pelo seu contexto territorial.

Este estudo deverá, aliás permitir uma leitura possível da diferente capacidade de estruturação regional das actividades turísticas. A utilização de uma das modalidades da escala de Liekert permitirá agrupar as regiões segundo a localização turística:

- Admite-se, assim, que localizações muito intensas (5) e intensas (4), por exemplo, estarão em regiões onde a importância relativa do indicador sintético das actividades turísticas (*EPVT*) no continente português, é superior à importância relativa dos indicadores relacionados com a dimensão económica e social no mesmo espaço.
- Com a mesma lógica metodológica, ter-se-ão regiões com localização moderada (3) onde exista algum equilíbrio das importâncias relativas daqueles indicadores.
- Agrupar-se-ão por ordem decrescente nos últimos escalões, regiões com baixa (2), reduzida (1) e muito reduzida (0) localização turística, acentuadoras de uma menor ou mesmo diminuta capacidade de estruturação regional das actividades turísticas.

¹ Para uma abordagem recente dos indicadores de localização, remete-se o leitor para DELGADO, A. P. e GODINHO, I. M. (2002).

1.2 APLICAÇÃO DOS INDICADORES AO CONTINENTE PORTUGUÊS

Observando o Quadro 1, é patente a extrema diversidade do peso regional nas variáveis turísticas, com o enorme destaque da região algarvia nos diversos indicadores de oferta e de procura, com particular incidência nas variáveis de maior capacidade estruturante (a oferta hoteleira e a procura externa).

A concretização dos dois passos da metodologia podem ser observados no Quadro 2 e na Figura 1.

Este ensaio evidencia-nos a enorme dualidade existente no padrão locativo nacional já que apenas o Algarve possui uma intensidade no território continental português muito elevada (cerca de 10 vezes superior à média nacional) e apenas mais uma região, o Alentejo Litoral, possui um indicador superior à unidade (Quadro 2 e Figura 1).

QUADRO 1
Estrutura Ponderada de Vectores Turísticos (NUTS III)

	EPVTI	AH	%	APC	%	EH	%	ER	%	DE	%	DN	%
Norte													
Minho Lima	1,47%	2 800	1,5%	7 990	3,4%	417	1,3%	1 337	1,6%	64 738	0,3%	176 547	2,1%
Cávado	1,55%	3 962	2,1%	2 850	1,2%	753	2,3%		0,0%	144 445	0,8%	212 652	2,6%
Ave	0,99%	1 687	0,9%	720	0,3%	387	1,2%	1 691	2,0%	76 353	0,4%	139 823	1,7%
Grande Porto	7,26%	11 988	6,2%	231	0,1%	2 517	7,6%	16 438	19,5%	780 041	4,1%	839 569	10,1%
Tâmega	0,55%	1 464	0,8%	0	0,0%	224	0,7%	1 099	1,3%	20 608	0,1%	51 025	0,6%
Entre Douro e Vouga	0,38%	651	0,3%	0	0,0%	111	0,3%	1 051	1,2%	24 945	0,1%	45 497	0,6%
Douro	0,96%	1 921	1,0%	5 000	2,2%	337	1,0%	686	0,8%	23 598	0,1%	120 925	1,5%
Alto Trás-os-Montes	1,15%	3 233	1,7%	4 040	1,7%	471	1,4%	0	0,0%	22 673	0,1%	178 630	2,1%
Centro													
Baixo Vouga	2,43%	4 488	2,3%	19 190	8,3%	738	2,2%	0	0,0%	120 030	0,6%	267 230	3,2%
Baixo Mondego	3,38%	5 426	2,8%	26 200	11,3%	674	2,0%	2 699	3,2%	272 244	1,4%	280 396	3,4%
Pinhal Litoral	1,42%	3 051	1,6%	5 700	2,5%	443	1,3%	1 236	1,5%	80 688	0,4%	177 977	2,1%
Pinhal Interior Norte	0,53%	472	0,3%	6 400	2,8%	71	0,2%	541	0,6%	6 886	0,0%	31 193	0,4%
Dão-Lafões	1,40%	3 844	2,0%	3 260	1,4%	594	1,8%	0	0,0%	37 471	0,2%	269 638	3,2%
Pinhal Interior Sul	0,05%	95	0,1%	0	0,0%	18	0,1%	110	0,1%	168	0,0%	8 901	0,1%
Serra da Estrela	0,19%	438	0,2%		0,0%	86	0,3%	139	0,2%	6 822	0,0%	37 615	0,5%
Beira Interior Norte	0,52%	997	0,5%	2 380	1,0%	181	0,5%	432	0,5%	17 618	0,1%	67 531	0,8%
Beira Interior Sul	0,55%	1 257	0,7%	1 700	0,7%	255	0,8%	0	0,0%	12 319	0,1%	104 817	1,3%
Cova da Beira	0,43%	985	0,5%	0	0,0%	176	0,5%	413	0,5%	4 764	0,0%	101 311	1,2%
Lisboa e Vale do Tejo													
Oeste	2,88%	5 064	2,6%	21 055	9,1%	820	2,5%	0	0,0%	337 768	1,8%	260 008	3,1%
Grande Lisboa	23,35%	35 476	18,4%	11 350	4,9%	8 411	25,3%	41 428	49,0%	4 775 272	24,9%	1 577 198	18,9%
Península de Setúbal	4,30%	4 186	2,2%	37 260	16,1%	860	2,6%	5 451	6,5%	379 233	2,0%	229 971	2,8%
Médio Tejo	2,02%	5 669	3,0%	1 090	0,5%	815	2,5%	1 145	1,4%	316 547	1,7%	188 905	2,3%
Lezíria do Tejo	0,32%	633	0,3%	1 540	0,7%	116	0,4%		0,0%	20 821	0,1%	50 476	0,6%
Alentejo													
Alentejo Litoral	2,33%	3 466	1,8%	24 245	10,4%	386	1,2%	521	0,6%	164 523	0,9%	185 424	2,2%
Alto Alentejo	0,99%	1 402	0,7%	4 550	2,0%	416	1,3%	756	0,9%	45 968	0,2%	135 852	1,6%
Alentejo Central	1,00%	1 924	1,0%	200	0,1%	484	1,5%	890	1,1%	118 641	0,6%	141 783	1,7%
Baixo Alentejo	0,40%	781	0,4%	1 580	0,7%	164	0,5%	0	0,0%	20 678	0,1%	75 238	0,9%
Algarve													
Algarve	37,23%	85 096	44,2%	43 635	18,8%	12 349	37,1%	6 436	7,6%	11 250 173	58,8%	2 375 673	28,5%
Total		192 456		232 166		33 274		84 499		19 146 035		8 331 805	

Fonte: Estatísticas do Turismo, INE, 1998

Uma análise da maior importância consistirá na avaliação da dinâmica temporal deste indicador.

Cálculos efectuados para o período 1992/1998 permitem verificar uma natural estabilidade do padrão locativo esta realidade (ver quadro 2) mas, ainda assim, detectar algumas dinâmicas interessantes.

Assim, neste período verifica-se uma progressão do indicador em quase todas as NUTSIII do sul do país, (com destaque para o Alentejo) e um recuo das NUTS III da Região Norte. Uma análise mais fina poderia, no entanto, levar-nos à identificação de localizações turísticas em reforço, fora da lógica dominante do turismo balnear.

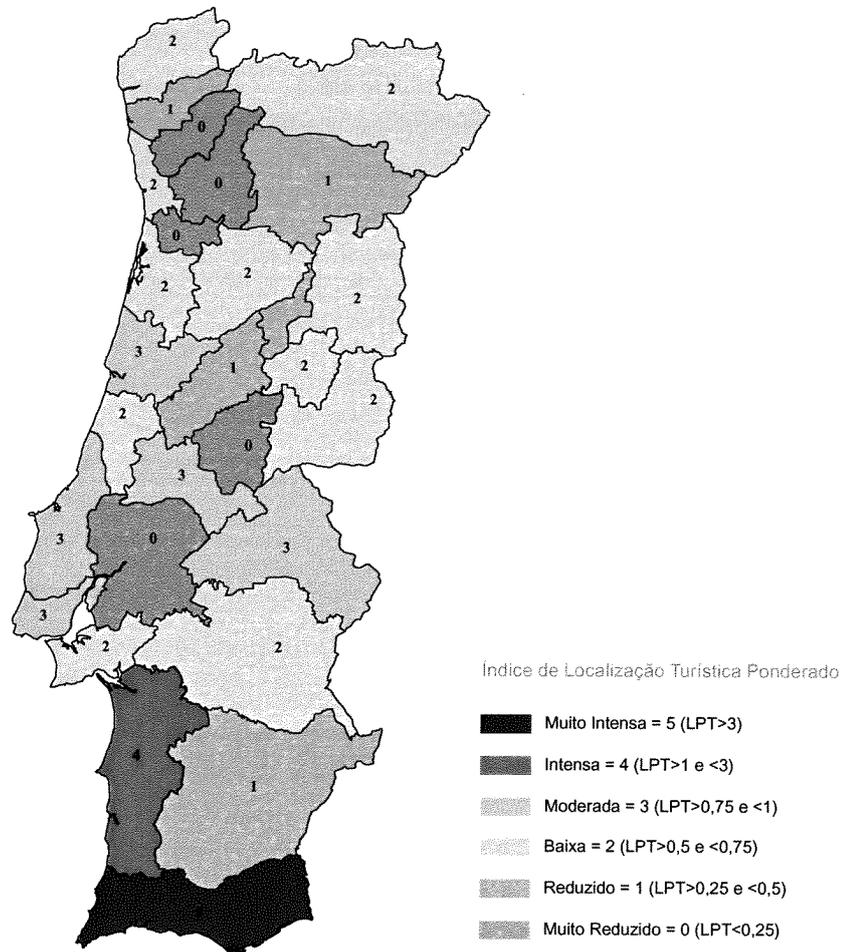
QUADRO 2

Localização Turística Ponderada (1998), por NUTS III

	LTPi	PR	%	VAB	%	variação do LTPi 98-92
Norte						
Minho Lima	0,63	250 500	2,6%	285 700	2,0%	-0,11
Cávado	0,44	378 420	4,0%	481 790	3,0%	-0,12
Ave	0,22	483 750	5,1%	684 147	4,0%	0,04
Grande Porto	0,52	1 201 760	12,7%	2 317 977	15,0%	-0,08
Tâmega	0,13	538 210	5,7%	492 140	3,0%	-0,01
Entre Douro e Vouga	0,13	267 520	2,8%	394 940	3,0%	-0,06
Douro	0,43	234 340	2,5%	279 887	2,0%	0,05
Alto Trás-os-Montes	0,53	223 810	2,4%	245 109	2,0%	-0,14
Centro						
Baixo Vouga	0,62	364 830	3,9%	617 081	4,0%	-0,12
Baixo Mondego	1,05	326 370	3,4%	532 677	3,0%	0,07
Pinhal Litoral	0,64	231 550	2,4%	382 781	2,0%	0,03
Pinhal Interior Norte	0,44	131 760	1,4%	139 939	1,0%	0,06
Dão-Lafões	0,56	282 460	3,0%	318 168	2,0%	-0,14
Pinhal Interior Sul	0,00	44 480	0,5%	53 759	0,0%	0,00
Serra da Estrela	0,69	51 680	0,6%	46 866	0,0%	0,20
Beira Interior Norte	0,48	111 180	1,2%	130 044	1,0%	-0,19
Beira Interior Sul	0,60	77 270	0,8%	104 157	1,0%	0,11
Cova da Beira	0,44	88 750	0,9%	105 040	1,0%	-0,01
Lisboa e Vale do Tejo						
Oeste	0,84	365 090	3,9%	516 026	3,0%	0,00
Grande Lisboa	0,95	1 835 380	19,4%	4 620 601	30,0%	0,02
Península de Setúbal	0,66	671 740	7,1%	926 840	6,0%	0,14
Médio Tejo	0,92	224 480	2,4%	301 328	2,0%	0,09
Lezíria do Tejo	0,14	229 770	2,4%	354 994	2,0%	-0,03
Alentejo						
Alentejo Litoral	2,35	92 590	1,0%	199 251	1,0%	0,30
Alto Alentejo	0,88	119 830	1,3%	158 831	1,0%	0,23
Alentejo Central	0,72	166 680	1,8%	233 751	1,0%	0,28
Baixo Alentejo	0,33	131 220	1,4%	149 236	1,0%	0,01
Algarve						
	10,06	348 650	3,7%	581 827	3,7%	0,10
Total		9 474 070		15 654 887		

Fonte: INE, 1992, 1998.

FIGURA 1
Localização Turística Ponderada - NUTS III
(Portugal Continental)



A distribuição dos valores da localização turística pode dar origem a seis conjuntos diferenciados:

- localização muito intensa – $LPT > 3$
- localização intensa – $LPT > 1$ e < 3
- localização moderada – $LPT > 0,75$ e < 1
- localização baixa – $LPT > 0,5$ e $< 0,75$
- localização reduzida - $LPT > 0,25$ e $< 0,5$
- localização muito reduzida – $LPT < 0,25$

As regiões litorais de Lisboa e do Centro apresentam os valores mais relevantes de localização turística, excluindo as regiões de localização intensa. Levando em consideração a dimensão económica e social da região da Grande Lisboa, torna-se imperioso assinalar a importância que o indicador de localização assume nesta região.

Se as regiões de turismo intenso (Algarve e Alentejo Litoral) são determinadas pela predominância do turismo balnear, já nas regiões de localização

moderada se combinam situações de recursos “praia” e pólos de turismo cultural e de negócios (Lisboa) ou religioso (Fátima) – Médio Tejo).

A distribuição dos indicadores calculados nas restantes regiões mostra-nos a menor capacidade de estruturação regional das actividades na região Norte e na generalidade das regiões do interior.

Saliente-se que a produção desta imagem não permite valorizar dois fenómenos de importância estratégica para o desenvolvimento futuro do turismo no território nacional.

Por um lado, este indicador não inclui, naturalmente, a dimensão do potencial dos recursos existentes, mas, tão só o nível de exploração existente.

Por outro lado, a abordagem de base regional, ainda que com ventilação relevante, não valoriza fenómenos de escala muito localizada existentes em diversas regiões e que possuem uma dimensão por vezes nuclear na estruturação de economias locais.

2. O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL – O POTENCIAL DA ESTRUTURAÇÃO REGIONAL DAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS

No quadro das profundas transformações que vêm marcando a estrutura económica e social de inúmeras regiões portuguesas (como, aliás, noutros contextos nacionais) as oportunidades de desenvolvimento das actividades turísticas aparecem como denominador comum de diversas estratégias de desenvolvimento. Este facto possui três principais factores explicativos:

- o esgotamento de modelos de localização espacial de diversas actividades produtivas (na agricultura, na indústria nos sectores extractivos) fruto dos movimentos nacionais e internacionais de reestruturação;
- o dinamismo da procura turística, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista de uma permanente diversificação dos seus perfis;
- A valorização, pela procura, dos recursos com capacidade diferenciadora dos produtos turísticos, especialmente aqueles que estão associados às características ambientais e culturais de base territorial.

Esta conjugação de potencialidades vindas do lado da procura e da oferta colocam, no entanto, dois tipos de problemas nucleares: por uma lado, assiste-se a uma frequente incapacidade de valorizar substancialmente os recursos detectados, quer por debilidades de estruturação da oferta, quer por insuficiências dos mecanismos de promoção e afirmação concorrencial; por outro lado, teme-se também recorrentemente que uma expansão desordenada das actividades turísticas gere desequilíbrios ambientais que comprometam a sustentabilidade da exploração desses mesmos recursos.

A abordagem desta problemática impõe uma reflexão aprofundada sobre a natureza dos impactes que as actividades turísticas podem gerar nos seus contextos territoriais. Este impacte dependerá, naturalmente da dimensão e da natureza das actividades turísticas que os recursos existentes possam potenciar (Silva e Perna, 2002).

2.1 RECURSOS E ACTIVIDADES - BINÓMIO DE ESTRUTURAÇÃO DO IMPACTE TURÍSTICO

É sabido que as actividades turísticas, enquanto utilizadoras de bens ambientais e de recursos de base que as favorecem, estão dependentes da existência sustentada de um ambiente equilibrado. Nessa medida, os recursos naturais e histórico-culturais constituem-se como principais factores do próprio desenvolvimento turístico.

Uma tipologia possível de recursos naturais e histórico-culturais enquadrará no primeiro grupo recursos como albufeiras, praias, paisagem, montanha, reservas e parques naturais, fauna e flora, por exemplo, colocando no segundo recursos histórico-culturais edificados (centros históricos, museus, santuários, castelos e palácios, por exemplo) e não edificados (gastronomia, artesanato e feiras tradicionais, por exemplo).

Por outro lado, a ocupação actual de um território, poderá ser vista como um recurso turístico pelo seu valor potencial para o desenvolvimento de actividades turísticas. O que significa que o turismo é constituído por actividades com grande dispersão espacial, podendo ocorrer em praticamente todos os tipos de usos de solo, sejam eles tecidos urbanos, zonas florestais, praias ou espaços de vegetação natural.

As actividades turísticas decorrem directamente dos recursos existentes ou através da introdução destes num determinado espaço e poderão causar efeitos positivos ou negativos nos recursos de uma forma mais ou menos intensa. Como actividades mais significativas teremos por exemplo, visitas a monumentos e museus, ir à praia, o montanhismo, o mergulho e natação e a vela, entre outras.

Os impactes resultantes do desenvolvimento de actividades turísticas são gerados, quer pela implementação das actividades num determinado espaço, quer pela maior ou menor compatibilidade que se vier a estabelecer entre as actividades, já que a simultaneidade de actividades turísticas diferentes no mesmo espaço de uso poderá originar potenciais conflitos e incompatibilidades (Secrétariat d'Etat au Tourisme, 2000).

Convirá ter presente que os eventuais efeitos negativos do desenvolvimento turístico derivam da construção e utilização de infraestruturas turísticas - equipamentos hoteleiros e urbanizações turísticas, restaurantes e acessos rodoviários por exemplo - mais do que do decorrer da própria actividade turística.

Resultará da tipologia de actividades turísticas uma aproximação aos tipos de turismo como sejam o **turismo desportivo** – actividades como o golfe ou pesca -, **turismo balnear** – actividades como a natação ou ir à praia -, **turismo cultural** – fotografia ou visita a monumentos -, **turismo rural** – marcha ou equitação – **turismo de negócios** – conferencia ou passeios, **turismo termal** – repouso ou passeios².

² O desenvolvimento desta metodologia de classificação é feito em SILVA et al (1994).

2.2 A INSERÇÃO ESPACIAL DAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS – ENSAIO DE TIPOLOGIA

Naturalmente estas actividades possuem uma relevante diversidade nas suas características fundamentais, nomeadamente naqueles factores que contribuem mais marcadamente para um efeito de estruturação dos tecidos económicos e sociais.

Estes factores caracterizadores correspondem a vectores de influência das actividades turísticas nos seus contextos de inserção que possuem diversas exigências de mobilização de recursos e factores produtivos.

Um ensaio de identificação qualitativa da intensidade de cada um dos vectores nos diversos tipos de turismo (e das actividades correspondentes) pode ser visualizada na Fig. 2, utilizando-se os tipos de turismo presente em documentação oficial (Secretaria de Estado do Turismo, 2000) e os modelos de impacte económico e ambiental do turismo (BULL, 1992), para fixar as características influenciadoras.

Esta análise corresponde necessariamente a uma valorização significativamente marcada pelo contexto territorial e temporal que se considere. No caso presente, trata-se de avaliar as situações típicas que se poderão identificar na situação portuguesa face à natureza dos recursos que globalmente existem no nosso país e face ao perfil dominante da procura existente³.

FIGURA 2

Actividades Turísticas - Tipologias de Caracterização

Características Influenciadoras	Estadia Média	Fluxo Potencial	Perfil da Procura	Exigência Infra- -estrutural	Efeito Ambiental
Tipo de Turismo					
Balnear	Elevada	Elevado	Baixo	Elevada	Elevado
Cultural	Média	Baixo/Médio	Médio	Média	Médio/Baixo
Rural/Habitação	Média/Baixa	Baixo	Elevado/Médio	Baixa	Baixo
Montanha	Média/Baixa	Baixo	Médio	Média/Elevada	Baixo/Médio
Desportivo	Média	Médio	Médio/Elevado	Elevada/Média	Médio/Baixo
Negócios	Baixa	Baixo	Elevado	Média	Baixo
Religioso	Baixa	Baixo	Baixo	Média	Baixo
Termal	Elevada	Baixo	Médio	Média/Elevada	Baixo

³ As características básicas das actividades que compõem os tipos de turismo identificados serão naturalmente distintas noutros contextos territoriais, particularmente no que se refere a realidades como o turismo de montanha ou o turismo cultural.

A partir de uma valorização como aquela que está esboçada é possível identificar o potencial de capacidade de estruturação e determinação dos espaços regionais dos vários tipos de turismo.

Uma simples conversão da grelha de valorização seguida numa escala cardinal onde à intensidade Elevada correspondesse o valor 7 e à intensidade Baixa o valor 1 conduziria, sem recurso a qualquer ponderação diferenciada dos vectores, a uma valorização global dos tipos de turismo como é exposta na Figura 3.

FIGURA 3

Tipos de Turismo e intensidade de Influência

	Síntese dos Vectores
Balnear	29
Cultural	17
Rural/Habitação	12
Montanha	15
Desportivo	20
Negócios	14
Religioso	8
Termal	18

Esta ordenação de capacidade de produção de efeitos permite identificar, no contexto das actividades turísticas no território continental português, elevada diversidade de valores com o claro destaque para o potencial influenciador do turismo de base balnear.

Naturalmente que a operacionalidade deste tipo de análise obriga à consideração da existência de diversas situações de acumulação de efeitos, provenientes de potenciais de recursos adaptados à emergência de diversos tipos de actividades turísticas.

A Figura 4 ensaia uma leitura de análise combinada de tipos de actividade turística tendo como consequência a existência de diversas situações de elevada acumulação de efeitos gerando, por essa via, modificações da capacidade de estruturação dessas actividades.

Distinguem-se, nomeadamente, situações onde recursos diversos podem conduzir a uma simples adição (combinação) de efeitos de procuras e ofertas distintas, de situações onde os recursos se potenciam mutuamente ampliando a capacidade de produção de efeitos das actividades tomadas isoladamente.

FIGURA 4

Articulação de efeitos da combinação de tipos de turismo

Balnear								
Cultural	PP							
Rural/Habitação	C	PPP						
Montanha	*	C	PP					
Desportivo	PP	C	C	PP				
Negócios	PP	PP	C	C	PP			
Religioso	C	PP	C	C	C	C		
Termal	C	P	PP	C	C	P	P	
	Balnear	Cultural	Rural/ Habitação	Montanha	Desportivo	Negócios	Religioso	Termal

C - Combinação de efeitos P - Potenciação de efeitos (elevada, média ou baixa)

A transformação duma reflexão como aquela que aqui é desenvolvida num instrumento de apoio à promoção de medidas de desenvolvimento sustentável das actividades turísticas implica a capacidade de gerar e gerir uma rigorosa base de dados respeitante aos recursos e à sua intensidade (Nijkamp, P. Et al, 1990).

Por outro lado importará combinar esse levantamento com a natureza potencial da relação que essas actividades podem sustentar com os perfis económicos e sociais das regiões onde se inserem.

Trata-se então de cruzar o potencial de configuração dos recursos turísticos existentes com os níveis de estruturação das actividades económicas existentes. Esta relação procura detectar zonas relevantes para a identificação contemporânea prospectiva de quadros económicos cuja racionalidade venha a tornar-se eficaz para compreender a inserção territorial das actividades turísticas, as suas exigências e requisitos.

A figura seguinte, ao cruzar intensidades de potencial de estruturação das actividades turísticas com as características económicas de regiões ou espaços regionais, produziu cinco situações relevantes do ponto de vista analítico.

FIGURA 5

Turismo e Potencial de Estruturação Regional

		NATUREZA DA ZONA EM ANÁLISE			
		Zonas Deprimidas	Zonas Intermédias	Zonas Económicas densas	Zonas Turísticas
Potencial de Estruturação das Actividades	ELEVADO	Potencial Dominância	Potencial Estruturação	Articulação Sectorial	Dominância
	ALTO/MÉDIO	Potencial Dominância	Potencial Estruturação	Articulação Sectorial	Dominância
	BAIXO/MÉDIO	Dinamização Local	Dinamização Local		
	BAIXO	Dinamização Local			

Geram-se desta forma cinco tipos de inserção correspondente aos seguintes conjuntos:

- Turismo dominante – neste caso trata-se de identificar espaços regionais onde estas actividades desempenham já um papel de profunda determinação das condições sócio-económicas regionais.
- Turismo potencialmente dominante – corresponde à identificação de uma situação prospectiva onde se admite que a existência de recursos quantitativa e qualitativamente importantes do ponto de vista dos seus efeitos de estruturação, combinados com a existência de quadros económicos pouco dinâmicos noutras actividades tenderá a gerar impulsos conducentes à primeira situação tipológica.
- Turismo com participação estruturante – (do ponto de vista regional) – correspondendo a situações regionais onde as actividades turísticas, sem dominarem a afectação de recursos regionais, se podem articular de forma intensa para a estruturação das economias regionais.
- Turismo com inserção intersectorial em economias dinâmicas – correspondendo a situações onde actividades turísticas de diversa dimensão se combinam de forma complementar com afectações de recursos noutras actividades com carácter dominante regionalmente.
- Turismo relevante como factor de dinamização local - referindo-se a potenciais de recursos que, sem capacidade para estruturarem regionalmente uma realidade socio-económica, possuem capacidade para alimentarem dinâmicas locais de oferta e procura.

Esta tipologia possui como características dominantes uma elevada maleabilidade operacional especialmente expressa no facto de poder (e dever) ser aplicada a espaços regionais de dimensão variável não determinados por qualquer lógica institucional ou administrativa.

Nesta óptica trata-se fundamentalmente de uma metodologia orientada para a identificação de coerências espaciais capazes de produzir efeitos na identificação de instrumentos comuns de apoio à sustentabilidade das actividades e à maximização da sua contribuição para o desenvolvimento regional.

2.3 APLICAÇÃO DO ENSAIO DE TIPOLOGIA AO CONTINENTE PORTUGUÊS

Uma possível articulação desta tipologia com os índices de localização turística apresentados no ponto anterior pode ser observada na Figura 6, onde são visíveis as relações entre a metodologia quantitativa dos indicadores de localização e o ensaio tipológico de identificação dos efeitos do turismo nos espaços regionais.

A exemplificação provisória aqui efectuada para algumas NUTS III, se nos permite percorrer a escala dos índices e as tipologias de inserção territorial apresentadas, naturalmente que exigirá um trabalho adicional de caracterização de muitas outras unidades territoriais quer ao nível destas NUTS III, quer num âmbito concelhio.

FIGURA 6

Potencial de Estruturação do Turismo : exemplo de aplicação a algumas NUTS III

NUTS III	Localização Turística Ponderada	Índice de Localização	Tipo Dominante de Turismo	Intensidade de Influência	Inserção Territorial do Turismo
Algarve	Muito Intensa	5	Balnear	29	Turismo Dominante
Alentejo Litoral	Intensa	4	Balnear	29	Turismo Potencialmente Dominante
Grande Lisboa	Moderada	3	Cultural Negócios	17 14	Turismo Articulação Sectorial
Minho / Lima	Baixa	2	Rural/Habitação	12	Turismo com Participação Estruturante
Baixo Alentejo	Reduzida	1	Diverso	15	Turismo com Factor de Dinamização Local

3. TURISMO – INSERÇÃO TERRITORIAL, PROBLEMAS NUCLEARES DE DESENVOLVIMENTO E ÁREAS ESTRATÉGICAS DE INTERVENÇÃO

Neste último ponto, pretende-se equacionar problemas e eventuais soluções à luz das tipologias anteriormente apresentadas e que reforcem uma capacidade de endogeneização do turismo nos tecidos produtivos regionais.

Os problemas associados aos diversos tipos de inserção das actividades turísticas possuem características distintas e intensidades também diversas.

É possível identificar cinco tipos de factores que correspondem a dimensões-problemas na óptica do desenvolvimento turístico sustentável regionalmente.

Trata-se de dimensões físicas da oferta turística que frequentemente escasseiam ou possuem debilidades estruturais, de dimensões empresariais ou

institucionais que poderão bloquear os protagonismos indispensáveis e ainda, de níveis de produção de efeitos do ponto de vista ambiental que constituem, nos nossos dias, o plano simultaneamente mais mediatizado e mais crítico na sustentação estratégica destas actividades.

A) INFRAESTRUTURAÇÃO BÁSICA

Neste domínio incluem-se todas aquelas infraestruturas que, sendo indispensáveis à qualidade de vida da população residente, condicionam o desenvolvimento turístico.

É o caso das infra-estruturas de saneamento básico e de energia, intimamente ligadas à qualidade ambiental e à própria competitividade de turismo; o abastecimento de águas, incluindo a sua qualidade, estado da rede e capacidade de armazenamento, do qual dependerá o funcionamento destas actividades; o tratamento das águas residuais e o sistema de recolha de resíduos onde os aspectos de localização e tipo de tratamento são de particular relevância

nas áreas turísticas; as comunicações associadas à acessibilidade e ao tempo dispendido na aproximação aos recursos turísticos; a rede energética, onde os equipamentos de alojamento e restauração são, em regra, os de maior consumo energético; os equipamentos de saúde, de crescente importância quer face aos segmentos que se deslocam, quer à necessária comparação entre os existentes nos destinos emissores de turistas.

B) INFRAESTRUTURAÇÃO ESPECÍFICA

Será através dos serviços e dos equipamentos associados ao alojamento, alimentação e animação, que o impacto do turismo se faz sentir, num primeiro momento, aos níveis local e regional, surgindo como elemento básico na relação procura – recursos e atracções.

Este tipo de infraestrutura é particularmente sensível a variação dos gostos e preferência dos turistas.

A sua localização surge como um dos principais factores de sucesso, podendo exigir um cuidado planeamento não só da sua localização geográfica como do tipo de estrutura, serviços oferecidos e dimensão.

C) COMPETITIVIDADE

A melhoria da infraestruturação básica e da qualidade dos produtos turísticos deve ser acompanhada por uma preocupação com a competitividade, estando esta intimamente relacionada com a melhoria da produtividade das empresas. Estará em causa, portanto, a procura de ganhos de produtividade, quer através da introdução de novas tecnologias, quer pela melhoria organizacional das empresas, integração de produtos e o desenvolvimento de objectivos estratégicos de longo prazo.

D) INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL

A imagem de um destino turístico não prescinde de uma interdependência de esforços dos vários intervenientes empresariais – hotéis, restaurantes, animação – tendo em vista a percepção por parte do turista de um “só produto, uma só experiência e uma só memória”.

Mas, simultaneamente, a necessária relação do turismo com o próprio desenvolvimento regional obriga à valorização da capacidade endógena para suportar as actividades turísticas, o restauro e a renovação do património cultural e a diversidade de agentes participantes na gestão de equipamentos e na própria associação e concertação de políticas.

E) INTEGRAÇÃO AMBIENTAL

O tipo de relação do turismo com o ambiente assume uma expressão vital para a própria sobrevivência de ambos.

Por um lado, grande parte dos elementos ambientais são atracções para os turistas. Por outro lado, os próprios equipamentos e infraestruturas turísticas constituem-se como elemento do chamado “ambiente construído”. Refira-se ainda que o desenvolvimento turístico e o uso de um espaço ocasionam impactes ambientais.

3.1 PROBLEMAS NUCLEARES

A Figura 7 procura identificar numa visão sintética as distinções que as diversas situações tipológicas consideradas possuem do ponto de vista dos vectores críticos. Não se pretende desenvolver uma listagem exaustiva mas antes valorizar problemas que podem desempenhar um papel fulcral na óptica da afirmação das actividades turísticas.

A visão espacialmente flexível que enforma a construção tipológica desenvolvida impediria, aliás, uma selecção que ultrapassasse um posicionamento de tipo exemplificativo.

A inserção das actividades turísticas num espaço regional, objectivada em função de complexos e diferenciadas cadeias de interacção, coloca-nos perante problemas igualmente diversos consoante o nível de protagonismo assumido (ou a assumir) pelo turismo nesses espaços.

Nas regiões em que o turismo se apresenta como actividade dominante, a procura turística, ao possuir um exigente equilíbrio com a estrutura produtiva, apela ao desenvolvimento de diversas actividades a montante, seleccionando as suas características ambientais e exige uma intensa utilização dos equipamentos e infraestruturas básicas, não raro em curtos períodos de tempo.

Esta dominância económica coloca igualmente a ênfase em problemas de requalificação dos equipamentos e serviço e no próprio desajustamento destes (quantitativa e qualitativamente) ao evoluir dos segmentos de procura.

Nas regiões onde esta dominância se visualiza para um médio e longo prazo, o tipo de problemática é de outra natureza, já que a simples constatação de actividades turísticas, potencialmente dominantes muitas das vezes, não é acompanhada por um suficiente conhecimento dos efeitos do seu

crescimento, o que implica a necessidade da análise do seu financiamento e das infraestruturas; de um planeamento dos vários elementos que compõem a oferta e a mobilização e concertação dos vários agentes públicos e privados na definição dos grandes objectivos estratégicos.

Naqueles espaços onde o turismo se assume como potencialmente estruturante, assumirá maior destaque a problematização dos aspectos da comercialização, do lado da procura, da conflitualidade e desarticulação nos usos de recursos, infraestruturas e equipamentos do lado da oferta.

Quando o turismo se insere em regiões de profunda diversificação da sua base económica, os problemas nucleares surgem associados à defesa de recursos histórico-culturais, à articulação de diferentes componentes do produto turístico – história, cultura, desporto, lazer, negócios, entre outros – e à conflitualidade de actividades e usos de recursos em espaços onde há um predomínio de actividades que poderão não se relacionar directa ou indirectamente com o turismo.

Naquelas regiões mais deprimidas onde o turismo pode dinamizar localmente as potencialidades naturais e histórico-culturais, o quadro dos problemas sugere uma intensa debilidade da totalidade dos vectores críticos.

FIGURA 7

Vectores Críticos das Actividades Turísticas – problemas Nucleares por tipos de Inserção Regional

TIPO DE INSERÇÃO	INFRAESTRUTURAÇÃO BÁSICA	INFRAESTRUTURAÇÃO ESPECÍFICA	COMPETITIVIDADE	INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL	INTEGRAÇÃO AMBIENTAL
DOMINANTE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Congestionamento ▪ Concentração sazonal de utilização 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualidade insuficiente do Equipamento ▪ Sobre-equipamento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Debilidade de organização empresarial ▪ Dificuldades de segmentação de mercados ▪ Concentração da procura 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturação monoprodutiva ▪ Desarticulação a montante ▪ Dificuldades de concertação dos actores sociais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Degradação de recursos naturais e histórico-culturais
POTENCIALMENTE DOMINANTE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Défices infra-estruturais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura de financiamento ▪ Planeamento da oferta 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente definição estratégica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilização e concertação de actores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente conhecimento dos efeitos do crescimento turístico
POTENCIALMENTE ESTRUTURANTE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Défices infra-estruturais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente estruturação da oferta 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Debilidades de comercialização e integração de produtos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente mobilização de actores ▪ Insuficiente articulação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conflitualidade de usos de recursos
ARTICULAÇÃO INTER-SECTORIAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiências locais de planeamento ▪ Insuficiente investimento de suporte 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipamentos com insuficiente capacidade de diversificação de mercados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente integração de produtos turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente valorização institucional das potencialidades turísticas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conflitualidade intensa de usos de recursos
DINAMIZAÇÃO LOCAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Debilidades intensas de infra-estruturação básica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Debilidade de equipamentos turísticos estruturantes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incapacidade de comercialização e definição dos públicos alvo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente integração e articulação institucional 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escasso controlo de efeitos localizados

3.2 ÁREAS ESTRATÉGICAS

Os diferentes tipos de inserção das actividades turísticas coloca-se também perante níveis e aspectos diversificados ao nível das áreas estratégicas associadas aos vectores críticos apresentados (Figura 8).

A dominância turística de uma região terá, nos limiares de carga das infraestruturas básicas, nas auditorias ambientais, na requalificação e diversificação dos equipamentos turísticos e na cooperação estratégica dos vários intervenientes, as principais áreas de intervenção.

Num quadro regional onde o turismo se assume como potencialmente dominante, as intervenções assumem um carácter obrigatório e aprofundado de planeamento, ordenamento e de avaliação ex-ante dos efeitos dos programas e investimentos turísticos.

Se uma potencial capacidade de estruturação regional das actividades turísticas coloca a necessidade de um ordenamento territorial, implicará o reforço de uma articulação das infraestruturas, equipamentos e serviços com as actividades já existentes, numa perspectiva concorrencial e de integração de estratégias.⁴

⁴ Sobre este tema um importante desenvolvimento é feito por DOWLING (1993)

FIGURA 8

Vectores Críticos das Actividades Turísticas – Áreas Estratégicas de intervenção por tipos de Inserção Regional

VECTORES CRÍTICOS TIPO DE INSERÇÃO	INFRAESTRUTURAÇÃO BÁSICA	INFRAESTRUTURAÇÃO ESPECÍFICA	COMPETITIVIDADE	INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL	INTEGRAÇÃO AMBIENTAL
DOMINANTE	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de infraestruturas básicas em função dos limiares de carga aceitáveis 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do investimento de suporte à diversificação de actividades 	<ul style="list-style-type: none"> Requalificação da oferta 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da cooperação estratégica nos planos horizontal e vertical 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da auditoria ambiental e promoção de mecanismos de gestão da intensidade de carga dos recursos
POTENCIALMENTE DOMINANTE	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de políticas de infra-estruturação suportadas por rigorosas políticas de ordenamento 	<ul style="list-style-type: none"> Ordenamento territorial com identificação de limiares de intensidade de carga turística 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de políticas integradas de planeamento, investimento e Comercialização dos produtos 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de instâncias de concertação de interesses nos planos endógeno e exógeno 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação ex ante dos efeitos multidimensionais do investimento turístico como suporte às políticas de ordenamento e promoção
POTENCIALMENTE ESTRUTURANTE	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de políticas selectivas de ordenamento turístico 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de infraestruturas turísticas compatibilizadas com as actividades existentes 	<ul style="list-style-type: none"> Constituição de unidades concorrenciais qualificadas e com capacidade de diversificação 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da cooperação empresarial com capacidade de integração de actividades e de constituição de redes regionais 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de instrumentos de ordenamento territorial com capacidade para discriminar usos
ARTICULAÇÃO INTER-SECTORIAL	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de políticas selectivas de ordenamento turístico 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de infraestruturas turísticas de elevada compatibilidade com as actividades predominantes 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de produtos e diversificação de elevada qualificação 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de cooperação empresarial inter-actividades 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de instrumentos de ordenamento territorial com capacidade para discriminar usos
DINAMIZAÇÃO LOCAL	<ul style="list-style-type: none"> Integração da infra-estruturação de uso turístico nas prioridades de desenvolvimento local 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento infra-estrutural de dimensão local e de renovação e reutilização de equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de instrumentos de promoção de matriz associativa e com significativa assistência pública Valorização dos factores de diferenciação dos produtos turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> Estímulo intenso à cooperação inter-profissional e ao associativismo e articulação institucional 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programas de avaliação expedita de impactes e de monitorização das cargas turísticas

4. SÍNTESE E CONCLUSÕES

Com o presente trabalho pretende-se demonstrar que o estudo sobre as actividades turísticas em Portugal beneficiará de uma dimensão operatória baseada quer em indicadores ponderados de localização destas actividades, quer em tipologias qualitativas onde esteja presente uma avaliação do potencial de estruturação do turismo numa base regional.

A aplicação destes ensaios metodológicos ao continente português, não só permitiu hierarquizar os espaços territoriais onde o turismo está presente, como nos colocou perante o seu diferente protagonismo económico.

Regiões como o Algarve e o Alentejo Litoral, por exemplo, surgem profundamente influenciadas por actividades turísticas baseadas no turismo balnear. Numa escala igualmente significativa, regiões como a Grande Lisboa e o Centro e mais recentemente o

Alentejo - onde estão presentes outros factores de atracção turística -, sugerem igualmente um inegável dinamismo associado a diferentes tipos de turismo (da cultura aos negócios, e da religião à ruralidade).

A introdução de grelhas de análise de natureza qualitativa, combinada com a maleabilidade territorial deste tipo de abordagens, permitirá, porventura uma operacionalização vantajosa do ponto de vista da orientação das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento.

A reflexão final em torno dos problemas e das medidas que poderão ser ensaiadas para se ultrapassar em debilidades e constrangimentos, poderá igualmente ser um importante contributo na análise da inserção regional das actividades turísticas no início deste Século XXI em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- BULL, A., (1992) – *The Economics of Travel and Tourism*, Pitman Publishing, Melbourne.
- DELGADO, A.P. e GODINHO, I.M., (2002) – “Medidas de Localização das Actividades e da Especialização Regional”, in *Compêndio de Economia Regional* (José Silva Costa, coordenador), Coleção APDR, Coimbra.
- DOWLING, R., (1993) – “An Environmentally – based Planning Model for Regional Tourism Development “, in *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 1, nº1.
- GOUGET, J., (1992) – «Études d’Impact sur l’Énvironnement : de la théorie a la pratique» in *Revue d’Economie Régional et Urbaine*, nº3.
- INE, (1998) – *Estatísticas do Turismo, Estatísticas Demográficas e Contas Regionais*.
- Ministério do Comércio e Turismo, (1995) – *Informação Estatística sobre o Turismo*, Lisboa.
- Ministério do Planeamento e Administração do Território, (1994) – Preparar Portugal para o Século XXI – *Análise Económica e Social*, Lisboa.
- NIJKAMP, P. et al, (1990) – Regional Sustainable Development and Natural Resource Use, World Bank, *Annual Conference on Development Economics*, Washington D.C.
- Secretaria de Estado do Turismo, (2002) – *Turismo em Portugal, Política, Estratégia e Instrumentos de Intervenção*, Lisboa.
- Secrétariat d’Etat au Tourisme, (2000) – *Piloter le Tourisme Durable dans les Territoires et les Entreprises*, Agence Française de l’Ingénierie Touristique, Paris.
- SILVA, J. A. et al., (1994) – *O Impacte Sócio-Económico e Ambiental das Actividades Turísticas* – contributos para uma Avaliação Integrada, Relatório preparado para a Direcção Geral de Turismo, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos e Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, Lisboa.
- SILVA, J. A. e Perna, F., (2002) – “Turismo e desenvolvimento auto-sustentado “, in *Compêndio de Economia Regional* (José Silva Costa, coordenador), Coleção APDR, Coimbra.

MOBILIDADE DA MÃO-DE-OBRA ENTRE ESTADOS DO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO NORTE, 1998-2000 UMA APLICAÇÃO COM CADEIAS DE MARKOV

Sónia Torres - Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Norte - E-mail: sonia.torres@ine.pt

Rita Sousa - Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Norte - E-mail: rita.sousa@ine.pt

RESUMO:

No presente trabalho foram analisados os fluxos da mão-de-obra residente na região Norte (NUTS II) entre os estados considerados relevantes do mercado de trabalho, no período de 1998 a 2000. Para o efeito, utilizou-se a base de micro-dados do Inquérito ao Emprego realizado pelo INE, de periodicidade trimestral. A análise incidiu sobre as probabilidades de transição ocorridas entre os estados, estimadas no âmbito da metodologia das Cadeias de Markov em tempo discreto, para diferentes segmentos populacionais, sendo que os estados considerados correspondem a situações diversas dos indivíduos perante a actividade económica (emprego, desemprego, inactividade e suas desagregações).

Palavras-chave: Cadeia de Markov, Inquérito ao Emprego, Mercado de Trabalho, Mobilidade, Probabilidades de Transição.

ABSTRACT:

The following study analyses the labour transitions of the North of Portugal (NUTS II) resident population, over the period 1998 to 2000. The microdata database of the Portuguese Labour Force Survey (quarterly periodicity) was used. The analysis emphasised on the estimation of the transition probabilities between states, under discrete time Markov chains framework, to different population segments and the states correspond to individuals' status in economic activity (employment, unemployment, inactivity and their partitions).

Keywords: Markov Chain, Labour Force Survey, Labour Market, Mobility, Transition Probabilities.

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos conjunturais ocorridos no mercado de trabalho são habitualmente identificados pelo confronto, em diferentes momentos do tempo, entre os níveis (stocks) estimados para as variáveis que melhor o permitem caracterizar: o emprego, o desemprego e a inactividade. No entanto, daquele confronto pode resultar uma aparente estabilidade pelo facto de se encobrirem fluxos de grande dimensão entre situações perante a actividade económica sempre que ocorra compensação entre eles. Uma forma alternativa de acompanhar os movimentos no mercado de trabalho consiste em proceder à

modelização dinâmica dos processos de transição (fluxos) dos indivíduos entre diferentes situações na actividade (e na profissão). O presente trabalho pretende fornecer um contributo para o conhecimento da mobilidade da mão-de-obra residente na região Norte, para o qual a medida da intensidade com que os trabalhadores se deslocam entre os diferentes estados de participação é essencial. Os estados considerados foram o emprego, o desemprego e a inactividade e, no caso dos dois primeiros, algumas desagregações, conforme é descrito no quadro 1:

QUADRO 1

Descrição dos estados considerados (correspondência entre a situação de 3 e de 9 estados)

3 Estados		9 Estados	
Estado k:	Especificação:	Estado k:	Especificação:
0	Não activos (15 ou + anos)	0	Não activos (15 ou + anos)
1	Emprego	1	Emprego por conta de outrem, contrato permanente, tempo parcial
		2	Emprego por conta de outrem, contrato permanente, tempo completo
		3	Emprego por conta de outrem, contrato não permanente, tempo parcial
		4	Emprego por conta de outrem, contrato não permanente, tempo completo
		5	Emprego que não por conta de outrem, agrícola
		6	Emprego que não por conta de outrem, não agrícola
2	Desemprego	7	Desemprego à procura de 1º emprego
		8	Desemprego à procura de novo emprego

Nota:

Os estados considerados são mutuamente exclusivos e exaustivos da população em idade activa (aqui, considerando os 15 ou mais anos). As notas seguintes permitem conhecer as situações que são abrangidas em cada um dos estados.

- Emprego que não por conta de outrem: reúne os empregados por conta própria (isolados ou empregadores), os trabalhadores familiares não remunerados e outras eventuais situações.
- Contrato permanente: reúne as situações de contrato sem termo, quer se trate de contrato colectivo de trabalho, quer se trate de contrato individual de trabalho sem termo.
- Contrato não permanente: agrega os indivíduos com contrato individual de trabalho com termo (a prazo), com contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhantes) ou situações de trabalho pontuais ou ocasionais.
- Não activos (15 ou mais anos): reúne os indivíduos inactivos com idade igual ou superior a 15 anos e os que se encontram a cumprir o Serviço Militar Obrigatório. Uma vez que Serviço Militar Obrigatório tem uma expressão diminuta, as designações não activos ou inactivos serão usadas indistintamente, por comodidade de expressão, para nos referirmos a este estado.

O desenho do espaço de estados teve em consideração uma dupla preocupação: pretendeu-se, por um lado, obter um nível de desagregação do emprego e do desemprego que pudesse evidenciar situações de interesse e, por outro, evitar que uma excessiva desagregação pudesse condicionar a validade dos resultados, dada a possível raridade na frequência de algumas transições entre estados.

A informação de base utilizada foi a proveniente dos registos individuais do Inquérito ao Emprego realizado pelo INE desde o primeiro trimestre de 1998 até ao quarto trimestre de 2000. A metodologia adoptada foi a das cadeias de Markov em tempo discreto, que permite estimar as probabilidades de pertencer a cada um dos estados, no início do período e no limite, e as probabilidades de transição entre as diferentes situações no mercado de trabalho, para os indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos. As estimações foram estratificadas por sexo, grupo etário (15-24 anos, 25-44 anos e 45 e mais anos) e nível de instrução completa (básico, secundário e superior). Note-se por fim que, dada a natureza da metodologia em causa, a análise desenvolvida é descritiva e não explicativa das transições ocorridas.

2. O INQUÉRITO AO EMPREGO

O Inquérito ao Emprego, realizado trimestralmente pelo Instituto Nacional de Estatística, coloca um vasto conjunto de questões aos indivíduos pertencentes a cerca de 5542 alojamentos da região Norte. As questões foram concebidas por forma a poder conhecer-se a situação dos indivíduos perante a actividade económica, a natureza da actividade

desenvolvida, bem como a sua situação socio-demográfica. O Inquérito ao Emprego iniciou uma nova série de dados no primeiro trimestre de 1998. Os cálculos necessários para conduzir este trabalho tiveram por base os registos individuais ponderados¹ dos inquiridos residentes na região Norte, desde o primeiro trimestre de 1998 até ao quarto trimestre de 2000.

A amostra do Inquérito ao Emprego é sujeita a uma rotina de rotação dos seus elementos que corresponde, na prática, à substituição de aproximadamente um sexto dos seus efectivos em cada trimestre. Assim, ao fim de seis trimestres, a amostra é completamente substituída. Na presença desta restrição, não é possível acompanhar o mesmo conjunto de indivíduos por um período de tempo superior a seis trimestres e, mesmo neste cenário, estar-se-ia a restringir a análise a apenas um sexto da dimensão total da amostra. Em apenas dois trimestres consecutivos, por seu turno, é possível acompanhar as respostas de aproximadamente cinco sextos dos indivíduos da amostra. Neste trabalho optou-se por contabilizar as transições ocorridas entre estados para o total dos indivíduos que responderam a quaisquer dois trimestres consecutivos, desde o primeiro trimestre de 1998 até ao quarto trimestre de 2000. Assim, foi privilegiada a manutenção de sub-amostras mais numerosas, o que redundava na obtenção de estimadores mais precisos, sem ter sido descurada a dimensão temporal. Com efeito, e ao contrário das análises mais frequentes que consideram apenas as transições ocorridas num par de trimestres consecutivos, neste trabalho foram agregados os onze pares de trimestres

¹ A cada indivíduo inquirido corresponde um ponderador, para cada trimestre, que permite ajustar a composição da amostra de que se dispõe à estrutura populacional efectivamente representativa da região. A necessidade da utilização destes ponderadores decorre do facto da amostra ter sido desenhada tendo em conta apenas a unidade de alojamento.

consecutivos que cobrem o período referido. Em consequência, os resultados foram apurados para um período amostral 1998-2000, isolando-se os efeitos conjunturais que adviriam da consideração de apenas um dos processos de transição, o que não obsta à averiguação da existência de diferenças no comportamento do processo ao longo do tempo.

3. UM MODELO MARKOVIANO PARA O MERCADO DE TRABALHO

Admitindo que os indivíduos efectuem transições trimestrais entre m estados do mercado de trabalho de forma independente e de acordo com um processo markoviano em tempo discreto (caixa 1), considere-se a representação $X_k=i$ para traduzir o facto de um indivíduo se encontrar no estado i no momento K . Por definição, uma cadeia de Markov em tempo discreto (representada por $\{X_k\}$) é um processo estocástico de Markov em que o espaço de estados é contável ou finito e para o qual também o tempo é considerado em termos discretos (no presente caso, trimestres), $K=0,1,2,\dots$, ficando definida se conhecidos:

- O espaço de estados, $S=\{0,1,2,\dots,m-1\}$, conforme descritos no quadro 1.
- A matriz das probabilidades de transição a um passo (matriz de Markov),

$$P_{(m \times m)} = \begin{bmatrix} p_{00} & p_{01} & \dots & p_{0,m-1} \\ p_{10} & p_{11} & \dots & p_{1,m-1} \\ \dots & \dots & \dots & \dots \\ p_{m-1,0} & p_{m-1,1} & \dots & p_{m-1,m-1} \end{bmatrix}, \quad (1)$$

que contém as probabilidades de transição entre quaisquer dois estados decorrido um período (neste caso, um trimestre), isto é, as probabilidades de um indivíduo se encontrar no estado j em $k+1$, dado que se encontrava no estado i em k ,

$$p_{ij} = P[X_{k+1} = j | X_k = i], \forall i, j \in S, \quad (2)$$

em que $p_{ij} \geq 0, \forall i, j \in S$ e $\sum_{j=0}^{m-1} p_{ij} = 1$ (matrizes estocásticas).

Note-se que na linha i de P consta a distribuição de probabilidade dos valores de X_{k+1} na condição de $X_k=i$. A definição das probabilidades de transição em (2) pressupõe que se verifica a propriedade de Markov e que o processo é homogéneo no tempo (caixa 1).

- O vector da distribuição inicial,

$$X_{(1 \times m)}^{(0)} = [x_0^{(0)} \ x_1^{(0)} \ \dots \ x_{m-1}^{(0)}], \text{ em que } \sum_{i=0}^{m-1} x_i^{(0)} = 1, \quad (3)$$

que contém a repartição dos indivíduos pelos estados definidos antes do desenrolar do processo (no presente caso, no período amostral 1998-2000).

Uma das vantagens que advém da utilização das cadeias de Markov em tempo discreto é a possibilidade de, sob algumas condições, obter também:

- Matrizes de probabilidades de transição em n passos, $P_{(m \times m)}^{(n)}$. Os elementos destas matrizes correspondem às probabilidades de um indivíduo transitar do estado i para o estado j decorridos n períodos e definem-se por:

$$p_{ij}^{(n)} = P\{X_{k+n} = j | X_k = i\}, \forall i, j \in S. \quad (4)$$

- O vector da distribuição dos indivíduos pelos m estados ao fim de n passos,

$$X_{(1 \times m)}^{(n)} = [x_0^{(n)} \ x_1^{(n)} \ \dots \ x_{m-1}^{(n)}], \text{ em que } \sum_{i=0}^{m-1} x_i^{(n)} = 1, \quad (5)$$

que contém a repartição dos indivíduos pelos m estados decorridos n períodos.

- O vector da distribuição estacionária,

$$\Pi_{(1,m)} = [\pi_0 \pi_1 \dots \pi_{m-1}] \text{ com } \sum_{j=0}^{m-1} \pi_j = 1, \quad (6)$$

em que cada elemento corresponde à probabilidade limite de ocupação de cada um dos estados, também designada por probabilidade estacionária do estado j .

Note-se que a aplicação desta metodologia à realidade em causa (transições ocorridas entre as várias situações perante a actividade económica) não é isenta de dificuldades. A metodologia supõe a verificação da propriedade de Markov, o que equivale a aceitar que as probabilidades de transição entre os estados considerados são independentes, quer dos estados visitados em períodos anteriores, quer do tempo de permanência nesses estados, o que é discutível quando se trata de estados do mercado de trabalho. A título de exemplo, é sabido que a

duração da permanência no desemprego condiciona a probabilidade de transição para outro estado, o que se resume no fenómeno da “dependência da duração”. Para o emprego e a inactividade pode igualmente admitir-se a existência de fenómenos de dependência. Em todo o caso, considera-se que a aplicação desta metodologia permite, numa primeira fase, esboçar a forma como se processam as transições entre estados do mercado de trabalho e a sua incidência em grupos populacionais específicos. Posteriormente, poderá evoluir para a consideração de metodologias alternativas que complementem estes resultados e que ultrapassem a dificuldade apontada. Dada aquela limitação, não foram incluídos neste trabalho os resultados característicos da utilização de cadeias de Markov que envolvem durações, como os “tempos médios de transição entre estados” e os “tempos médios de permanência nos estados”.

CAIXA 1

Processo estocástico:

Um processo estocástico comporta sequências de eventos governadas por leis probabilísticas, conforme Karlin (1969), e consiste numa família de variáveis aleatórias X , indexadas a uma variável que é normalmente o tempo, o qual pode ser considerado de modo discreto (processo em tempo discreto, $k=0,1,2,\dots$) ou contínuo (processo em tempo contínuo). O conjunto de valores distintos que o processo pode assumir, em cada momento de tempo, é designado de espaço de estados, S . Se este for contável ou finito, o processo é designado de cadeia.

Processo estocástico de Markov:

Processo estocástico que goza da propriedade de Markov, também conhecida por “perda de memória”, isto é, cujo comportamento futuro depende apenas do estado presente. Em tempo discreto, conforme Ross (1983), significa que:

$$p_{ij} = P\{X_{k+1} = j | X_k = i, X_{k-1} = i_{k-1}, \dots, X_1 = i_1, X_0 = i_0\} = P\{X_{k+1} = j | X_k = i\} \quad \forall k = 0,1,2,\dots, \quad \forall i,j \in S \quad (7)$$

Processo estocástico estacionário (ou homogéneo no tempo):

Processo cujo comportamento estocástico é independente do tempo, isto é, em que a probabilidade de transitar de um estado para outro, ao fim de um período, não depende do momento em que essa transição ocorreu. Uma cadeia de Markov em tempo discreto é estacionária se:

$$p_{ij}^{k,k+1} = p_{ij} = P\{X_{k+1} = j | X_k = i\} = \dots = P\{X_1 = j | X_0 = i\} \quad \forall k = 0,1,2,\dots, \quad \forall i,j \in S \quad (8)$$

4. ESTIMAÇÃO DAS PROBABILIDADES DE TRANSIÇÃO PARA O PERÍODO 1998-2000

Para uma cadeia de Markov conforme definida no ponto anterior, é possível obter estimativas dos elementos P_{ij} da matriz de Markov por recurso a uma estimação por máxima verosimilhança (conforme Basawa (1980)). Esta estimação corresponde, na prática, ao cálculo das frequências relativas empíricas das transições observadas entre os estados i e j em dois trimestres consecutivos.

No caso em apreço, considerando o total dos indivíduos e cada um dos segmentos populacionais para os cenários de três e de nove estados, foram contadas as transições ocorridas entre dois estados para cada um dos onze pares de trimestres consecutivos que compõem o período em análise. As frequências relativas para o período 1998-2000 foram calculadas tendo por base a agregação das transições dos onze processos de transição, da forma:

$$p_{ij} = \frac{\sum_{t=1}^{11} n_{ijt}}{\sum_{t=1}^{11} n_{it}} = \frac{n_{ij}}{n_i} \quad i, j = 0, 1, \dots, m-1 \quad (8)$$

em que n_{ijt} é a frequência das transições observadas entre o estado i e o estado j no par de trimestres t e $n_{it} = \sum_{j=0}^{m-1} n_{ijt}$ é o número de indivíduos que se encontravam inicialmente no estado i em t [ordem do par de trimestres em que ocorreram as transições: $t=1$ (do 1º para o 2º trimestre de 1998), ..., $t=11$ (do 3º para o 4º trimestre de 2000)]. Este procedimento resultou na obtenção de dezoito matrizes de probabilidades de transição a um passo (uma por segmento populacional, quer para o cenário de três estados, $P_{(3 \times 3)}$, quer para o de nove estados, $P_{(9 \times 9)}$). Em consequência, cada um dos elementos P_{ij} deve ser entendido como uma estimativa da probabilidade

de um indivíduo transitar do estado i para o estado j , ao fim de um trimestre, em "média" no período de 1998 a 2000.

Os outros resultados foram derivados para o total dos indivíduos e para cada um dos estratos populacionais considerados, da seguinte forma:

- Vectores da distribuição inicial, $X_{(1 \times 3)}^{(0)}$ e $X_{(1 \times 9)}^{(0)}$, em que cada elemento foi obtido por n_i/n .
- Matrizes de probabilidades de transição em n passos, $P_{(3 \times 3)}^{(n)}$ e $P_{(9 \times 9)}^{(n)}$: obtidas por multiplicação sucessiva das matrizes P (note-se que, pelo facto da matriz P ser estocástica, $P^{(n)} = P^n$) ou, alternativamente, por recurso ao cálculo dos valores e vectores próprios das matrizes (caixa 2):

$$P^n = MD^n M^{-1}, \quad n = 1, 2, \dots \quad (9)$$

- Vectores da distribuição ao fim de n passos, $X_{(1 \times 3)}^{(n)}$ e $X_{(1 \times 9)}^{(n)}$: obtidos por recurso a

$$X^{(n)} = X^{(0)} P^n = X^{(n-1)} P, \quad n = 1, 2, \dots \quad (10)$$

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O período em análise, que vai do 1º trimestre de 1998 ao 4º trimestre de 2000, caracteriza-se pela existência de níveis de desemprego relativamente baixos e decrescentes e por um crescimento mais ou menos continuado no emprego da região. Entre 1998 e 2000, o número de desempregados desceu a uma taxa média anual de 7,1% e o de empregados subiu a 1,6% ao ano. Em consequência, a taxa de desemprego passou de 5,6% para 3,9%, entre o início de 1998 e o fim de 2000. Esta evolução, contudo, não invalida a adequabilidade da consideração de um modelo único descritivo das transições ocorridas em todo o período, como se comprovará adiante.

QUADRO 2A

Probabilidades de Transição entre trimestres consecutivos e decorridos 4 e 8 trimestres

	1 Passo			4 Passos			8 Passos		
	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego
Não activos (15+)	0,955	0,029	0,016	0,851	0,118	0,031	0,746	0,223	0,032
Emprego	0,016	0,978	0,006	0,064	0,923	0,014	0,119	0,865	0,016
Desemprego	0,235	0,209	0,556	0,452	0,437	0,111	0,463	0,505	0,032

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (série 1998), cálculos próprios.

A característica mais marcante que resulta da análise da matriz de probabilidades de transição a um passo estimada para a região Norte é a existência de uma forte estabilidade entre dois trimestres. No período de 1998 a 2000, a probabilidade de permanecer na mesma situação no trimestre seguinte é de 0,978 para um empregado, 0,955 para um inactivo e 0,556 para um desempregado². A forte estabilidade estende-se a todas as formas de emprego (quadro 2.B). No entanto, encontra menor expressão entre os empregados por conta de outrem a tempo parcial, quer possuam ou não um contrato permanente (estados 1 e 3, respectivamente) e entre os que trabalham a tempo completo mas possuindo apenas um contrato não permanente (estado 4). Estas são precisamente as formas de trabalho que mais frequentemente se aproximam daquilo que se associa à “precariedade” no emprego. Os indivíduos que se encontram numa das formas de emprego mais associadas a vínculos laborais mais duradouros (estado 2) exibem a maior probabilidade de permanência, estimada em 0,976.

Em termos das transições realizadas, no espaço de um trimestre, por um indivíduo inicialmente desempregado, é de salientar que é mais provável o abandono da força de trabalho do que a transição para o emprego, sendo as probabilidades 0,236 e 0,209, respectivamente. Decorrido um ano (4 passos) esta constatação ainda é válida, o que denuncia a debilidade da fronteira existente entre o desemprego e a inactividade, dada a existência de fenómenos de desencorajamento na procura de emprego por parte dos indivíduos. Acresce que uma boa parte dos desempregados que encontram um emprego, qualquer que seja a natureza do desemprego em causa, numa primeira fase conseguem apenas um contrato não permanente (estado 4), ao qual se poderá seguir um vínculo mais duradouro. Note-se que a probabilidade de transição do desemprego para o emprego é explicada, na quase totalidade, pelo volume das transições para empregos menos estáveis.

² Valor que é relativamente elevado dada a natureza transitória do desemprego.

QUADRO 2B

Probabilidades de Transição entre trimestres consecutivos

Total	Estado 0	Estado 1	Estado 2	Estado 3	Estado 4	Estado 5	Estado 6	Estado 7	Estado 8
Estado 0	0,955	0,001	0,008	0,002	0,009	0,004	0,005	0,005	0,012
Estado 1	0,043	0,872	0,048	0,004	0,001	0,005	0,017	0	0,009
Estado 2	0,009	0,002	0,976	0,000	0,005	0,000	0,003	0	0,005
Estado 3	0,082	0,015	0,006	0,786	0,069	0	0,011	0	0,031
Estado 4	0,030	0,000	0,059	0,005	0,873	0,002	0,006	0	0,025
Estado 5	0,029	0,000	0,003	0,000	0,003	0,962	0,002	0	0,001
Estado 6	0,013	0,000	0,007	0,001	0,004	0,001	0,971	0	0,003
Estado 7	0,256	0,004	0,071	0,025	0,139	0,003	0,020	0,470	0,013
Estado 8	0,231	0,005	0,049	0,012	0,100	0,005	0,027	0	0,570

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (série 1998), cálculos próprios.
Nota: A descrição dos estados pode ser consultada no quadro 1.

As transições a partir das formas de emprego menos estruturadas realizam-se mais frequentemente para o desemprego ou para outras formas de emprego, consoante as características da situação profissional de origem. Assim, o destino mais provável de um trabalhador por conta de outrem com contrato não permanente e a tempo parcial (estado 3) é a inactividade (com uma probabilidade associada de 0,082) ou um trabalho a tempo completo, mantendo embora um contrato não permanente, com probabilidade de 0,069. Aquela é também a única forma de emprego para a qual a probabilidade de transitar para o desemprego é mesmo superior à de transitar para uma situação com um vínculo laboral mais duradouro (estado 2), o que é válido para todos os segmentos populacionais considerados. Por outro lado, aqueles que trabalham a tempo parcial ou com um contrato permanente, mas sem acumularem ambas as situações (estados 1 e 4), encontram maior probabilidade de transitarem para um trabalho por conta de outrem com contrato permanente a tempo completo (estado 2).

Note-se por fim, que não são desprezíveis as transições a partir da inactividade, do desemprego

e do emprego por conta de outrem para o emprego de natureza "independente", sobretudo não agrícola, actividades que podem assumir o papel de alternativa ao desemprego em maior ou menor grau consoante o grupo populacional em causa.

DIFERENÇAS ENTRE SEXOS

As conclusões apuradas para a totalidade dos indivíduos são genericamente válidas para ambos os sexos. No entanto, destacam-se algumas diferenças:

- Os homens exibem, face às mulheres, maiores probabilidades de permanecer, tanto no emprego, como no desemprego em trimestres consecutivos. Note-se, porém, que a este último resultado se associa uma relativamente forte probabilidade de uma mulher desempregada transitar para a inactividade, que excede mesmo a probabilidade de transitar para o emprego. Apenas as probabilidades de permanecer num dos estados relacionados com o trabalho a tempo parcial (estado 1 ou 3) são superiores no caso das mulheres.

- As saídas, tanto da inactividade, como do desemprego, para os empregos que configuram vínculos laborais mais duradouros (estado 2) são mais prováveis entre os homens, enquanto que no caso das mulheres são mais verosímeis as saídas para empregos menos estáveis. Note-se, todavia, que a maior probabilidade de transição do desemprego para o emprego estimada para os homens ocorre essencialmente à custa da também forte probabilidade de transição para empregos menos estáveis.
- As transições do emprego para a inactividade são mais prováveis no caso das mulheres, sobretudo nos casos dos estados 4 e 5, sugerindo a existência de formas veladas de desemprego no seio da inactividade.
- As probabilidades de transição do desemprego para o trabalho “independente” (estados 5 e 6), são geralmente superiores no caso dos homens. Saliente-se, contudo, o caso de excepção que respeita à probabilidade de transição do desemprego à procura de primeiro emprego para a trabalho “independente” não agrícola, no caso das mulheres.

QUADRO 3A

Probabilidades de Transição entre trimestres consecutivos, por Sexo

	Homens			Mulheres		
	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego
Não activos (15+)	0,944	0,038	0,019	0,961	0,024	0,015
Emprego	0,012	0,983	0,006	0,021	0,972	0,007
Desemprego	0,202	0,227	0,571	0,264	0,193	0,543

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (série 1998), cálculos próprios.

QUADRO 3B

Probabilidades de Transição entre trimestres consecutivos, por Sexo

Homens	Estado 0	Estado 1	Estado 2	Estado 3	Estado 4	Estado 5	Estado 6	Estado 7	Estado 8
Estado 0	0,944	0,000	0,013	0,002	0,014	0,004	0,004	0,005	0,013
Estado 1	0,038	0,789	0,094	0,006	0	0,014	0,026	0	0,032
Estado 2	0,009	0,001	0,977	0,000	0,005	0,000	0,004	0	0,004
Estado 3	0,099	0,004	0,011	0,742	0,074	0	0,017	0	0,053
Estado 4	0,025	0	0,057	0,003	0,886	0,002	0,008	0	0,020
Estado 5	0,020	0	0,005	0	0,005	0,966	0,003	0	0,001
Estado 6	0,006	0,000	0,007	0,001	0,003	0,001	0,979	0	0,003
Estado 7	0,250	0	0,096	0,010	0,154	0,006	0,018	0,452	0,013
Estado 8	0,194	0,001	0,063	0,006	0,102	0,010	0,036	0	0,589

Mulheres	Estado 0	Estado 1	Estado 2	Estado 3	Estado 4	Estado 5	Estado 6	Estado 7	Estado 8
Estado 0	0,961	0,001	0,005	0,002	0,007	0,003	0,005	0,005	0,011
Estado 1	0,044	0,888	0,040	0,004	0,001	0,003	0,015	0	0,004
Estado 2	0,010	0,003	0,975	0,000	0,004	0,000	0,002	0	0,005
Estado 3	0,077	0,018	0,005	0,800	0,067	0	0,009	0	0,024
Estado 4	0,035	0,001	0,061	0,008	0,858	0,001	0,003	0	0,033
Estado 5	0,036	0,001	0,001	0,001	0,001	0,958	0,001	0	0,001
Estado 6	0,025	0,001	0,007	0,001	0,005	0,002	0,957	0	0,003
Estado 7	0,260	0,007	0,054	0,035	0,127	0,000	0,022	0,482	0,014
Estado 8	0,265	0,009	0,037	0,017	0,099	0,001	0,018	0	0,554

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (série 1998), cálculos próprios.

DIFERENÇAS ENTRE GRUPOS ETÁRIOS

Os indivíduos mais jovens, com idade compreendida entre 15 e 24 anos, são os que apresentam uma maior mobilidade entre dois trimestres consecutivos, avaliada pela probabilidade de sair do emprego e do desemprego, o que poderá relacionar-se com o facto de terem entrado recentemente para a vida activa e de serem mais propensos a alterações na sua situação profissional. Também por esta razão, a probabilidade de permanecerem na inactividade é relativamente inferior à média global. Estes indivíduos são os que estão menos sujeitos ao risco de desemprego³ e, mesmo que se encontrem nessa situação, têm uma maior probabilidade de encontrar um emprego (0,299) do que transitar para a inactividade (0,197). O grupo etário dos 25 aos 44 anos é o que apresenta a menor probabilidade de permanecer na inactividade (0,891), sendo relativamente mais prováveis, face aos restantes grupos etários, as transições da inactividade,

quer para o emprego (0,063), quer para o desemprego (0,047). Exibem também a maior probabilidade de se encontrarem empregados (quadro 6.1) e de assim permanecerem no trimestre seguinte (0,984).

A idade tende a rigidificar as situações. De facto, estima-se que a probabilidade de um empregado se tornar desempregado é decrescente com a idade⁴ mas também que uma vez perdido o emprego é mais difícil encontrar um novo. Note-se, no entanto, que não são muito expressivas as diferenças, entre os grupos etários, nas probabilidades de permanência no desemprego à procura de novo emprego. Por fim, saliente-se o facto de a maior mobilidade nas formas de emprego mais associadas à existência de vínculos laborais menos estáveis ser uma característica mais marcada entre os mais jovens.

³ Conforme valores da distribuição inicial que constam do quadro 6.1, adiante.

⁴ Note-se, todavia, que a probabilidade relativamente mais elevada, entre os mais jovens, de transitar do desemprego para o emprego se explica pela também grande probabilidade de estas transições se destinarem a empregos menos estáveis.

QUADRO 4A

Probabilidades de Transição entre trimestres consecutivos, por Grupo Etário

	15-24 anos			25-44 anos			45 e mais anos		
	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego
Não activos (15+)	0,926	0,050	0,024	0,891	0,063	0,047	0,984	0,010	0,005
Emprego	0,024	0,962	0,014	0,010	0,984	0,006	0,021	0,976	0,003
Desemprego	0,197	0,299	0,504	0,241	0,189	0,570	0,281	0,114	0,605

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (série 1998), cálculos próprios.

QUADRO 4B

Probabilidades de Transição entre trimestres consecutivos, por Grupo Etário

15-24 anos	Estado 0	Estado 1	Estado 2	Estado 3	Estado 4	Estado 5	Estado 6	Estado 7	Estado 8
Estado 0	0,926	0,001	0,018	0,003	0,022	0,002	0,004	0,015	0,009
Estado 1	0,049	0,849	0,079	0,012	0,012	0	0,000	0	0,000
Estado 2	0,016	0,001	0,962	0,000	0,009	0,000	0,002	0	0,009
Estado 3	0,093	0,010	0,014	0,720	0,109	0	0,004	0	0,048
Estado 4	0,035	0,000	0,057	0,006	0,869	0,001	0,004	0	0,028
Estado 5	0,036	0	0,031	0,003	0,019	0,898	0,012	0	0,000
Estado 6	0,024	0	0,028	0,005	0,013	0,002	0,917	0	0,011
Estado 7	0,258	0	0,084	0,020	0,142	0,003	0,015	0,464	0,014
Estado 8	0,154	0,003	0,076	0,024	0,203	0,003	0,015	0	0,522

25-44 anos	Estado 0	Estado 1	Estado 2	Estado 3	Estado 4	Estado 5	Estado 6	Estado 7	Estado 8
Estado 0	0,891	0,003	0,015	0,006	0,019	0,006	0,014	0,005	0,041
Estado 1	0,038	0,859	0,055	0,004	0,000	0,005	0,023	0	0,016
Estado 2	0,005	0,001	0,981	0,000	0,005	0,000	0,003	0	0,004
Estado 3	0,065	0,013	0,004	0,806	0,070	0	0,017	0	0,027
Estado 4	0,024	0,000	0,063	0,004	0,877	0,002	0,006	0	0,024
Estado 5	0,024	0,001	0,005	0,001	0,004	0,961	0,002	0	0,003
Estado 6	0,010	0,001	0,009	0,001	0,004	0,001	0,970	0	0,004
Estado 7	0,238	0,020	0,022	0,036	0,126	0	0,043	0,505	0,011
Estado 8	0,241	0,006	0,042	0,011	0,086	0,003	0,037	0	0,574

45 e mais anos	Estado 0	Estado 1	Estado 2	Estado 3	Estado 4	Estado 5	Estado 6	Estado 7	Estado 8
Estado 0	0,984	0,001	0,002	0,001	0,001	0,004	0,002	0,000	0,005
Estado 1	0,048	0,891	0,034	0,003	0	0,006	0,014	0	0,004
Estado 2	0,014	0,002	0,975	0,000	0,001	0,001	0,003	0	0,004
Estado 3	0,103	0,025	0	0,835	0,012	0	0,007	0	0,018
Estado 4	0,040	0	0,045	0,005	0,873	0,002	0,011	0	0,024
Estado 5	0,030	0,000	0,001	0,000	0,001	0,966	0,001	0	0,001
Estado 6	0,015	0,000	0,002	0	0,001	0,002	0,979	0	0,001
Estado 7	0,680	0	0	0,320	0	0	0	0	0
Estado 8	0,280	0,005	0,042	0,002	0,038	0,013	0,014	0	0,607

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (série 1998), cálculos próprios.

DIFERENÇAS ENTRE NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

QUADRO 5A

Probabilidades de Transição entre trimestres consecutivos, por Nível de Instrução

	Básico			Secundário			Superior		
	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego
Não activos (15+)	0,958	0,027	0,015	0,939	0,039	0,022	0,885	0,065	0,050
Emprego	0,017	0,977	0,006	0,012	0,978	0,010	0,005	0,988	0,007
Desemprego	0,247	0,190	0,563	0,205	0,278	0,517	0,130	0,337	0,534

QUADRO 5B

Probabilidades de Transição entre trimestres consecutivos, por Nível de Instrução

Básico	Estado 0	Estado 1	Estado 2	Estado 3	Estado 4	Estado 5	Estado 6	Estado 7	Estado 8
Estado 0	0,958	0,001	0,008	0,002	0,008	0,004	0,005	0,004	0,012
Estado 1	0,047	0,873	0,043	0,005	0,000	0,006	0,018	0	0,007
Estado 2	0,011	0,001	0,975	0,000	0,005	0,000	0,003	0	0,005
Estado 3	0,086	0,015	0,008	0,781	0,065	0	0,014	0	0,030
Estado 4	0,032	0,000	0,059	0,005	0,871	0,002	0,006	0	0,024
Estado 5	0,028	0,000	0,003	0,000	0,003	0,962	0,002	0	0,001
Estado 6	0,014	0,001	0,007	0,001	0,004	0,001	0,970	0	0,003
Estado 7	0,304	0,004	0,088	0,006	0,111	0,004	0,016	0,454	0,012
Estado 8	0,239	0,006	0,047	0,010	0,091	0,006	0,025	0	0,576

Secundário	Estado 0	Estado 1	Estado 2	Estado 3	Estado 4	Estado 5	Estado 6	Estado 7	Estado 8
Estado 0	0,939	0,002	0,010	0,005	0,018	0,001	0,003	0,012	0,010
Estado 1	0,048	0,825	0,057	0	0,013	0	0,023	0	0,034
Estado 2	0,004	0,001	0,982	0	0,005	0	0,002	0	0,006
Estado 3	0,098	0,013	0,000	0,761	0,084	0	0	0	0,044
Estado 4	0,036	0	0,054	0,003	0,870	0	0,007	0	0,031
Estado 5	0,064	0	0	0	0,019	0,902	0,014	0	0
Estado 6	0,007	0	0,010	0,002	0,001	0,001	0,976	0	0,002
Estado 7	0,218	0	0,052	0,025	0,154	0	0,017	0,512	0,023
Estado 8	0,197	0	0,078	0,017	0,154	0	0,046	0	0,507

Superior	Estado 0	Estado 1	Estado 2	Estado 3	Estado 4	Estado 5	Estado 6	Estado 7	Estado 8
Estado 0	0,885	0	0,014	0,004	0,032	0,001	0,014	0,038	0,012
Estado 1	0,008	0,901	0,082	0	0	0	0,009	0	0
Estado 2	0,003	0,005	0,983	0	0,004	0	0,002	0	0,003
Estado 3	0,047	0,014	0,000	0,842	0,072	0	0	0	0,024
Estado 4	0,005	0,002	0,061	0,007	0,898	0	0	0	0,027
Estado 5	0	0	0	0	0	0,883	0,117	0	0
Estado 6	0,008	0,000	0,004	0,005	0,005	0	0,977	0	0
Estado 7	0,119	0,013	0,033	0,105	0,229	0	0,046	0,453	0
Estado 8	0,138	0	0,026	0,049	0,175	0	0,020	0	0,593

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (série 1998), cálculos próprios.

A formação escolar exerce uma influência decisiva na situação profissional dos indivíduos perante o mercado de trabalho. Assim, indivíduos com níveis de instrução acrescidos:

- Têm uma maior probabilidade de se encontrarem empregados e, nesse caso, de beneficiarem de situações laborais mais regulares. Enquanto um indivíduo com nível de instrução básico ou secundário tem uma probabilidade de se encontrar empregado de 0,58, a mesma probabilidade para um indivíduo com nível de instrução superior ascende a 0,86 (quadros 6.1 e 7).
- Têm uma maior probabilidade de permanecerem empregados, sobretudo em situações laborais mais estáveis, entre trimestres consecutivos. Este resultado permanece válido ao fim de um e de dois anos (quadros 5.A e B).
- Estão sujeitos a um menor risco de desemprego à procura de novo emprego (para o total dos indivíduos em situação de desemprego, todavia, a associação referida é pouco clara), (quadros 6 e 7) e têm maiores probabilidades de transitar do desemprego para o emprego⁵.
- São menos propensos a abandonar a força de trabalho: as transições para a inactividade, quer do emprego, quer do desemprego, são decrescentes com o nível de instrução.

5. O LONGO PRAZO E AS DISTRIBUIÇÕES ESTACIONÁRIAS

Se o processo se desenvolver sucessivamente sobre cada uma das populações em causa, é possível chegar a uma repartição limite dos indivíduos pelos estados, em que cada elemento da referida repartição corresponde à *probabilidade estacionária do estado j* ($\pi_j, j=0,1,\dots,m-1$)⁶. Convém salientar, todavia, que não é possível determinar em absoluto a afectação dos indivíduos aos estados no limite, pelo que os resultados ora apresentados não podem ser interpretados como previsões. Circunstâncias várias, para além dos factores demográficos aqui contemplados, poderão modificar o padrão das transições ocorridas ao longo do tempo e, conseqüentemente, a distribuição estacionária. São exemplos a modificação da conjuntura e o impacto de políticas económicas de emprego. Assim sendo, as probabilidades estacionárias deverão ser entendidas como resultantes do desenrolar do processo até ao limite mas num cenário teórico em que estão ausentes interferências externas. A pertinência do seu cálculo, no entanto, prende-se com a possibilidade de permitirem:

- 1) fazer o confronto entre a situação inicial e no limite, identificando os segmentos populacionais que são mais penalizados pela sua situação em termos históricos do que pela dinâmica descrita pelo processo modelizado;

⁵ Note-se, todavia, que os indivíduos com formação superior têm uma maior probabilidade estimada de permanência no desemprego à procura de novo emprego, entre dois trimestres, quando comparados com indivíduos com níveis de instrução mais baixos.

⁶ Note-se, porém, que a consideração da existência de uma distribuição limite se baseia no pressuposto de que o sistema atinge o "equilíbrio", de tal forma que a repartição dos indivíduos pelos estados seja idêntica em dois períodos consecutivos. Para o efeito, é requerido que a cadeia de Markov em tempo discreto seja ergódica (irredutível e aperiódica, cfr. caixa 2).

2) descrever quantitativamente a evolução do sistema ao longo do tempo, quer no que se refere às probabilidades de transição, quer à repartição dos indivíduos pelos estados.

A estimação das probabilidades estacionárias requer a resolução do sistema de equações, $\pi_j = \sum_{k=0}^{m-1} \pi_k p_{kj}$, sujeito às restrições

$$\sum_{j=0}^{m-1} \pi_j = 1 \text{ e } \pi_j \geq 0, \forall j \in S \quad (11)$$

que corresponde, na notação matricial, à obtenção do vector Π por:

$$\Pi = \Pi P \quad (12)$$

Alternativamente, sendo P uma matriz diagonalizável de uma cadeia de Markov ergódica, é possível obter a distribuição estacionária por (caixa 2):

$$\Pi = X^{(0)} \times L \quad (13)$$

Foi este último, o procedimento levado a cabo para a obtenção dos referidos vectores, para o total de indivíduos e para cada um dos estratos populacionais, para o cenário de três e de nove estados. Foram também construídas figuras com a probabilidade de pertencer a cada estado ao fim de n passos para $n=1,2,\dots$, com o objectivo de conhecer o sentido da evolução e a velocidade de aproximação à probabilidade estacionária (Anexo). Por fim, foram calculadas as taxas de actividade e de desemprego, iniciais e estacionárias, por recurso a:

$$Tx. \text{ Actividade } (\%) = \frac{Pop. \text{ Activa}}{Pop. \text{ Total } (\geq 15 \text{ anos})} \times 100 = \sum_{j=1}^8 \pi_j \times 100 \quad (14)$$

$$Tx. \text{ Desemprego } (\%) = \frac{Pop. \text{ Desempregada}}{Pop. \text{ Activa}} \times 100 = \frac{\frac{Pop. \text{ Desempregada}}{Pop. \text{ Total } (\geq 15 \text{ anos})} \times 100}{\frac{Pop. \text{ Activa}}{Pop. \text{ Total } (\geq 15 \text{ anos})} \times 100} = \frac{\sum_{j=7}^8 \pi_j}{\sum_{j=1}^8 \pi_j} \times 100 \quad (15)$$

CAIXA 2

A utilização dos valores e dos vectores próprios de P no âmbito de cadeias de Markov

Tendo por base a matriz de probabilidades de transição a um passo de uma cadeia de Markov em tempo discreto, pode proceder-se ao cálculo dos valores e vectores próprios de com dois objectivos:

1. Conhecer o comportamento assintótico de P e verificar a existência de uma distribuição limite.
2. Estimar de forma expedita os elementos das matrizes de transição a vários passos e da distribuição estacionária, caso ela exista.

No caso em apreço, foram obtidos os m valores próprios (e os vectores próprios associados) de cada uma das 18 matrizes de probabilidades de transição a um passo e construídas as matrizes M (matrizes dos vectores próprios à direita de P , dispostos em coluna) e D (matrizes diagonais com os valores próprios de P). A álgebra matricial determina que $P=MDM^{-1}$, no caso de serem distintos os valores próprios de P . Então:

1. As matrizes revelaram ser ergódicas (o valor próprio unitário é único e corresponde ao maior dos valores próprios obtidos - condições necessárias para as distribuições limite serem únicas e estacionárias, conforme Baht, (1972) e Karlin (1969)). Este resultado determina que $\lim_{n \rightarrow \infty} P^n = L$.

2. Dada a existência de distribuições estacionárias e sendo as matrizes P diagonalizáveis*, a relação,

$$P^n = MD^n M^{-1} \quad (16)$$

permite obter as matrizes de probabilidades de transição a vários passos. A distribuição estacionária pode ser obtida por:

$$\Pi = X^{(0)} \times L \text{ em que } L = M \lim_{n \rightarrow \infty} D^n M^{-1} \quad (17)$$

* com excepção para os indivíduos com nível de instrução básico, no cenário de nove estados. Neste caso, a distribuição estacionária foi obtida por resolução do sistema de equações em (11).

ANÁLISE DA ESTABILIDADE DAS MATRIZES

As matrizes P obtidas foram utilizadas para a resolução de sistemas de equações. Tornou-se então relevante estudar a sua “estabilidade” (sensibilidade da solução do sistema $Px=B$ a perturbações de P ou de B). Para o efeito, foram calculados os *condition number*. Trata-se de um indicador, que poderá assumir valores iguais ou superiores a um, que revela uma matriz *well conditioned* se tomar valores próximos de um – sendo a inversa da matriz obtida com precisão - ou uma matriz *ill-conditioned* se assumir um valor elevado – neste caso, a matriz é quase singular e o cálculo da inversa ou a solução do sistema ficam sujeitos à ocorrência de erros numéricos. Na tabela seguinte encontram-se os valores obtidos para as matrizes P . Apenas para os indivíduos com 45 ou mais anos, no cenário de 9 estados, as estimações terão de ser lidas com reservas.

	Total	Homens	Mulheres	15-24	25-44	45 e mais anos	Básico	Secundário	Superior
9 estados	3,69	3,55	3,95	3,60	3,56	31 775	4,11	3,79	3,33
3 estados	2,26	2,26	2,37	2,76	2,35	2,15	2,24	2,62	2,82

5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No limite, estima-se que cerca de um terço dos indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos se encontrem inactivos, dois terços empregados e 2,2% desempregados⁷. Face à situação observada (1998-2000), assiste-se a uma redução na proporção de inactivos⁸ e de desempregados (o que se estende a todos os segmentos populacionais, com excepção dos mais idosos no caso da inactividade) compensada pelo aumento da proporção de

empregados (resultado é válido para todos os estratos com excepção, novamente, para os mais idosos). O acréscimo na proporção de empregados ocorre para todas as situações profissionais com excepção do trabalho “independente” agrícola, para qualquer grupo populacional⁹. Este relativo optimismo deve associar-se ao facto de o período amostral ser caracterizado por níveis relativamente elevados de emprego e baixos de desemprego.

⁷ Note-se que os elementos constituintes da distribuição (repartição) dos indivíduos pelos diferentes estados do mercado de trabalho também podem ser interpretados como probabilidades de pertencer, no início ou no limite, a cada um desses estados.

⁸ Este resultado é válido para todos os segmentos populacionais considerados, com excepção dos activos mais idosos. Note-se que a variável “idade” foi aqui considerada de modo exógeno, pelo que as probabilidades estimadas para o limite para cada grupo etário devem ser entendidas como probabilidades dos indivíduos pertencentes àquele grupo, na ausência do envelhecimento dos indivíduos.

⁹ As trajectórias entre a situação inicial, a situação após terem decorrido um certo número de passos e a situação final podem ser consultadas nas figuras do Anexo.

QUADRO 6

Distribuição Inicial e Estacionária (3 estados), por Sexo, Grupo Etário e Nível de Instrução

1. Distribuição Inicial

	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego
Total	0,375	0,597	0,028
Homens	0,276	0,697	0,027
Mulheres	0,466	0,505	0,029
15-24 anos	0,474	0,484	0,043
25-44 anos	0,148	0,816	0,036
45 e mais anos	0,531	0,455	0,014
Básico	0,388	0,585	0,027
Secundário	0,382	0,580	0,038
Superior	0,111	0,857	0,032

2. Distribuição Estacionária

	Não activos (15+)	Emprego	Desemprego
Total	0,339	0,639	0,022
Homens	0,229	0,751	0,020
Mulheres	0,445	0,531	0,023
15-24 anos	0,303	0,664	0,033
25-44 anos	0,135	0,839	0,027
45 e mais anos	0,652	0,336	0,011
Básico	0,370	0,608	0,021
Secundário	0,235	0,739	0,026
Superior	0,062	0,919	0,020

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (série 1998), cálculos próprios.

QUADRO 7

Distribuição Inicial e Estacionária (3 estados), por Sexo, Grupo Etário e Nível de Instrução

	Estado 0	Estado 1	Estado 2	Estado 3	Estado 4	Estado 5	Estado 6	Estado 7	Estado 8
Total	0,375	0,011	0,352	0,007	0,059	0,071	0,098	0,005	0,024
Homens	0,276	0,004	0,426	0,003	0,069	0,065	0,130	0,004	0,023
Mulheres	0,466	0,017	0,284	0,010	0,050	0,076	0,068	0,005	0,024
15-24 anos	0,474	0,005	0,303	0,011	0,117	0,016	0,032	0,018	0,025
25-44 anos	0,148	0,013	0,547	0,009	0,078	0,038	0,131	0,002	0,034
45 e mais anos	0,531	0,011	0,199	0,004	0,013	0,128	0,100	0,000	0,013
Básico	0,388	0,010	0,336	0,006	0,054	0,081	0,099	0,003	0,024
Secundário	0,382	0,010	0,383	0,010	0,079	0,007	0,091	0,014	0,024
Superior	0,111	0,024	0,596	0,020	0,127	0,001	0,089	0,014	0,019

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (série 1998), cálculos próprios.

QUADRO 8

Distribuição Estacionária (9 estados) por Sexo, Grupo Etário e Nível de Instrução

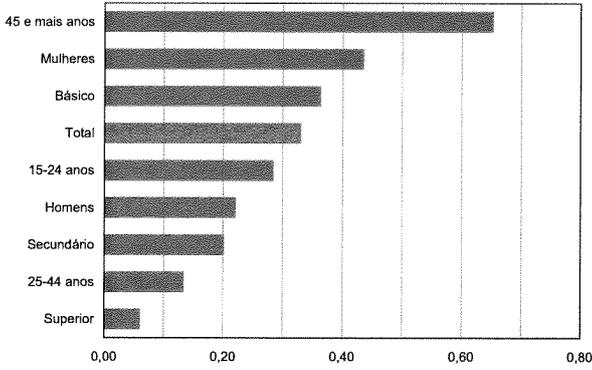
	Estado 0	Estado 1	Estado 2	Estado 3	Estado 4	Estado 5	Estado 6	Estado 7	Estado 8
Total	0,330	0,010	0,384	0,007	0,066	0,047	0,134	0,003	0,019
Homens	0,221	0,002	0,439	0,003	0,074	0,050	0,190	0,002	0,018
Mulheres	0,436	0,019	0,323	0,011	0,056	0,045	0,087	0,004	0,020
15-24 anos	0,284	0,008	0,474	0,011	0,141	0,009	0,041	0,008	0,024
25-44 anos	0,134	0,011	0,526	0,009	0,075	0,035	0,184	0,001	0,025
45 e mais anos	0,652	0,008	0,103	0,003	0,011	0,091	0,120	0,000	0,011
Básico	0,363	0,009	0,351	0,006	0,059	0,056	0,134	0,002	0,019
Secundário	0,201	0,005	0,538	0,008	0,085	0,003	0,135	0,005	0,018
Superior	0,060	0,036	0,645	0,017	0,096	0,001	0,127	0,004	0,014

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (série 1998), cálculos próprios.

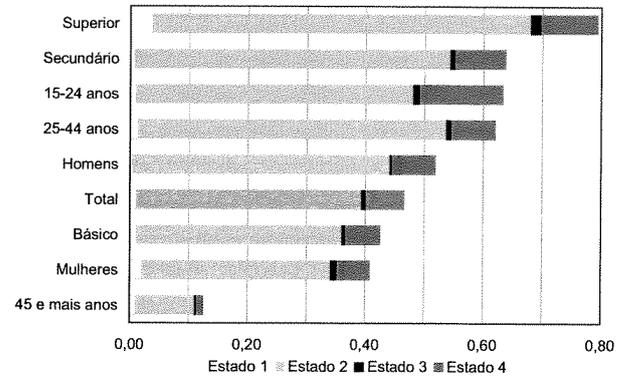
FIGURAS 1

Proporção limite de indivíduos:

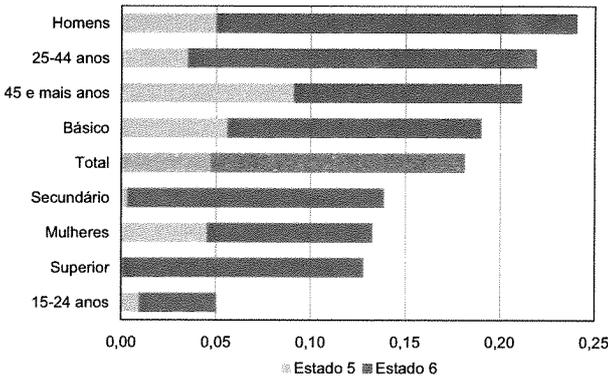
1. Não activos (15 ou mais anos)



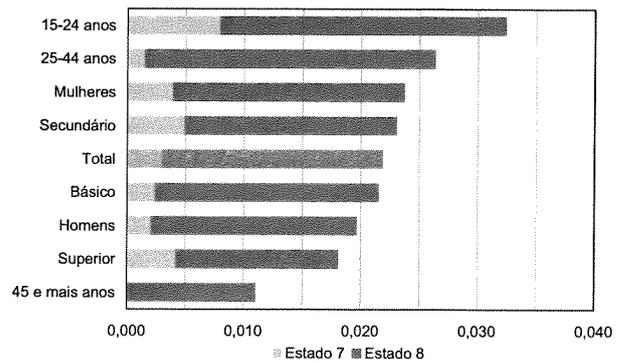
2. Empregados por conta de outrem



3. Empregados que não por conta de outrem



4. Desempregados



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (série 1998), cálculos próprios.

DIFERENÇAS ENTRE SEXOS

No limite, as mulheres têm, relativamente aos homens, uma maior probabilidade estimada de se encontrarem inactivas ou desempregadas e uma menor probabilidade de se encontrarem empregadas (com excepção para as situações de trabalho a tempo parcial). Face à situação inicial, verifica-se mesmo um agravamento das diferenças entre os dois sexos. Note-se também que as actividades de cariz mais independente na agricultura concentram

proporcionalmente menos indivíduos no limite, sobretudo no caso das mulheres (se, a maior probabilidade observada cabia às mulheres, a maior probabilidade estacionária cabe aos homens). Esta circunstância sugere que o recurso a esta forma de emprego, como possível alternativa ao desemprego, poderá ser mais o resultado de um acumulado de circunstâncias históricas do que dos mecanismos do mercado de trabalho descritos pelo processo, sobretudo entre as mulheres.

DIFERENÇAS ENTRE GRUPOS ETÁRIOS

Os indivíduos do grupo etário dos 25 aos 44 anos exibem a maior probabilidade limite de estarem empregados, enquanto os activos mais jovens têm a maior probabilidade de estarem desempregados (resultado que é válido apenas para os que buscam um primeiro emprego). Este padrão é idêntico ao observado no início do processo (1998-2000).

Apenas no caso do desemprego se esbateu a dispersão da incidência pelos grupos etários. Por outro lado, cerca de 4,3% dos jovens (15-24 anos) encontravam-se desempregados no período observado. Entre os adultos (25-44 anos), a referida proporção era 3,6%. A diferença (0,7 p.p.) corresponde ao desemprego específico dos jovens determinado pelo comportamento selectivo dos empregadores (componente “selecção”, conforme Fougère e Kamionka (1992)). Estima-se que no limite a diferença entre aquelas proporções seja 0,6 pontos, o que corresponde ao desemprego resultante da inserção profissional no mercado de trabalho (componente “inserção”). As duas componentes assumem, então, um contributo idêntico na explicação da diferença entre jovens e adultos, em termos de desemprego.

Os únicos estados do emprego que no limite são mais prováveis entre os mais jovens, face aos restantes grupos etários, são os relacionados com a existência de um contrato não permanente. Realce-se, ainda, o facto de os jovens serem os únicos a verificar um acréscimo na probabilidade de emprego no estado 2. Os mais idosos são os mais propensos a exercer uma actividade independente na agricultura, embora com uma probabilidade decrescente.

DIFERENÇAS ENTRE NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

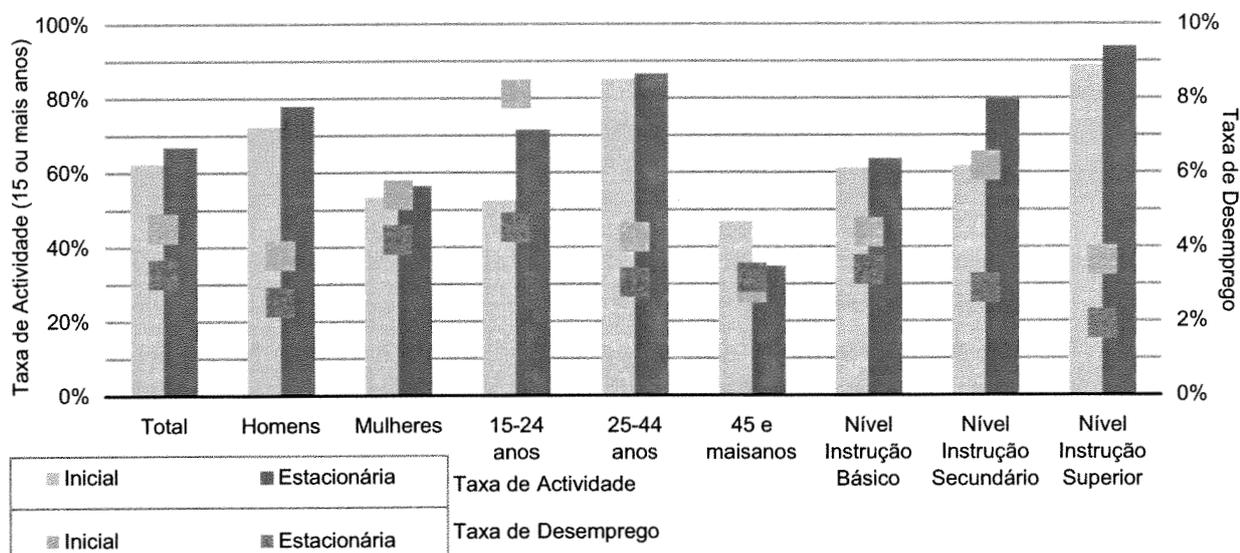
No limite, os indivíduos com um nível de instrução básico são os que têm a maior probabilidade de se encontrarem inactivos, enquanto que os que têm formação superior têm uma maior probabilidade de se encontrarem empregados. O desemprego é um fenómeno mais provável entre os que têm um nível intermédio de instrução. Apesar deste padrão ser igual ao observado, as diferenças, em termos das probabilidades de pertencer a cada estado, entre os três grupos aligeiraram-se. Tal como sucedia para os activos mais jovens, os indivíduos com nível de instrução secundário parecem ser penalizados, em termos de desemprego, mais por um acumulado de circunstâncias históricas do que pela dinâmica descrita pelo modelo.

O emprego por conta de outrem é mais provável no limite entre os indivíduos com nível de formação superior, enquanto que as formas de emprego mais independentes são mais prováveis entre os indivíduos com níveis de instrução básico ou secundário. Por seu turno, a probabilidade de um indivíduo se encontrar desempregado à procura de novo emprego diminui com a formação escolar e ao longo do tempo para os três níveis de instrução considerados, enquanto que a probabilidade de se encontrar desempregado à procura de um primeiro emprego é superior no caso de possuir um nível de instrução secundário.

É de salientar, ainda, que o emprego por conta de outrem com contrato permanente (estados 1 e 2) se torna mais provável, no limite, para os indivíduos com formação superior, enquanto que os contratos não permanentes se tornam menos prováveis para os mesmos indivíduos.

FIGURA 2

Taxas de Actividade e de Desemprego, Iniciais e Estacionárias, por segmentos populacionais



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (série 1998), cálculos próprios.

As taxas de actividade observadas são superiores no caso dos homens, dos indivíduos com idade compreendida entre os 25 e os 44 anos e crescentes com o nível de instrução. Este padrão mantém-se no limite e os maiores acréscimos ocorrem para os jovens e para os indivíduos com nível de instrução secundário. As taxas de desemprego iniciais são superiores entre as mulheres, os indivíduos com instrução intermédia e decrescentes com a idade, sendo particularmente elevada a incidência nos jovens. Atingido o *steady state*, verifica-se um decréscimo quase generalizado nas taxas de desemprego, permanecendo superiores no caso das mulheres e dos jovens (embora já não tão discrepantes face aos demais).

6. TESTE SOBRE A EVOLUÇÃO DO PROCESSO AO LONGO DO PERÍODO

Até ao momento foi assumida a hipótese da existência de uma cadeia de Markov estacionária (homogénea no tempo) para os trimestres de 1998 a 2000, ou seja, foi admitido que as probabilidades de transição a um passo são independentes do tempo (caixa 1). Procurou-se então testar se, e em que medida, o processo evoluiu de forma diferenciada ao longo dos trimestres daquele triénio. Para o efeito, foram realizados testes estatísticos que colocam a hipótese da igualdade das matrizes de probabilidades de transição de cada par de trimestres (P_t) à matriz referente ao período global (P^0). O teste foi realizado

para o total dos indivíduos e para cada um dos estratos populacionais considerados. A hipótese nula (Bhat, 1972) é $H_0 : p_{ijt} = p_{ij}^0$ ($t=1,2,\dots,T$) e sob H_0 , a estatística do teste,

$$\phi = \sum_{t=1}^T \sum_{i,j} \frac{(n_{ijt} - n_{it} p_{ij}^0)^2}{n_{it} p_{ij}^0} \text{ ou } \phi = 2 \sum_{t=1}^T \sum_{i,j} n_{ijt} \ln \frac{n_{ijt}}{n_{it-1} p_{ij}^0}, \quad (19)$$

segue uma distribuição qui-quadrado com $(T-1)(d-m)$ graus de liberdade (d é o número de elementos positivos da matriz P^0 e, neste caso, $T=11$). Os resultados dos testes conduziram à não rejeição sistemática da hipótese nula para todos os estratos populacionais¹¹, com excepção para o total dos indivíduos e para aqueles com nível de instrução básico. Nos restantes casos, é legítimo reduzir a análise de toda a série temporal aos valores agregados para o triénio 1998-2000, procedimento que esteve na base deste trabalho. Este resultado poderá ser atribuído à circunstância de ser relativamente curto o período de tempo considerado, não tendo havido extensão temporal suficiente para que se tivessem vislumbrado alterações significativas no seu decurso. De seguida, por recurso a um conjunto de testes de ajustamento, procurou-se encontrar o(s) trimestre(s) possíveis causadores da não estacionaridade no caso da totalidade dos indivíduos. Para o efeito, realizou-se um conjunto de testes (Basawa, 1980), em que $H_0 : p_{ijt} = p_{ij}^0$
 Sob ,

$$H_0, \phi_t = \sum_{i,j} \frac{(n_{ijt} - n_{it} p_{ij}^0)^2}{n_{it} p_{ij}^0} \text{ ou } \phi_t = 2 \sum_{i,j} n_{ijt} \ln \frac{n_{ijt}}{n_{it} p_{ij}^0} \quad (20)$$

segue uma distribuição qui-quadrado com $(d-m)$ graus de liberdade. Os resultados conduziram à não rejeição da hipótese nula em todos os pares de trimestres, com excepção para as transições ocorridas entre o 3º e o 4º trimestre de 1998. Terão sido, então, perturbações nestes trimestres as causas da não estacionaridade anteriormente apontada para o total dos indivíduos.

7. CONCLUSÃO

O mercado de trabalho da região Norte, avaliado pelos resultados apresentados, caracteriza-se por uma forte estabilidade entre dois trimestres. As estimativas obtidas permitem concluir por uma maior instabilidade laboral no caso das mulheres, dos jovens e dos activos menos instruídos, o que se traduz por menores proporções nos empregos com vínculos mais duradouros, por um padrão de transições menos favorável e por maiores taxas de desemprego. Em boa parte dos casos, este padrão é mais o resultado de um acumulado de circunstâncias históricas do que o que adviria da dinâmica do mercado de trabalho descrita pelo modelo.

Possam os presentes resultados vir a ser complementados por outros que resultem da consideração de metodologias alternativas, como por exemplo a modelização de um processo de Markov em tempo contínuo, ou o recurso a modelos que estimem de forma realista os tempos de transição e de permanência nos estados. Igualmente interessante seria a evolução para a consideração de outros espaços geográficos, o alargamento do período amostral para uma eventual associação a ciclos económicos e a adopção de outras partições do espaço de estados, quer do emprego (considerando, por exemplo, ramos de actividade ou o regime jurídico da empresa), quer do desemprego (tendo em conta a existência ou não de um subsídio de desemprego). Por fim, a introdução de variáveis explicativas constituiria um contributo positivo para uma melhor compreensão dos resultados apresentados.

¹⁰ Utilizando a estatística do *rácio-verosimilhança*.

¹¹ Optou-se pela não rejeição da hipótese nula sempre que se obteve com o resultado do teste um *p-value* > 0,043.

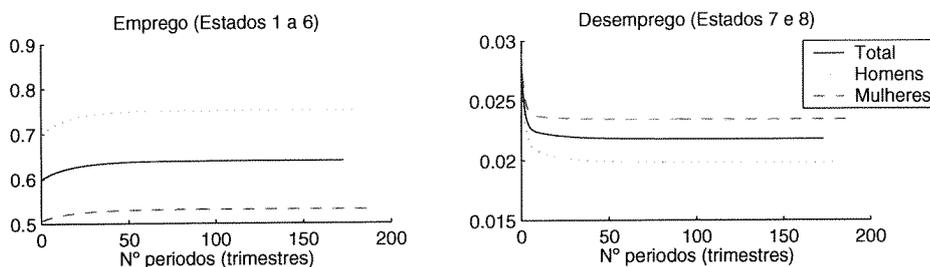
BIBLIOGRAFIA

- Baht, U. N. (1972), *Elements of Applied Stochastic Processes*, John Wiley and Sons.
- Basawa, I. V. e Rao. B. L. S. Prakasa (1980), *Statistical Inference for Stochastic Processes*, NY, Academic Press.
- Fougère, D. e T. Kamionka (1992), "Un modèle markovien du marché du travail", in *Annales d'Économie et Statistique*, nº27, pag. 149-188.
- Karlin, S. e H. Taylor (1969), *A Second Course in Stochastic Processes*, NY. Academic Press.
- Lollivier, S. (1994), "L'évolution du marché du travail dans les années quatre-vingt" in *Revue Économique*, Vol. 45, nº 3, pag. 429-441.
- Ross, S. M. (1983), *Stochastic Processes*, John Wiley and Sons.
- INE, *Inquérito ao Emprego (Série 1998)* – Projecto Metodológico.

ANEXO

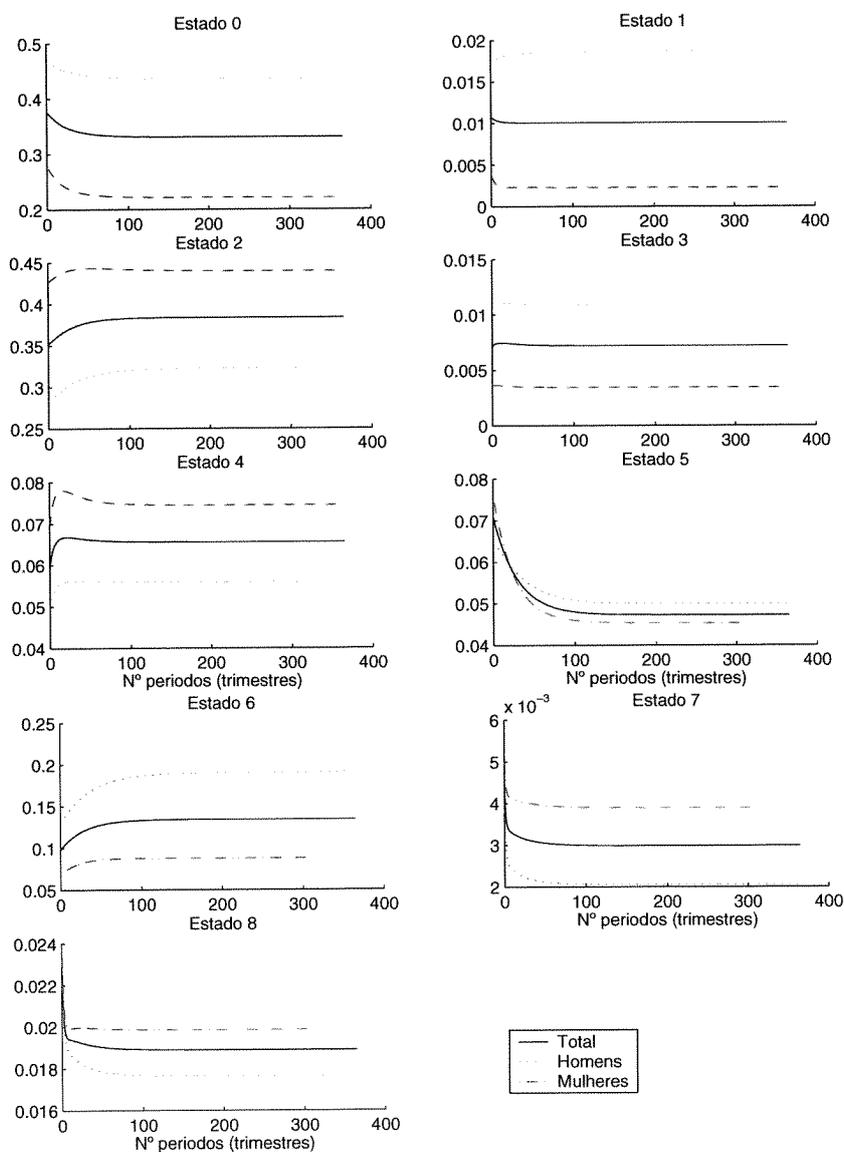
FIGURAS 3

Evolução da proporção de indivíduos em cada estado, por Sexo (cenário de 3 estados)



FIGURAS 4

Evolução da proporção de indivíduos em cada estado, por Sexo (cenário de 9 estados)



IMIGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO DE TRABALHO - O CASO PORTUGUÊS

Alexandra Manuela Gomes - Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Centro - E-mail: alexandra.mgomes@ine.pt

Susana Baptista - Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Centro - E-mail: susana.baptista@ine.pt

RESUMO:

O presente artigo procura avaliar o impacto dos imigrantes nas diferentes áreas da economia portuguesa, passando pela dimensão demográfica, social e especialmente pela económica, mostrando que essa incidência difere consoante as nacionalidades. Sendo a comunidade de imigrantes bastante heterogénea, é possível traçar diversos perfis socioeconómicos e diferentes formas de integração no mercado de trabalho, associados sempre à sua nacionalidade. Procura-se ainda verificar algumas relações entre as regiões de destino da imigração, a sua especialização sectorial, o funcionamento dos mercados de trabalho e o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Imigração, Mercado de Trabalho, Especialização Sectorial, Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT:

"Immigration, Regional Development and Labor Market – The Portuguese Case" This paper seeks to explore the impact of the immigrants in the portuguese economy in the degree to each demographic, social but mainly the economic aspects differ according to nationalities. As immigrants communities are very heterogeneous, associated to their nationalities, it is possible to identify different socioeconomic profiles and forms of integration in the labor market. The work is also about analysing some relationships between the immigration destination regions, its sectorial specialization, the functioning of labor markets and regional development.

Keywords: Immigration, Labor Market, Sectorial Specialization, Regional Development

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os fenómenos imigratórios em Portugal. Há algum tempo atrás, esta temática não suscitaria grande interesse, uma vez que a imigração era um fenómeno com muito pouca relevância, pois historicamente Portugal foi sempre um país de emigrantes. Actualmente, este é um assunto com grande pertinência, já que Portugal se tornou num país de imigração e este fenómeno não tem parado de crescer. Sobretudo ao longo da última década, registaram-se importantes alterações no quadro migratório português. Para além da duplicação do número de imigrantes a residirem em Portugal, assistiu-se ainda a uma diversificação considerável e a imigração deixou de ser quase exclusivamente lusófona, sobretudo com a chegada, nos finais da década de 90, de elevados contingentes de imigrantes do leste europeu.

Face a este panorama, o presente trabalho procura avaliar o impacto dos imigrantes nas diferentes áreas da economia portuguesa, passando pela dimensão demográfica, social e especialmente pela económica, mostrando que essa incidência difere consoante as nacionalidades, já que os imigrantes são um conjunto bastante heterogéneo de indivíduos, com características muito diferentes entre si associadas sempre ao seu país de origem. Procura-se ainda verificar algumas relações entre as regiões de destino da imigração, a sua dinâmica, especialização sectorial e o funcionamento dos mercados de trabalho. Como fonte de informação utilizaram-se os vários Recenseamentos Gerais da População do Instituto Nacional de Estatística, especialmente o recenseamento de 2001.

O artigo é constituído por quatro partes. Em primeiro lugar procede-se a um enquadramento dos fenómenos migratórios em Portugal. Na segunda parte, avaliam-se os impactos da imigração sobre a estrutura demográfica e social da população, abordando-se questões como a distribuição geográfica da imigração, a sua estrutura etária e o nível das qualificações. Numa terceira parte, mostra-se o impacto da imigração no quadro laboral português, destacando-se aspectos como as profissões e os ramos de actividade que empregam mais imigrantes, a situação na profissão e as relações que se podem estabelecer entre a especialização sectorial das regiões de destino dos imigrantes e a sua própria especialização. Numa perspectiva mais global, que abarca questões demográficas, sociais e económicas, procuram-se ainda estabelecer algumas relações entre os destinos da imigração e o seu desenvolvimento económico e humano, o nível de vida e o funcionamento dos mercados de trabalho, entre outras. Finalmente, apresentam-se algumas conclusões.

1.1 ENQUADRAMENTO DOS FENÓMENOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

A abordagem dos fenómenos migratórios em Portugal passa necessariamente pela combinação de dois factores. Por um lado, temos a vasta comunidade portuguesa espalhada pelo mundo que mantém estreitas ligações socioeconómicas e culturais à terra natal. Por outro, o forte relacionamento que sempre existiu com as ex-colónias, que se tem traduzido em importantes fluxos de imigrantes provenientes destes países onde se incluem o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa, vulgarmente designados por PALOP¹ (cf. Malheiros, 2002a).

¹ PALOP - Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe.

Mais recentemente, com as dificuldades sentidas após o desmembramento da União Soviética e o conseqüente aparecimento de novos estados independentes, assistiu-se à vinda de imigrantes oriundos dos Países de Leste (Ucrânia, Moldova, Rússia, etc.).

PORTUGAL PAÍS DE EMIGRAÇÃO TORNA-SE NUM PAÍS DE IMIGRAÇÃO

Os fluxos de emigração a partir de Portugal remontam à época dos descobrimentos, tendo-se tornado particularmente significativos no século XX a partir de finais dos anos 50. Até esta altura, estes fluxos eram sobretudo transatlânticos, destinando-se maioritariamente aos países do continente americano: inicialmente o Brasil e depois os Estados Unidos, Venezuela e Canadá. A partir do fim da década de 50, a emigração portuguesa direccionou-se para as economias em crescimento do norte e centro da Europa, nomeadamente a França e Alemanha. Isto porque, com o pós-guerra e a conseqüente reconstrução dos países integrados no plano Marshall, assistia-se a um défice de mão-de-obra que foi colmatado pelos fluxos migratórios originários dos países do sul da Europa, que se caracterizavam por excedentes de população rural. Este movimento de trabalhadores pouco ou nada qualificados acentuou-se na década de 60.

A década de 70 veio pôr fim ao êxodo emigratório português. Por um lado, a crise económica nas maiores economias europeias, agravada pelo choque petrolífero de 1973, conduziu a políticas restritivas adoptadas pelos tradicionais países de acolhimento. Por outro lado, a instauração da democracia decorrente da Revolução de 25 Abril de 1974, traduziu-se numa melhoria das condições de vida dos portugueses (concretizada num aumento dos salários e dos benefícios sociais), o que favoreceu

a fixação dos potenciais emigrantes. Foi também nesta década que se desencadearam fortes fluxos imigratórios para Portugal. Com a descolonização e a conseqüente situação de instabilidade e graves problemas económicos nos países do antigo espaço colonial português, entraram no país enormes contingentes de imigrantes africanos provenientes sobretudo de Angola e Cabo Verde. Note-se que até esta altura, a imigração em Portugal era um fenómeno residual. De destacar somente, durante os anos 60 e início da década de 70, o aumento da imigração para o sul do país, devido ao desenvolvimento turístico do Algarve, que atraiu sobretudo ingleses e alemães.

No decurso da década de 80, Portugal afirmou-se definitivamente como país receptor de mão-de-obra estrangeira. A degradação generalizada das condições de vida nos países em vias de desenvolvimento, cuja origem mergulha na crise do endividamento externo e nas subseqüentes políticas deflacionistas impostas pelo Fundo Monetário Internacional, desencadeou fluxos imigratórios para os países do sul da Europa, nomeadamente para Portugal, que registava um surto de crescimento económico decorrente da sua adesão à CEE e da queda do preço do petróleo (cf. Ferreira e Rato, 2000). No final desta década, Portugal começou a receber fundos comunitários, o que impulsionou um grande número de obras públicas (sobretudo na região de Lisboa), que se traduziram em necessidades crescentes de mão-de-obra, colmatadas sobretudo por imigrantes africanos. Assim o número de residentes estrangeiros no país aumentou significativamente neste período, com destaque para os provenientes dos PALOP e do Brasil.

O final da década de 90 constituiu uma nova fase de movimentos imigratórios para Portugal. Com a chegada de um grande número de imigrantes provenientes do leste europeu (Ucrânia, Moldova,

Rússia, Roménia), na sequência da queda do muro de Berlim, do desmembramento da União Soviética e subsequente aparecimento de novos estados independentes, o panorama da imigração diversificou-se significativamente, continuando no entanto a ser maioritariamente lusófona. Para esta alteração refira-se também o contributo dos imigrantes de países asiáticos (Índia, China) e de outros países africanos não lusófonos.

Verifica-se assim que a situação de Portugal, que nas últimas décadas se tinha caracterizado por ser um país de partida de fluxos migratórios, inverteu-se, tornando-se, a partir de meados dos anos 80, um país de chegada desses fluxos. Contudo, actualmente a emigração não se extinguiu, destinando-se sobretudo a países da Europa (nomeadamente Suíça, França, Alemanha e Reino Unido), beneficiando das políticas de livre circulação decorrentes da entrada de Portugal na União Europeia.

IMIGRAÇÃO NO ESPAÇO EUROPEU

A relativa prosperidade económica e estabilidade política vivida na União Europeia têm representado factores de atracção de imigrantes que se estendem a todos os Estados Membros. De facto, todos eles se “tornaram, nos últimos anos, em países de imigração, embora os países do sul tenham sido os que levaram mais tempo a mudar a sua condição de exportadores líquidos de mão-de-obra” (Rita, 2002: 39-39). De acordo com o Eurostat, cerca de 5% da população da União Europeia são cidadãos estrangeiros relativamente ao espaço comunitário. A imigração tem sido mesmo a principal causa do crescimento da população na União Europeia desde o início dos anos de 1990. Segundo as primeiras estimativas demográficas do Eurostat

para 2002, os fluxos migratórios explicam mais de três quartos do crescimento populacional tendo-se assistido em todos os Estados Membros a saldos migratórios positivos. Para o total da União Europeia, o saldo migratório em 2002 cifrou-se em 2,7 por mil habitantes, enquanto que a taxa de crescimento natural se ficou pelos 0,8 por mil habitantes. Em termos relativos, ou seja, considerando o total da população, Portugal revelou-se nesse ano o país com maior saldo migratório (6,7‰).

1.2 O CONCEITO DE IMIGRANTE

Atendendo a que os Recenseamentos Gerais da População, do Instituto Nacional de Estatística, foram a fonte de informação deste trabalho e o conceito de imigrante não existia no âmbito desta operação estatística, foi necessário estabelecê-lo, por forma a definir o universo de análise. Assim, considerou-se como universo do estudo, apenas os indivíduos residentes em Portugal que actualmente possuem nacionalidade estrangeira e que nasceram no estrangeiro. De acordo com os dados dos Censos 2001, para Portugal, este universo corresponde a cerca de 200 mil indivíduos, tal como se encontra a sombreado no Quadro 1. Apesar de se estarem a excluir os imigrantes que têm naturalidade no estrangeiro mas que actualmente possuem a nacionalidade portuguesa, entendemos, que esta situação é preferível a considerar, sem mais nenhuma restrição, toda a população com naturalidade no estrangeiro ou toda a população com nacionalidade estrangeira. Isto porque nestes dois casos estaríamos a incluir indivíduos que não fazem parte, de forma alguma, da população imigrante. Foram ainda excluídos do âmbito da análise os indivíduos com dupla nacionalidade e ainda os apátridas (indivíduos sem nacionalidade).

QUADRO 1

População Residente em Portugal segundo a Naturalidade por Nacionalidade em 2001

Nacionalidades	Naturalidade		
	Total	Portugal	Estrangeiro
Total	10 356 117	9 704 645	651 472
Portuguesa	10 001 074	9 653 438	347 636
Estrangeira	226 715	9 885	216 830
Dupla Nacionalidade	127 253	40 729	86 524
Apátridas	1 075	593	482

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

2. A IMIGRAÇÃO E A SUA INCIDÊNCIA NA ESTRUTURA DEMOGRÁFICA E SOCIAL DA POPULAÇÃO

IMIGRAÇÃO MAIS DO QUE DUPLICOU NA ÚLTIMA DÉCADA

Em 2001, existiam aproximadamente 217 mil imigrantes residentes em Portugal, o que representava cerca de 2% da população total. Nas últimas décadas, este valor conheceu um acréscimo bastante significativo, tendo mais do que duplicado

face a 1991. Contrariamente à actual estrutura por sexos da população, onde predominam as mulheres (52%), a população imigrante é constituída maioritariamente por homens (54%), o que também não acontecia em 1991, onde se registava um equilíbrio entre sexos.

QUADRO 2

População Total e Imigrante Residente em Portugal em 1981, 1991 e 2001

Anos	População Total		População Imigrante		Taxa de Variação da População Imigrante (%)	
	HM	H	HM	H	HM	H
1981	9 833 014	4 737 715	97 357	46 905	-	-
1991	9 867 147	4 756 775	101 973	50 471	4,7	7,6
2001	10 356 117	5 000 141	216 830	117 972	112,6	133,7

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1981, 1991 e 2001.

REGIÃO DE LISBOA ATRAI A MAIORIA DOS
IMIGRANTES

As comunidades de imigrantes encontram-se bastante concentradas em termos espaciais, uma vez que mais de metade dos imigrantes residentes em Portugal se localizam na Região de Lisboa. De salientar os concelhos de Sintra, Lisboa, Loures, Amadora e Cascais que, em conjunto, concentram cerca de 34% da totalidade dos imigrantes residentes no País. Este fenómeno poderá estar associado à tendência de reagrupamento nos locais de destino e ao facto da grande maioria dos imigrantes entrar em Portugal por Lisboa, fixando-se nessa região para reduzir os custos de deslocação e por existirem mais oportunidades.

No entanto, em termos relativos, é o Algarve que se destaca com cerca de 6 imigrantes por cada 100 indivíduos aí residentes, o que se prende, por um lado, com as necessidades de mão-de-obra decorrentes do seu desenvolvimento turístico e, por outro, com

a fixação de europeus reformados nesta região, atraídos sobretudo pelo clima e pelo diferencial do custo de vida. São aliás os concelhos algarvios de Albufeira, Lagoa, Aljezur, Vila do Bispo e Lagos que registam, em termos nacionais, as concentrações relativas mais elevadas de imigrantes, com cerca de 9 imigrantes por cada 100 habitantes.

POPULAÇÃO IMIGRANTE MAIS JOVEM

A estrutura etária da população imigrante apresenta contornos substancialmente diferentes dos da população total, como evidencia a Figura 1. De facto, cerca de 83% dos imigrantes (por oposição aos 68% da população total) concentram-se na idade potencialmente activa (15-64 anos), reflexo da tentativa de melhoria das condições de vida através do trabalho, subjacente à maioria dos fluxos imigratórios. A proporção de imigrantes com 65 ou mais anos é bastante inferior à que se regista para o total da população, a que também não será alheio o facto da maioria dos imigrantes regressar aos seus países de origem no final da vida activa.

QUADRO 3

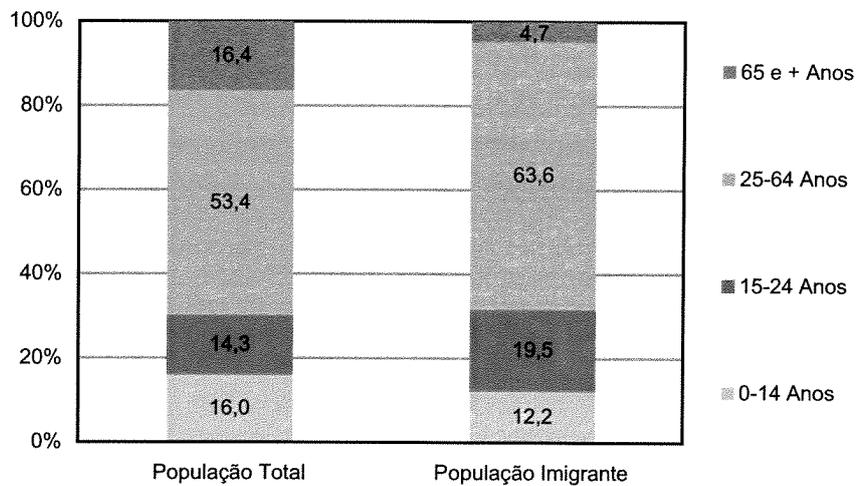
População Total e Imigrante Residente nas Regiões NUTS II e Proporção de Imigrantes no
Total da População de cada Região em 2001

	População Total		População Imigrante		Proporção de Imigrantes no Total da População da Região (%)
	Nº	%	Nº	%	
Região Norte	3 687 293	35,6	32 395	14,9	0,9
Região Centro	2 348 397	22,7	27 774	12,8	1,2
Região de Lisboa	2 661 850	25,7	119 317	55,0	4,5
Região do Alentejo	776 585	7,5	8 850	4,1	1,1
Região do Algarve	395 218	3,8	22 931	10,6	5,8
R. A. da Madeira	241 763	2,3	2 132	1,0	0,9
R. A. dos Açores	245 011	2,4	3 431	1,6	1,4
Total	10 356 117	100,0	216 830	100,0	2,1

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

FIGURA 1

Estrutura Etária da População Total e Imigrante Residente em Portugal em 2001



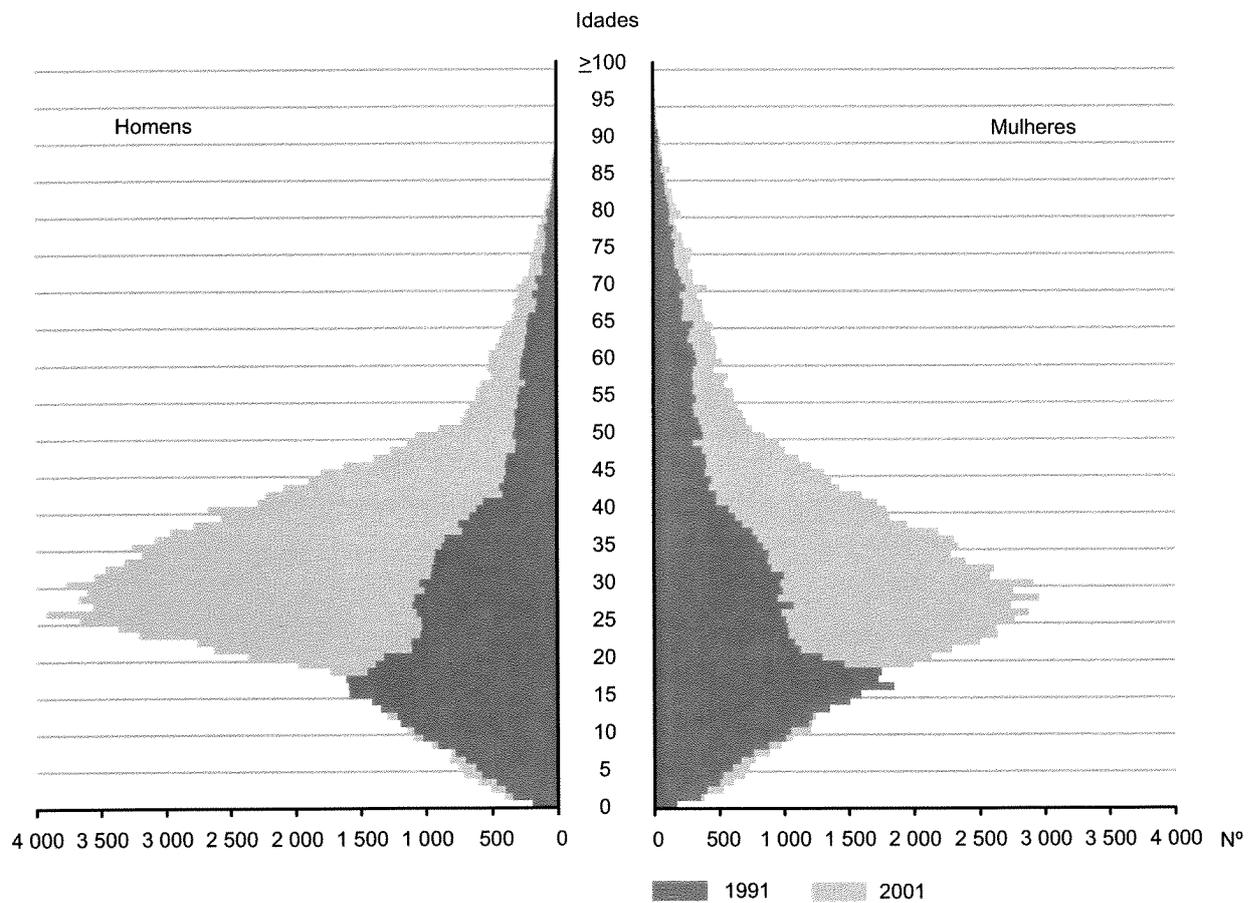
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

A população imigrante é assim mais jovem: enquanto que, em 2001, a idade média da população residente em Portugal era de 39,5 anos, a idade média da população imigrante cifrava-se nos 32,4 anos. No entanto, à semelhança do que tem vindo a acontecer para o total da população, também a população imigrante tem vindo a envelhecer; em 1991, a idade média dos imigrantes era de 28,5 anos. Esta tendência é perfeitamente evidenciada pela Figura 2, onde se vê claramente, entre 1991 e 2001, o deslocamento da pirâmide etária para

cima, traduzindo o envelhecimento da população. Este envelhecimento justifica-se, por um lado, pela mudança de escalão etário dos imigrantes que já em 1991 se encontravam no nosso país e, por outro, pelo facto dos novos imigrantes imigrarem mais tarde. A pirâmide evidencia ainda, de forma muito clara, o que já havia sido referido anteriormente, ou seja, o aumento bastante significativo, face a 1991, do número de imigrantes, sobretudo do sexo masculino.

FIGURA 2

Pirâmides Etárias da População Imigrante Residente em Portugal em 1991 e 2001



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001.

PAÍSES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA DOMINAM
O PANDORAMA DA IMIGRAÇÃO

As nacionalidades mais representativas entre a população imigrante residente em Portugal são as dos países de expressão portuguesa, com um peso de 58%, como se verifica pela análise do Quadro 4. Já em 1991, as nacionalidades cabo verdiana e brasileira eram bastante importantes. No entanto, em 2001 assistiu-se a uma diversificação das comunidades dos PALOP com a emergência das nacionalidades angolana, guineense e santomense.

A imigração oriunda dos países da União Europeia assume também bastante importância no seu conjunto (21%). Esta imigração está relacionada com os investimentos estrangeiros efectuados em Portugal e com os fluxos gerados pelas contracorrentes dos movimentos emigratórios registados no passado para estes países.

No entanto, a principal alteração face a 1991, foi o aparecimento de um novo tipo de imigração, vinda dos países da Europa de Leste, como a Ucrânia, Moldova, Rússia e Roménia. Estas nacionalidades, que na década passada não tinham qualquer expressão, representam agora cerca de 9% da comunidade imigrante residente em Portugal. De salientar ainda a imigração asiática, oriunda da China e da Índia,

que também viu a sua importância relativa aumentar. A par das nacionalidades que emergiram, algumas outras viram a sua importância relativa diminuir na última década, como é o caso da Venezuela e dos Estados Unidos da América, evidenciando uma atenuação das correntes imigratórias geradas pelos anteriores fluxos de emigração portuguesa transcontinental.

QUADRO 4

População Imigrante Residente em Portugal por Nacionalidades em 1991 e 2001

Nacionalidades	2001		1991	
	Nº	%	Nº	%
Angola	36 185	16,7	9 138	9,0
Brasil	31 304	14,4	13 216	13,0
Cabo Verde	30 623	14,1	15 548	15,2
Guiné-Bissau	15 095	7,0	3 113	3,1
França	14 776	6,8	13 139	12,9
Ucrânia*	10 747	5,0	-	-
São Tomé e Príncipe	8 033	3,7	1 941	1,9
Alemanha	7 986	3,7	5 131	5,0
Espanha	7 881	3,6	5 469	5,4
Reino Unido	7 819	3,6	5 743	5,6
Venezuela	5 116	2,4	7 925	7,8
Moçambique	4 577	2,1	3 110	3,0
EUA	3 048	1,4	4 142	4,1
Moldova*	2 978	1,4	-	-
Rússia*	2 069	1,0	-	-
Roménia	2 640	1,2	15	0,0
Suíça	2 061	1,0	759	0,7
China	2 050	0,9	352	0,3
Índia	1 535	0,7	478	0,5
União Soviética*	-	-	114	0,1
Outros UE	7 800	3,6	4 285	4,2
Outros Países	12 507	5,8	8 355	8,2
Total	216 830	100,0	101 973	100,0

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001.

* A União Soviética desmembrou-se em 1992, dando origem aos seguintes (15) estados independentes: Arménia, Azerbaijão, Belarus, Estónia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguizistão, Letónia, Lituânia, Moldova, Usbequistão, Rússia, Tajiquistão, Turquemenistão e Ucrânia.

Resumidamente, pode assumir-se que, para além do contingente de imigrantes em Portugal estar a aumentar, está também a passar por um processo de diversificação. Esta diversificação é ainda mais visível quando se consideram as nacionalidades predominantes em cada uma das regiões portuguesas – Quadros 5 e 6.

A região de Lisboa caracteriza-se por um predomínio de imigrantes oriundos dos PALOP, nomeadamente angolanos e cabo-verdianos, e do Brasil. Estas comunidades tendem, aliás, a fixar-se fundamentalmente nesta região: 75% dos angolanos, 87% dos cabo-verdianos, 91% dos santomenses e

52% dos brasileiros residem na região de Lisboa. Já no Norte predominam os franceses e os brasileiros e na Região Centro e no Alentejo é também a comunidade brasileira a mais significativa. Nestes casos, este padrão poderá associar-se aos efeitos contra-corrente dos movimentos emigratórios registados no passado. No Algarve são os grupos de europeus oriundos do Reino Unido e da Alemanha que prevalecem (58% dos imigrantes do Reino Unido e 33% dos alemães residem no Algarve). Este tipo de imigração está relacionada com a fixação de imigrantes reformados nesta região, que aliás fazem com que a idade média dos imigrantes aí residentes seja de 39,5 anos (contra uma média nacional de 32,4 anos).

QUADRO 5

População Imigrante Residente em Portugal por Nacionalidades, segundo as Regiões NUTS II em 2001

Nacionalidades	R. Norte		R. Centro		R. Lisboa		R. Alentejo		R. Algarve		R.A. Açores		R.A Madeira	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alemanha	1 550	5,7	1 234	5,3	1 418	1,3	813	11,3	2 619	14,3	177	11,8	175	6,6
Angola	3 747	13,7	3 214	13,7	27 000	24,9	817	11,3	1 203	6,6	106	7,0	98	3,7
Brasil	6 499	23,7	4 788	20,4	16 415	15,2	1 220	16,9	1 817	9,9	254	16,9	311	11,6
Cabo Verde	672	2,5	850	3,6	26 483	24,5	710	9,8	1 672	9,1	190	12,6	46	1,7
Espanha	2 173	7,9	994	4,2	3 549	3,3	631	8,7	463	2,5	21	1,4	50	1,9
EUA	510	1,9	821	3,5	828	0,8	55	0,8	245	1,3	516	34,3	73	2,7
França	6 669	24,3	4 325	18,4	2 199	2,0	513	7,1	892	4,9	52	3,5	126	4,7
Guiné-Bissau	571	2,1	713	3,0	12 857	11,9	160	2,2	724	4,0	11	0,7	59	2,2
Moçambique	788	2,9	664	2,8	2 676	2,5	240	3,3	159	0,9	30	2,0	20	0,7
Moldova	114	0,4	512	2,2	1 280	1,2	293	4,1	756	4,1	11	0,7	12	0,4
Reino Unido	570	2,1	533	2,3	1 446	1,3	305	4,2	4 523	24,7	39	2,6	403	15,1
Roménia	215	0,8	157	0,7	1 440	1,3	254	3,5	556	3,0	1	0,1	17	0,6
S. Tomé e Príncipe	208	0,8	338	1,4	7 328	6,8	55	0,8	97	0,5	5	0,3	2	0,1
Ucrânia	1 284	4,7	2 764	11,8	3 013	2,8	1 113	15,4	2 387	13,1	87	5,8	99	3,7
Venezuela	1 826	6,7	1 584	6,7	320	0,3	34	0,5	168	0,9	5	0,3	1 179	44,2
Outros UE	1 129	4,1	1 326	5,6	2 268	2,1	646	9,0	2 180	11,9	74	4,9	177	6,6
Outros Países	3 870	14,1	2 957	12,6	8 797	8,1	991	13,7	2 470	13,5	553	36,7	584	21,9
Total	27 396	100,0	23 491	100,0	108 252	100,0	7 213	100,0	18 281	100,0	1 505	100,0	2 670	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

QUADRO 6

População Imigrante Residente em Portugal segundo as Nacionalidades, por Regiões NUTS III em 2001

NUTS III	Nacionalidades mais importantes nas Regiões NUTS III					
	Nacionalidade	%	Nacionalidade	%	Nacionalidade	%
Região Norte	França	24,3	Brasil	23,7	Angola	13,7
Minho-Lima	França	35,6	Espanha	13,7	Brasil	12,7
Cávado	França	23,9	Brasil	20,0	Angola	12,2
Ave	França	34,3	Brasil	15,8	Alemanha	9,8
Grande Porto	Brasil	25,5	Angola	13,8	França	9,3
Tâmega	França	34,3	Brasil	16,0	Angola	9,2
Entre Douro e Vouga	Venezuela	21,6	Brasil	15,8	França	15,1
Douro	França	28,0	Brasil	17,4	Angola	13,9
Alto Trás-os-Montes	França	28,3	Espanha	15,7	Brasil	14,2
Região Centro	Brasil	20,4	França	18,4	Angola	13,7
Baixo Vouga	Venezuela	21,2	Brasil	19,2	França	11,7
Baixo Mondego	Angola	17,1	Brasil	16,2	França	12,5
Pinhal Litoral	França	24,5	Brasil	17,8	Angola	8,8
Pinhal Interior Norte	Holanda	13,8	Brasil	11,7	França	11,4
Dão-Lafões	Brasil	21,4	França	16,1	Angola	14,4
Pinhal Interior Sul	Brasil	15,7	Ucrânia	15,0	França	14,2
Serra da Estrela	Angola	17,1	Brasil	12,4	EUA	11,9
Beira Interior Norte	França	30,4	Brasil	15,1	Angola	13,8
Beira Interior Sul	França	31,1	Angola	13,5	Brasil	10,6
Cova da Beira	França	36,3	Brasil	15,4	Angola	7,9
Oeste	Brasil	19,1	Ucrânia	18,9	Angola	10,8
Médio Tejo	França	19,3	Ucrânia	15,1	Angola	9,5
Região de Lisboa	Angola	24,9	Cabo Verde	24,5	Brasil	15,2
Grande Lisboa	Angola	22,5	Cabo Verde	21,5	Guiné-Bissau	11,7
Península de Setúbal	Cabo Verde	24,7	Angola	23,1	Brasil	17,6
Região do Alentejo	Brasil	16,9	Ucrânia	15,4	Angola	11,3
Lezíria do Tejo	Ucrânia	21,5	Brasil	18,0	Angola	12,7
Alentejo Litoral	Alemanha	25,8	Cabo Verde	21,4	Angola	6,4
Alto Alentejo	Espanha	23,0	Brasil	15,5	Angola	8,9
Alentejo Central	Brasil	16,7	Ucrânia	15,9	Angola	8,6
Baixo Alentejo	Brasil	12,0	Espanha	11,3	Alemanha	9,3
Região do Algarve	Reino Unido	19,7	Alemanha	11,4	Ucrânia	10,4
R.A. dos Açores	EUA	24,2	Canadá	17,0	Brasil	11,9
R.A. da Madeira	Venezuela	34,4	Reino Unido	11,7	Brasil	9,1

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

Nos Açores existe uma forte presença da comunidade dos Estados Unidos da América, justificada por um lado, pela existência da base das Lages, e por outro, pela proximidade geográfica e por efeitos de contracorrente, factores que também contribuem para o elevado peso da nacionalidade canadiana neste arquipélago (incluída na categoria “Outros Países”) e da venezuelana na ilha da Madeira. Uma referência ainda para as nacionalidades alemã e ucraniana por serem as que se encontram mais dispersas em termos geográficos.

Considerando as regiões NUTS III (Quadro 6), destacam-se, pela diferença face ao que foi já referido para as NUTS II, o Entre Douro e Vouga e o Baixo Vouga, com uma forte presença de venezuelanos (cerca de 22% dos imigrantes aí residentes), e o

Pinhal Interior Norte com, aproximadamente, 14% da sua população imigrante de nacionalidade holandesa.

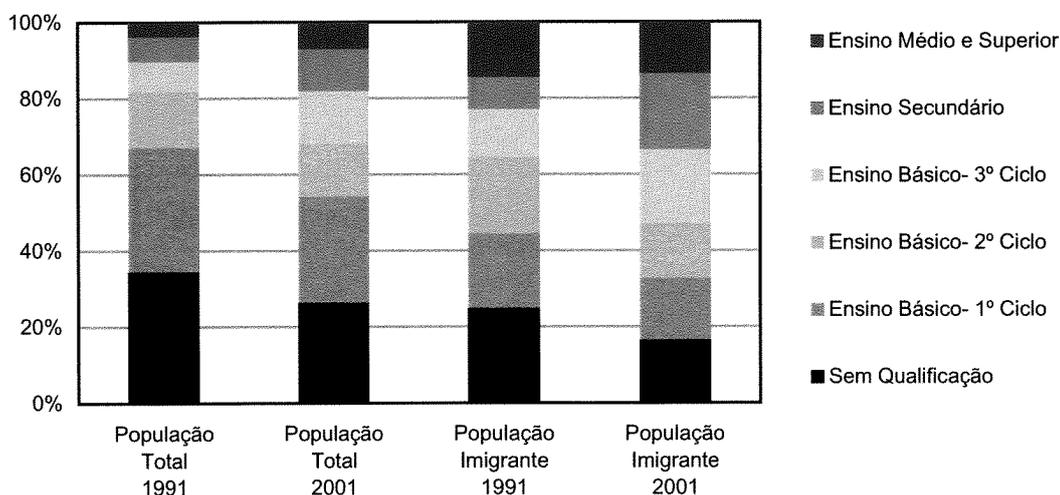
Antes ainda de nos debruçarmos sobre o mercado de trabalho, vamos analisar as qualificações académicas (nível de ensino completo mais elevado que um indivíduo possui) dos imigrantes e das diferentes comunidades em que se inserem.

IMIGRANTES COM MAIS QUALIFICAÇÕES

Pela análise da Figura 3, constata-se, por um lado, uma melhoria das qualificações académicas na última década e, por outro, que a população imigrante possui uma escolarização mais elevada que a população total, o que de certo modo vai contra o que se poderia julgar.

FIGURA 3

População Total e Imigrante Residente em Portugal segundo o Grau de Habilitação Académica em 1991 e 2001



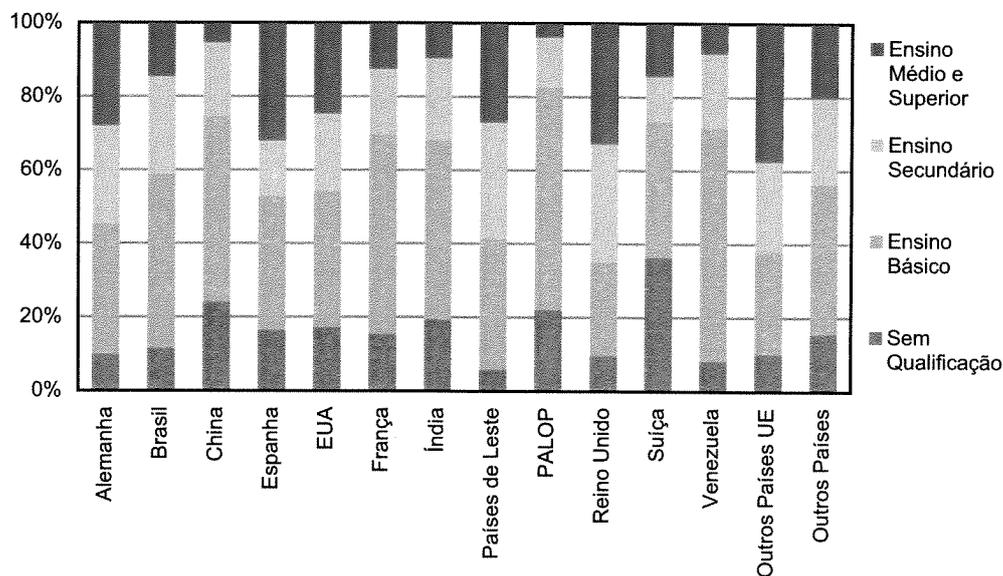
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001.

Já em 1991, a proporção de imigrantes sem qualquer habilitação (25%) era inferior ao valor registado para a população total em 2001 (26%). Este valor relativo aos imigrantes residentes conheceu ainda, na última década, um decréscimo bastante significativo, cifrando-se actualmente nos 17%. Em termos das habilitações mais elevadas (ensino superior e secundário) e da escolaridade mínima obrigatória (3º ciclo do ensino básico), também se verifica um melhor perfil de instrução relativamente à população imigrante.

Analisando as diversas nacionalidades é possível identificar diferentes perfis educacionais. Os imigrantes dos países europeus, entre os quais a Espanha, o Reino Unido, os Países de Leste² e a Alemanha, e dos Estados Unidos são os que apresentam, em termos relativos, os maiores contingentes de indivíduos com ensino médio e superior completo e os menores sem qualquer qualificação. No entanto, como veremos de seguida, apesar de possuírem qualificações elevadas, a inserção em termos profissionais no mercado de trabalho opera-se de forma completamente diferente consoante se tratem de indivíduos oriundos dos Países de Leste ou dos restantes países mencionados.

FIGURA 4

População Imigrante Residente em Portugal segundo a Nacionalidade e o Grau de Habilitação Académica em 2001



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001.

² Nos Países de Leste foram considerados a Moldavia, a Roménia, a Rússia e a Ucrânia.

Já os imigrantes provenientes dos PALOP caracterizam-se pelo predomínio do ensino básico (60%) e pela inexistência de qualquer tipo de qualificação (22%). Igualmente com um perfil de escolarização muito baixo surgem os imigrantes da Suíça, China, França, Índia e Venezuela. No caso da França e da Suíça, o baixo nível de qualificações poderá prender-se com o facto destas comunidades de imigrantes estarem associadas sobretudo aos efeitos de contra-corrente e não ao investimento estrangeiro em Portugal, como acontece nos restantes casos dos países europeus.

3. A IMIGRAÇÃO, SUA INCIDÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Como teremos oportunidade de constatar, grande parte dos imigrantes residentes em Portugal serão principalmente motivados pelos factores económicos na sua decisão de imigrar, designadamente os indivíduos provenientes dos PALOP e dos Países de Leste. A maioria dos especialistas em migrações evoca mesmo estes factores como o motor dos fluxos migratórios. É o que acontece no caso do modelo de “atração-repulsão” e na teoria neoclássica da mobilidade, entre outras, que podem ser utilizadas para fundamentar este tipo de imigração com destino a Portugal.

Segundo o modelo de “atração-repulsão”, as migrações têm por base a combinação de um conjunto de factores repulsivos associados ao país de origem e atractivos relativos ao país de destino, que em conjunto determinam a amplitude e a direcção dos fluxos. De acordo com Malheiros (1996: 34), “neste modelo, os factores económicos e particularmente o emprego assumem um papel fundamental, quer como forças repulsivas em relação ao local de partida (crise económica associada à desvalorização dos

recursos endógenos, situação de desemprego), quer como forças de atracção, no que concerne à área de chegada (existência de maiores oportunidades de emprego e de salários mais elevados)”. Para além destes, são ainda salientados outros factores, quer repulsivos, como as situações de discriminação e opressão, problemas políticos e sociais, quer atractivos - existência de melhores oportunidades de educação, melhor qualidade de vida, entre outros. Este modelo apresenta, no entanto algumas limitações: não tem capacidade para explicar porque é que certas regiões atraem imigrantes e outras, com características semelhantes, não, nem porque é que indivíduos de uma mesma região migram e outros não o fazem. Por outro lado, também não justifica fluxos de entrada para áreas consideradas globalmente como repulsivas ou o inverso.

Por sua vez, a teoria neoclássica da mobilidade considera que as diferenças salariais existentes entre os países incitam os trabalhadores dos países com salários mais baixos e com mão-de-obra excedentária a imigrarem para os países com salários mais elevados e caracterizados por uma carência de factor trabalho. Este fluxo terminará quando os salários de ambos os países se igualarem. No país de destino, devido à entrada da mão-de-obra, os salários tenderão a descer, enquanto que no país de partida, devido à saída da força de trabalho, os salários tenderão a subir. Esta teoria tem sido alvo de diversas críticas já que assenta em pressupostos sem grande aderência à realidade, nomeadamente a total flexibilidade dos salários (que na realidade apresentam uma grande rigidez à descida), a perfeita mobilidade dos factores (na verdade existem barreiras de diversos tipos) e a inexistência de um mercado de trabalho segmentado, onde todos os trabalhadores têm as mesmas oportunidades (que como veremos adiante também não se verifica), entre outros.

Muitas outras teorias sobre o processo migratório poderiam ser apresentadas. No entanto, nenhuma delas consegue apreender este fenómeno na sua globalidade e complexidade. Todas elas fornecem, porém, importantes contributos para o seu entendimento.

EXISTEM TRÊS IMIGRANTES ACTIVOS POR CADA IMIGRANTE INACTIVO

Em 2001, do total da população imigrante mais de 139 mil eram activos (conforme o Quadro 7), o que corresponde a uma taxa de actividade (relação entre a população activa e a população total com 15 ou mais anos) de aproximadamente 73%, contrastando com os 57% observados para o total da população portuguesa. A força de trabalho imigrante representa assim cerca de 3% do total de mão de obra em Portugal. Por outro lado, a população imigrante regista uma taxa de desemprego (8,5%) superior à da população total (6,8%).

Face a 1991, assistiu-se a um aumento bastante significativo do peso da população activa imigrante e consequente diminuição do peso dos inactivos. A partir do Quadro 8, que apresenta os índices de actividade (quociente entre os imigrantes activos e os não activos) por nacionalidades é possível confirmar isso mesmo. Enquanto que, em 1991, existia pouco mais de um activo por cada inactivo, em 2001, existiam cerca de três activos por cada imigrante inactivo, o dobro do verificado no caso do total da população portuguesa. Também a partir deste quadro, é possível confirmar que a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho português se acentuou na última década (cf. Baganha, Ferrão e Malheiros, 1998). De facto, este índice aumenta significativamente em todas as nacionalidades apresentadas, situando-se na maioria dos casos acima da unidade, indicando que o número de activos supera o dos inactivos.

QUADRO 7

População Imigrante segundo a Condição perante a Actividade Económica em 1991 e 2001

	2001		1991	
	Nº	%	Nº	%
População Activa	139 625	73,3	42 667	55,0
Empregados	127 830	67,1	38 859	50,1
Desempregados	11 795	6,2	3 808	4,9
População Inactiva	50 855	26,7	34 922	45,0
Estudantes	15 718	8,3	12 745	16,4
Domésticos	10 420	5,5	9 501	12,3
Reformados	11 865	6,2	6 694	8,6
Outros	12 852	6,7	5 982	7,7
População Total com 15 ou mais anos	190 480	100,0	77 589	100,0

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001.

QUADRO 8

Índice de Actividade em 1991 e 2001, Índice de Actividade das Mulheres e
Indicador de Situação na Profissão em 2001 por Nacionalidades

Nacionalidades	Índice de Actividade 1991	Índice de Actividade 2001	Índice de Actividade das Mulheres 2001	Indicador da Situação na Profissão ³ 2001 (TCP e Patrão / TCO)
Alemanha	0,82	1,13	0,81	0,45
Angola	1,55	2,74	1,90	0,11
Brasil	1,43	4,43	2,50	0,22
Cabo Verde	2,43	3,05	2,31	0,11
China	2,13	5,71	3,26	0,74
Espanha	0,76	1,53	1,05	0,19
Estados Unidos da América	0,53	0,95	0,66	0,25
França	0,81	1,97	1,46	0,19
Guiné-Bissau	2,42	3,70	1,98	0,10
Índia	0,75	2,97	0,57	0,17
Moçambique	1,41	2,29	1,63	0,18
Moldova	-	34,41	11,10	0,03
Reino Unido	0,60	0,79	0,60	0,59
Roménia	0,83	17,46	5,25	0,07
Rússia	-	8,99	3,83	0,07
São Tomé e Príncipe	1,91	2,77	2,38	0,10
Suíça	0,66	0,57	0,39	0,59
Ucrânia	-	38,49	12,01	0,02
União Soviética	0,98	-	-	-
Venezuela	1,05	1,94	1,13	0,26
Outros UE	1,05	1,19	0,82	0,54
Outros Países	1,02	2,64	1,23	0,22
População Imigrante Total com 15 ou mais Anos	1,22	2,75	1,70	0,16
População Residente Total com 15 ou mais Anos	1,24	1,35	0,98	0,20

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001.

No que respeita à população imigrante feminina, verifica-se que o índice de actividade apresenta valores inferiores aos do índice da população imigrante total, traduzindo uma menor inserção laboral das mulheres, que muitas vezes imigram

não para trabalharem no país de destino, mas para acompanharem a sua família. Aliás, em todas as nacionalidades se nota esta tendência. De referir ainda que as mulheres imigrantes apresentam um índice de actividade mais elevado quando comparadas com a totalidade das mulheres residentes em Portugal.

³ O Indicador da Situação na Profissão traduz-se pelo quociente entre a soma dos imigrantes trabalhadores por conta própria (TCP) com os patrões e os imigrantes empregados por conta de outrem (TCO).

Destacam-se com os maiores valores do índice de actividade as comunidades oriundas dos países da Europa de Leste (Ucrânia, Moldova, Roménia e Rússia), cuja imigração mais recente se deve sobretudo a motivos económicos, vindo na sua maioria à procura de emprego. De facto, do total dos imigrantes com 15 ou mais anos oriundos dos países da Europa de Leste 96% são activos. Com índices de actividade mais baixos, mas ainda com uma forte implantação no mercado de trabalho português, encontram-se os naturais dos PALOP, Brasil, China e Índia. No caso dos imigrantes dos PALOP, para além de virem trabalhar, incluem também uma parcela importante de estudantes e domésticos. Os restantes três países apresentam um crescimento significativo do índice traduzindo um alargamento das suas áreas de inserção laboral.

Já a imigração dos indivíduos de países da União Europeia reparte-se entre profissionais qualificados (de um total de 49% de activos) e indivíduos inactivos onde se inclui uma grande parte na idade de reforma. Os reformados chegam a atingir 15% do total destes imigrantes (e quase um terço no caso dos provenientes do Reino Unido). Observa-se assim no quadro que os Europeus e Norte-Americanos registam os valores mais reduzidos do índice de

actividade indicando que nestes casos assumem maior importância as questões familiares do que as de emprego. No caso dos cidadãos provenientes dos Estados Unidos, Suíça e Reino Unido, o número de inactivos (sobretudo reformados) supera mesmo o dos activos.

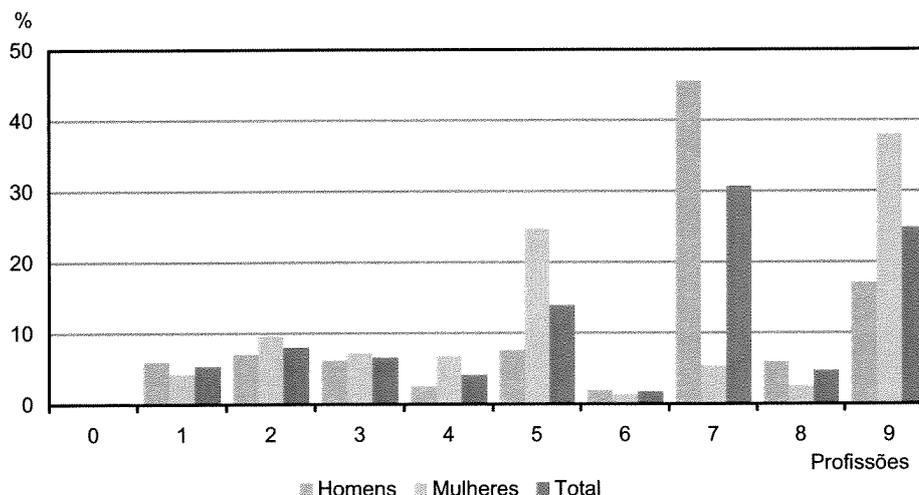
IMIGRANTES TRABALHAM SOBRETUDO POR CONTA DE OUTREM E EM PROFISSÕES POUCO QUALIFICADAS

Relativamente ao perfil profissional dos imigrantes tendo em conta a profissão (Figura 5) e a situação na profissão (indicador de situação na profissão – Quadro 8) também se constata diferenças consoante as nacionalidades. Apesar de se tratar de uma realidade bastante heterogénea é no entanto possível definir alguns padrões profissionais semelhantes.

A maioria dos imigrantes insere-se nas áreas mais desfavorecidas do mercado de trabalho português. De facto, através da figura observa-se que mais de metade dos imigrantes empregados ou são operários ou são trabalhadores não qualificados, desempenhando actividades dos grupos 7 e 9.

FIGURA 5

Imigrantes Empregados segundo a Profissão e Sexo, em 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

Legenda das Profissões - Classificação Nacional de Profissões 1994:

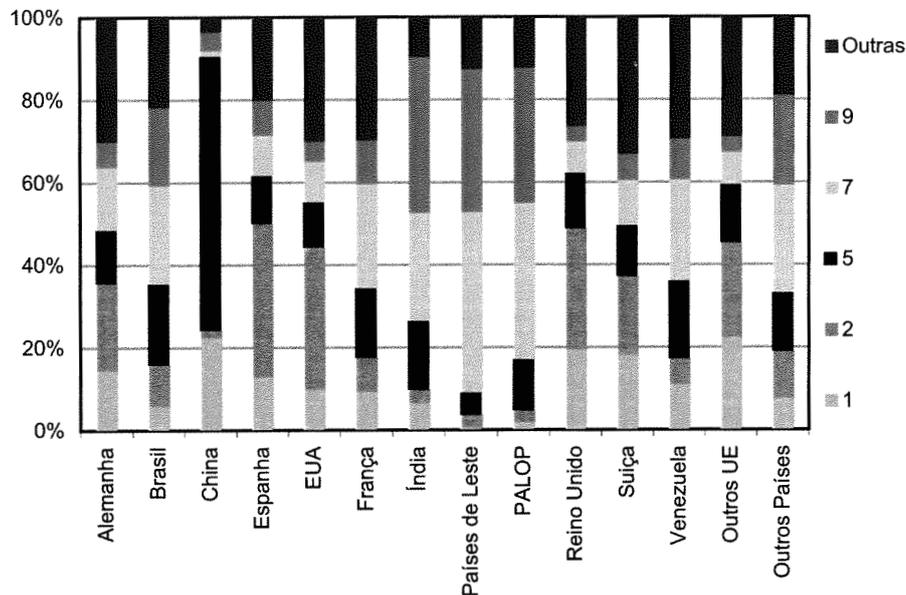
- 0 Forças Armadas
- 1 Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas
- 2 Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas
- 3 Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário
- 4 Pessoal Administrativo e Similares
- 5 Pessoal dos Serviços e Vendedores
- 6 Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas
- 7 Operários, Artífices e Trabalhadores Similares
- 8 Operadores de Instalações e Máquina e Trabalhadores da Montagem
- 9 Trabalhadores Não Qualificados

A repartição por sexos permite, por outro lado, observar diferentes perfis profissionais entre homens e mulheres. Enquanto que o trabalho masculino se concentra predominantemente no grupo dos "Operários, Artífices e Trabalhadores Similares", mais precisamente nos trabalhos ligados à construção civil, os imigrantes do sexo feminino dedicam-se sobretudo a trabalhos não qualificados de serviços e comércio (onde predominam os serviços de limpeza) e a actividades de serviços de protecção e segurança (que incluem os serviços domésticos e de restauração).

Analisando por nacionalidades (Figura 6), uma primeira constatação refere-se aos indivíduos provenientes dos países da União Europeia e dos Estados Unidos da América que, sendo os profissionais mais qualificados, se apresentam também como os mais diversificados, estando a maioria empregados como quadros superiores e dirigentes de empresas ou profissionais intelectuais, científicos e técnicos. São concertemente os indivíduos destas nacionalidades que ocupam as posições mais elevadas na hierarquia das empresas, assegurando a gestão do investimento estrangeiro em Portugal (sobretudo no caso das multinacionais instaladas no país).

FIGURA 6

Imigrantes Empregados segundo a Profissão e Nacionalidades, em 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

Notas: (1) A categoria "Outras" inclui as profissões dos grupos 0, 3, 4, 6 e 8.

(2) Ver legenda dos grupos de profissões na figura anterior (Figura 5)

Os imigrantes africanos (dos PALOP), por seu lado, encontram-se numa situação mais precária exercendo geralmente actividades assalariadas pouco qualificadas incluídas nas profissões dos grupos 7 e 9 (operários e trabalhadores não qualificados). Trata-se da conhecida concentração de imigrantes destas nacionalidades na construção civil com relevância para os provenientes de Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau. O mesmo acontece aos cidadãos da Europa de Leste cuja mão de obra tem vindo a juntar-se ao longo da última década à mão de obra africana, apesar de serem indivíduos com níveis de habilitações bem mais elevados, como se viu anteriormente. Muitos destes imigrantes de Leste apresentam assim inserções profissionais de

sub-emprego. Assinale-se a este respeito que 75% destes imigrantes licenciados exercem actividades incluídas nas profissões 7 a 9 (operários, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores não qualificados). No entanto, estes imigrantes, pelo nível de instrução elevado que possuem, constituem um forte potencial que pode ser utilizado como factor favorável ao desenvolvimento regional, ao aumento da produtividade e da competitividade da economia portuguesa. De referir ainda que em todos estes grupos de nacionalidades o indicador da situação na profissão apresenta os valores mais baixos, significando a maior representatividade dos trabalhadores por conta de outrem.

No caso dos sul-americanos, em particular os brasileiros e os venezuelanos, são os profissionais inseridos nos grupos “Pessoal dos Serviços e Vendedores” e “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” que representam um peso maior. O perfil profissional dos chineses distingue-se de todos os outros apresentando-se mais especializado: as actividades de serviços e vendedores abrangem mais de dois terços dos empregados chineses. Este facto revela a propensão deste grupo para as actividades empresariais, nomeadamente no ramo da restauração e comércio, o que justifica o elevado valor do indicador relativo à situação profissional. Já o mesmo não se verifica relativamente à comunidade indiana cuja integração laboral, mais diversificada, se aproxima mais da dos imigrantes brasileiros.

MERCADO DE TRABALHO DA IMIGRAÇÃO SEGMENTADO

Pelo exposto podemos concluir que a inserção laboral da população estrangeira, de acordo com as características dos diversos grupos de nacionalidades, apresenta diferentes modalidades de integração, podendo ser identificados modelos distintos de mercados de trabalho da imigração. A teoria do mercado de trabalho segmentado, que tem sido utilizada no âmbito do estudo das migrações (cf. Peixoto, 2002), defende que o mercado de trabalho possui uma estrutura “dual” (dupla), encontrando-se dividido em dois sectores. Por um lado, encontra-se o mercado primário, caracterizado por empregos com boas condições de trabalho, possibilidades de promoção, salários mais elevados, acesso a formação profissional, protecção social e estabilidade no emprego. Este mercado tende a ser encontrado

em áreas de negócio que são intensivas em capital e em que se exige trabalho mais qualificado. Por outro lado, encontra-se o mercado secundário que, pelo contrário, inclui empregos de baixo valor social, não qualificados, com baixos salários, poucas oportunidades de carreira, com instabilidade e, por vezes, sem segurança social. Este respeita a áreas da economia informal e é, normalmente, dominado pelo sexo feminino e pelas minorias.

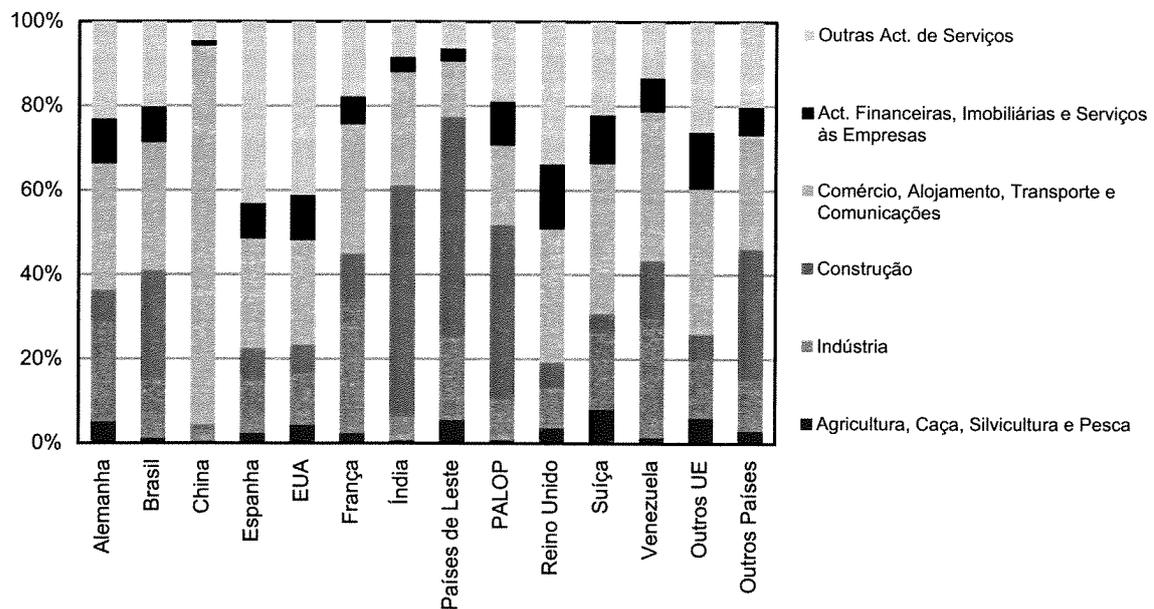
Esta teoria pode ser relacionada com o mercado de trabalho da imigração em Portugal. Assim, os imigrantes europeus e norte-americanos incluir-se-iam no mercado de trabalho primário, enquanto que os indivíduos dos PALOP e da Europa de Leste estariam inseridos no mercado de trabalho secundário. Os cidadãos brasileiros, por seu lado, apesar de se encontrarem maioritariamente no mercado de trabalho primário estão mais isolados, pois não têm o apoio das organizações que a generalidade dos cidadãos da União Europeia possuem. O emprego feminino, na sua maioria, também se insere no mercado secundário, pois como vimos as mulheres imigrantes dedicam-se sobretudo a trabalhos pouco ou não qualificados.

UM TERÇO DOS IMIGRANTES ENCONTRAM-SE EMPREGADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

A distribuição da população imigrante empregada segundo a classificação das actividades económicas (CAE) a 6 ramos (Figura 7), vem confirmar o que já foi observado relativamente às profissões por nacionalidades.

FIGURA 7

Imigrantes Empregados por Nacionalidades, segundo a CAE a 6 Ramos, em 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

De facto, verifica-se o predomínio da construção no emprego dos imigrantes oriundos dos PALOP e dos Países de Leste. É também visível a concentração dos cidadãos chineses no ramo que inclui o comércio e a restauração. No que toca aos europeus e norte-americanos confirma-se que, de acordo com as suas qualificações profissionais, são os que registam maior peso nos ramos do comércio e serviços com destaque para os serviços não mercantis, onde se inserem as actividades relacionadas com a saúde e educação.

De acordo com o Quadro 9, os ramos da construção e da indústria (sobretudo transformadora) são os ramos que mais absorvem o emprego imigrante. As actividades ligadas ao comércio e aos serviços de alojamento e restauração são também grandes empregadoras de imigrantes.

QUADRO 9

Imigrantes Empregados por Região NUTS II segundo a CAE em 2001

NUTS II	Agric. Silv. e Pesca	Indústria	Construção	Comércio	Aloj. e Rest.	Transp. Comunic. e Act. Financ.	Act. Imob. e serv. prest. às emp.	Outras Act. de Serviços	Total
	Nº								
R. Norte	318	4 896	2 751	3 006	1 573	532	975	3 771	17 822
R. Centro	529	4 341	3 537	2 335	1 225	464	620	2 800	15 851
R. Lisboa	575	6 736	27 957	6 882	6 661	2 328	7 469	14 368	72 976
R. Alentejo	727	852	2 029	510	405	97	187	754	5 561
R. Algarve	508	718	4 972	1 225	2 542	513	814	1 635	12 927
R.A. Açores	96	66	370	141	85	33	49	247	1 087
R.A. Madeira	28	113	405	241	268	122	84	345	1 606
Total	2 781	17 722	42 021	14 340	12 759	4 089	10 198	23 920	127 830

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

A análise da distribuição sectorial pelos mercados de emprego faz ressaltar algumas especificidades regionais. Destaca-se assim o elevado peso do emprego na agricultura na região do Alentejo enquanto que a indústria transformadora predomina nas regiões do Norte e Centro. Verifica-se que no Algarve, após a construção, o ramo “alojamento e restauração” é o que atrai mais emprego imigrante, sendo nesta região que este ramo assume maior importância, o que também acontece para o total de emprego do país. A região de Lisboa, que se caracteriza por um mercado de trabalho mais urbanizado e terciarizado, é a que atrai o maior número de estrangeiros empregados (cerca de 57%). No entanto, é a construção que continua a dominar este mercado regional de emprego imigrante. Tal prende-se com o facto de ser nesta região que se concentram os trabalhadores oriundos dos PALOP

e do Brasil. Só depois se encontram as actividades ligadas ao comércio e serviços, com destaque para as actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas.

ESPECIALIZAÇÃO SECTORIAL DAS REGIÕES
VERSUS ESPECIALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES

Uma vez analisados os ramos de actividade que empregam mais imigrantes, será interessante saber se existe ou não uma relação entre estas actividades e a especialização sectorial da região que os acolhe. Ou seja, independentemente da especialização sectorial da região de destino, a generalidade da população imigrante acaba por se inserir em ramos de actividade específicos? Ou, pelo contrário, os imigrantes trabalham nas actividades que predominam nas regiões que os acolhem?

QUADRO 10

**Peso da Secção da CAE Dominante em cada Região NUTS II em termos da População Empregada Total
e da População Empregada Imigrante**

NUTS II	Especialização da População Total		Especialização da População Imigrante	
		Secção da CAE Dominante (%)		Secção da CAE Dominante (%)
Região Norte	31,8	Indústria Transformadora	26,2	Indústria Transformadora
Região Centro	23,9	Indústria Transformadora	26,0	Indústria Transformadora
Região de Lisboa	17,3	Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	38,3	Construção
Região do Alentejo	16,0	Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	36,5	Construção
Região do Algarve	18,9	Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	38,5	Construção
R.A. dos Açores	16,2	Construção	34,0	Construção
R.A. da Madeira	16,9	Construção	25,2	Construção

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

O Quadro 10 traduz a especialização sectorial das regiões NUTS II, apresentando, para cada região, por um lado, o ramo de actividade dominante em termos do emprego total e o seu peso e, por outro lado, o ramo de actividade dominante em termos do emprego imigrante e o respectivo peso. Pela sua análise, verifica-se que existe uma especialização da população imigrante, que se encontra predominantemente empregada na indústria transformadora e na construção. Apenas nos casos das regiões onde estes ramos representam a especialização sectorial do emprego total, é que existe coincidência com a especialização da população imigrante. Nos restantes casos, independentemente da especialização da população total é a construção que constitui o ramo de especialização para o emprego imigrante.

Estas conclusões podem ser reforçadas através da análise dos índices de especialização de Krugman⁴ e de Herfindahl⁵, apresentados no Quadro 11. A partir do índice de Krugman verificamos que a estrutura sectorial do emprego da população total e da população imigrante é mais semelhante no Norte, Centro e nas Regiões Autónomas. Aliás, pelo Quadro 10 é possível constatar que o ramo de actividade dominante é o mesmo quer em termos do emprego total quer do emprego imigrante. As maiores diferenças ocorrem nas regiões de Lisboa, do Algarve e do Alentejo, precisamente aquelas onde a especialização sectorial não é coincidente.

⁴ O índice de especialização de Krugman é calculado do seguinte modo: $K_{it} = \sum_i |S_{it}^S - S_{it}^I|$

onde, $S_{it}^S = \frac{\text{Emprego no sector } i \text{ na região } S \text{ relativo à população total}}{\text{Emprego na região } S \text{ relativo à população total}}$ e $S_{it}^I = \frac{\text{Emprego no sector } i \text{ na região } S \text{ relativo à população imigrante}}{\text{Emprego na região } S \text{ relativo à população imigrante}}$

Este índice compara a estrutura sectorial do emprego da população total e da população imigrante para uma determinada região, assumindo valores entre 0 e 2. Quando o índice é zero, estamos perante estruturas sectoriais iguais; quando assume o valor 2 estas estruturas nada têm em comum.

⁵ O índice de especialização de Herfindahl é calculado através da seguinte expressão: $H_j^S = \sum_i (S_{ij}^S)^2$

onde, $S_{ij}^S = \frac{\text{Emprego sector } i \text{ na região } S}{\text{Emprego na região } S}$

Este índice é uma medida absoluta da especialização sectorial numa determinada região, variando entre 0 e 1. Quanto maior o índice maior o grau de especialização da região.

QUADRO 11

Índices de Especialização Regional, em 2001

NUTS II	Índice de Krugman	Índice de Herfindahl	
		População Total	População Imigrante
Região Norte	0,3	0,16	0,14
Região Centro	0,3	0,13	0,16
Região de Lisboa	0,7	0,10	0,19
Região do Alentejo	0,6	0,10	0,19
Região do Algarve	0,6	0,11	0,21
R.A. dos Açores	0,5	0,10	0,16
R.A. da Madeira	0,4	0,10	0,14

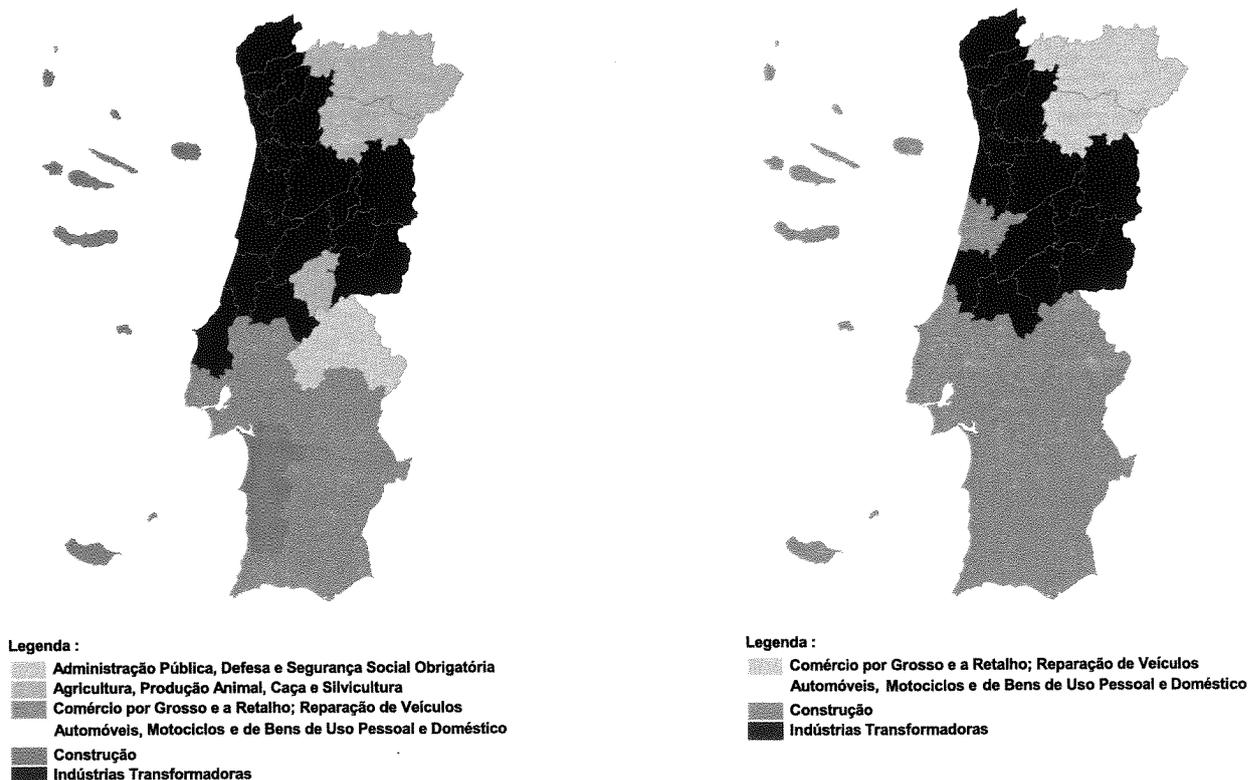
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

Através do índice de Herfindahl confirma-se uma especialização do emprego imigrante relativamente mais forte que a da população total, traduzida pela superioridade numérica do seu índice. Apenas na região Norte este facto não sucede pois a indústria transformadora absorve, em termos relativos e face ao total da população, menos imigrantes.

Se considerarmos as regiões NUTS III, verificamos que as conclusões não se alteram substancialmente. De facto, o que parece transparecer é que independentemente da especialização da região, os imigrantes inserem-se sempre nos ramos da indústria transformadora, construção e comércio.

FIGURA 8

Especialização das NUTS III em termos da População Empregada Total (figura da esquerda) e da População Empregada Imigrante (figura da direita) por Secções da CAE



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

Quando a especialização da região coincide com um destes ramos, então os imigrantes encontram-se inseridos nas actividades que predominam nestas regiões e, nestas circunstâncias, o índice de Krugman apresenta valores próximos de zero. Caso contrário, direccionam-se para os ramos referidos. A única excepção é o caso do Baixo Mondego e do Oeste, regiões onde predomina o sector da indústria transformadora, mas, apesar disso, os imigrantes concentram-se na construção civil. Nestes casos, o índice de Krugman apresenta valores mais elevados (próximos da unidade), traduzindo estruturas sectoriais do emprego mais diferenciadas entre si. Tal como se constatou para as regiões NUTS II, também no que se refere à generalidade das NUTS III, o índice de Herfindahl assume valores mais elevados para a população imigrante, reflectindo um maior grau de especialização sectorial. Deste modo, parece não existir uma relação entre a especialização da região em termos do emprego total e do emprego imigrante, inserindo-se os imigrantes em ramos de actividade específicos.

IMIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Finalmente e no sentido de tentar ir um pouco mais além na análise das relações que se podem estabelecer entre o funcionamento dos mercados de trabalho, a sua dinâmica regional e os destinos da imigração, procedemos ao cálculo dos coeficientes de correlação⁶ (Quadro 12) entre a distribuição regional, por NUTS III, dos imigrantes residentes, em Portugal, em 2001, e um conjunto de variáveis também desagregadas por regiões NUTS III (cf. Malheiros, 2002b). Estas variáveis traduzem, por

um lado, algumas dimensões do desenvolvimento das regiões portuguesas, e por outro, aspectos do mercado de trabalho.

Atendendo a que existem correlações fortes e positivas entre a distribuição da população imigrante e as variáveis densidade populacional, população residente em lugares com 5.000 ou mais habitantes e população residente em cidades, podemos verificar que os imigrantes se tendem a fixar nas áreas mais populosas e urbanizadas, com uma estrutura de ocupação mais concentrada. Do mesmo modo, também se tendem a concentrar nas zonas com maiores níveis de desenvolvimento económico e bem estar, medidos através de vários indicadores como o Produto Interno Bruto regional *per capita*, o Indicador *per capita* (que nos dá uma aproximação do poder de compra das regiões) e do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (que permite medir, de forma indirecta, os níveis de rendimento e dos salários).

Apesar de elevada, a correlação entre a distribuição regional dos imigrantes e os níveis do Índice de Desenvolvimento Humano é menos forte que as anteriores (relacionadas com as variáveis económicas). Este índice considera, para além do rendimento, a educação, o conforto e a longevidade como dimensões básicas do desenvolvimento humano, uma vez que de acordo com esta perspectiva o desenvolvimento numa região vai muito além da sua prosperidade económica.

⁶ O coeficiente de correlação representa a relação entre duas ou mais variáveis. Se for positivo, existe uma relação directa entre as variáveis, enquanto que se for negativo essa relação é inversa. Esta medida assume valores, em módulo, entre zero e um, sendo que quando assume o valor zero diz-se que a correlação é nula (ausência de correlação) e quando assume o valor 1 é perfeita. À medida que nos afastamos de zero e nos aproximamos de um, os níveis de correlação vão aumentando (correlação fraca, média, forte e muito forte).

QUADRO 12

Coefficientes de Correlação entre a Distribuição Regional, por NUTS III, da População Imigrante Residente em 2001 e a Distribuição Regional, por NUTS III, de cada uma das variáveis consideradas

	Coeficiente de correlação
Densidade Populacional, 2001 ¹	0,70
População Residente em Lugares com 5.000 ou mais Habitantes, 2001 ²	0,89
População Residente nas Cidades, 2001 ²	0,86
PIB <i>per capita</i> , 1999 ³	0,74
Indicador <i>per capita</i> , 2002 ⁴	0,81
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, 1999 ⁵	0,95
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 1999 ⁶	0,62
Taxa de Analfabetismo, 2001 ²	-0,45
Taxa de Desemprego, 2001 ²	0,08
Produtividade, 1999 ³	0,64
População Residente Empregada por Conta de Outrem, 2001 ²	0,83
População Residente Empregada nos Grupos Profissionais 7, 8 e 9 da Classificação Nacional de Profissões, 2001 ²	0,75
População Residente Empregada nos Grupos Profissionais 7 e 9 da Classificação Nacional de Profissões, 2001 ²	0,78
População Residente Empregada no Sector Primário, 2001 ²	0,05
População Residente Empregada no Sector Secundário – Total, 2001 ²	0,61

Fontes:

- 1 INE, Recenseamento Geral da População 2001 e INE, BGRI - Base de Referenciação de Informação – versão definitiva à data de referência dos Censos 2001 (12/03/2001).
- 2 INE, Recenseamento Geral da População 2001.
- 3 INE, Contas Regionais 1999.
- 4 INE, Estudo do Poder de Compra Concelhio 2002.
- 5 Direcção Geral dos Impostos. (<http://www.dgci.min-financas.pt>)
- 6 Ministério do Planeamento (2002), "População e desenvolvimento humano. Uma perspectiva de quantificação 1970-1999.", Lisboa

A taxa de desemprego não apresenta qualquer correlação com a imigração, o que nos permite inferir que não existirá nenhuma relação directa entre estas duas variáveis. Assim, e ao contrário do que geralmente se crê, não é por existirem mais imigrantes numa determinada região que os níveis de desemprego dessa região serão mais elevados.

De salientar ainda as correlações positivas bastante fortes registadas entre a imigração e alguns aspectos, já salientados anteriormente, que caracterizam estas

comunidades em termos profissionais, evidenciando assim a existência duma relação directa entre eles e a população imigrante. Refira-se o trabalho por conta de outrem, as profissões menos qualificadas, o emprego no ramo da construção e ainda no sector terciário. Relembre-se que cerca de 53% dos imigrantes trabalham por conta de outrem, 60% ocupam-se de profissões pouco ou não qualificadas (grupos 7, 8 e 9 da Classificação Nacional de Profissões), 33% trabalham no ramo da Construção Civil e 51% estão empregados nos serviços.

4. NOTA CONCLUSIVA

Ao longo deste trabalho vimos que não é possível retratar de forma homogénea a comunidade imigrante residente em Portugal. Sendo uma comunidade muito diversificada, oriunda de vários países, é possível traçar diversos perfis socioeconómicos e diferentes formas de integração no mercado de trabalho, consoante as nacionalidades. Esta heterogeneidade permite-nos concluir pela existência de um mercado de trabalho segmentado, com uma estrutura dual. Por um lado, encontram-se os imigrantes africanos e dos Países de Leste que se inserem nas áreas mais desfavorecidas do mercado de trabalho e por outro, os imigrantes dos países europeus e Estados Unidos da América que se ocupam em profissões mais qualificadas. No entanto, os imigrantes dos Países de Leste, pelo facto de possuírem habilitações e qualificações relativamente elevadas, representam um forte potencial que poderá contribuir para o desenvolvimento regional, para o aumento da produtividade e da competitividade portuguesa. Confrontando a especialização sectorial das regiões e a especialização da população empregada imigrante concluiu-se por uma ausência de relação entre estas.

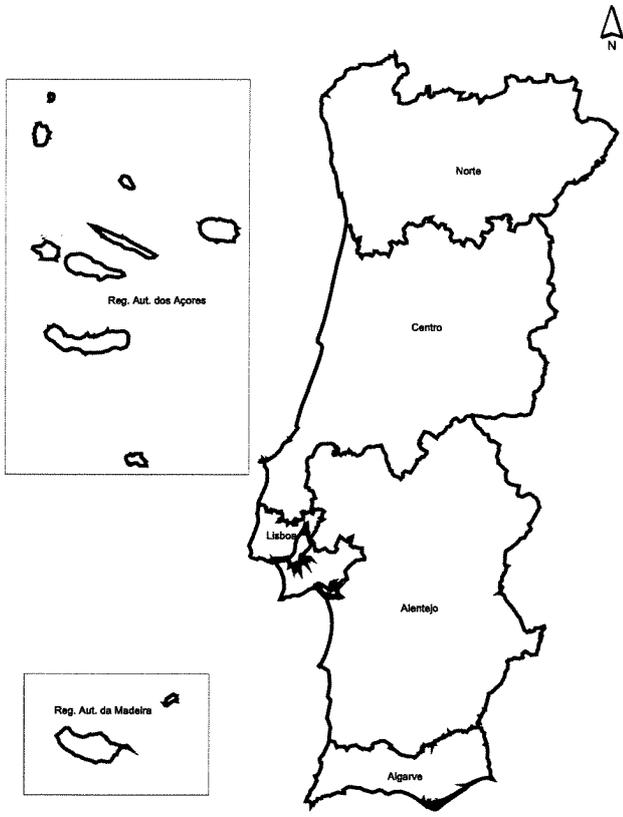
De facto, a generalidade dos imigrantes acaba por se inserir em ramos de actividade específicos e não nos ramos que constituem a especialização sectorial da região que os acolhe. Assim, a especialização sectorial não é um factor que condicione a fixação dos imigrantes em determinada região. Os imigrantes tendem sim a concentrar-se nas zonas com maiores níveis de rendimento, de desenvolvimento económico e humano e com uma estrutura populacional mais concentrada e urbanizada, entre outros aspectos.

Atendendo ao importante contributo da imigração para o rejuvenescimento da população portuguesa, que no longo prazo será ainda mais crucial, e ao potencial que constitui a mão-de-obra imigrante, é necessário repensar as formas de integração dos imigrantes no mercado de trabalho e na sociedade em geral, de modo a aproveitar as suas potencialidades e atenuar e evitar bolsas de pobreza e exclusão social. Deste modo, terão que ser criadas condições favoráveis à rentabilização destes recursos humanos disponíveis, à sua fixação (sobretudo em zonas de declínio demográfico) e à utilização do espírito de iniciativa que possuem, com vista a obterem-se ganhos de produtividade significativos, estimular o consumo e sobretudo criar dinâmicas de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

- Baganha, Maria Ioannis, Ferrão, João e Malheiros, Jorge (coord), *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*, IIEP, Relatório Final, 2 vols., 1998.
- Ferreira, Eduardo de Sousa, e Rato, Helena (2000), *Economia e Imigrantes: Contribuição dos Imigrantes para a Economia Portuguesa*, Celta Editora, Oeiras.
- Malheiros, Jorge (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa: Os Anos da Mudança.*, Edições Colibri, Lisboa.
- Malheiros, Jorge (2002a), "Portugal Seeks Balance of Emigration, Immigration", *Migration Information Source*, Migration Policy Institute.
- Malheiros, Jorge (2002b), "Nova imigração e desenvolvimento regional. Situação actual e oportunidades para as regiões portuguesas" in "Imigração e Mercado de Trabalho", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, nº 2, Departamento de Estudos, Prospectivas e Planeamento do Ministério da Segurança Social e Trabalho, pp. 69-87.
- Peixoto, João (2002), "Os mercados da imigração. Modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal" in "Imigração e Mercado de Trabalho", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, nº 2, Departamento de Estudos, Prospectivas e Planeamento do Ministério da Segurança Social e Trabalho, pp. 57-68.
- Rita, José Palma (2002), "Imigração económica e competitividade" in "Imigração e Mercado de Trabalho", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, nº 2, Departamento de Estudos, Prospectivas e Planeamento do Ministério da Segurança Social e Trabalho, pp. 37-55.

ANEXO



INDICADORES ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Os quadros aqui publicados constituem um resumo da informação disponível nos Boletins Trimestrais de Estatística produzidos pelas Direcções Regionais do INE. Para uma análise mais detalhada de cada região sugere-se a consulta dos referidos Boletins, disponíveis em <http://www.ine.pt>

CONSUMO PRIVADO

Consumo Privado (Inquérito de Conjuntura aos Consumidores)		Indicador de Confiança dos Consumidores	Situação económica do agregado familiar nos próximos 12 meses	Situação económica geral do país nos próximos 12 meses	Perspectiva de evolução do desemprego nos próximos 12 meses	Oportunidade de realização de poupança nos próximos 12 meses
		SRE	SRE	SRE	SRE	SRE
Continente	2002	-34,0	-17,4	-34,6	42,4	-41,8
	3ºTrim.2002	-36,3	-18,0	-35,0	47,5	-45,0
	4ºTrim.2002	-42,1	-22,9	-42,8	56,8	-45,9
Norte	2002	-30,6	-12,6	-34,6	42,6	-32,6
	3ºTrim.2002	-32,4	-13,1	-37,8	45,8	-33,1
	4ºTrim.2002	-37,0	-15,3	-42,3	54,9	-35,4
Centro	2002	-27,9	-13,4	-32,2	47,5	-18,6
	3ºTrim.2002	-29,8	-13,9	-29,8	52,1	-23,5
	4ºTrim.2002	-37,1	-19,7	-41,6	64,6	-22,7
Lisboa e Vale do Tejo	2002	-32,3	-17,4	-34,2	37,2	-40,3
	3ºTrim.2002	-34,4	-17,3	-34,8	43,0	-42,7
	4ºTrim.2002	-39,8	-22,5	-41,5	49,8	-45,5
Alentejo	2002	-44,0	-21,8	-34,1	49,4	-70,8
	3ºTrim.2002	-48,5	-24,7	-35,5	58,6	-75,3
	4ºTrim.2002	-57,5	-33,0	-45,8	71,6	-79,5
Algarve	2002	-36,9	-19,8	-40,4	35,0	-51,0
	3ºTrim.2002	-38,2	-20,2	-37,2	38,3	-52,4
	4ºTrim.2002	-40,8	-28,2	-48,6	43,3	-51,8

SRE - Saldo de Respostas Extremas

INVESTIMENTO

Investimento		Licenças de construção concedidas	Fogos licenciados em construções novas para habitação	Capital Social - novas sociedades (1)	Capital Social - novas sociedades (1)	Constituição de novas Sociedades - Número (1)
		vh (%)	vh (%)	10 ⁶ Euros	vh (%)	vh (%)
Portugal	2002	0,4	-9,8	1 813,6	39,4	-25,9
	3ºTrim.2002	3,3	-0,9	267,8	18,6	-35,9
	4ºTrim.2002	-5,4	-14,5	813,8	76,4	-45,7
Norte	2002	-1,6	-17,5	710,9	85,3	-32,1
	3ºTrim.2002	12,8	-3,1	43,7	-24,5	-60,4
	4ºTrim.2002	-22,3	-23,8	553,5	327,3	-44,8
Centro	2002	0,7	-1,3	130,3	-6,7	-20,1
	3ºTrim.2002	-3,9	-9,7	22,5	-37,9	-39,7
	4ºTrim.2002	4,3	-7,8	48,0	51,1	-36,3
Lisboa e Vale do Tejo	2002	-1,5	-7,5	x	x	-23,4
	3ºTrim.2002	-3,4	-11,5	x	x	-33,0
	4ºTrim.2002	-5,3	-30,0	x	x	-27,8
Alentejo	2002	7,7	-1,1	53,9	90,0	-13,4
	3ºTrim.2002	5,6	0,5	4,2	-2,0	-25,1
	4ºTrim.2002	-0,1	7,1	40,6	217,5	-18,5
Algarve	2002	3,0	-7,3	21,0	-8,2	-15,2
	3ºTrim.2002	-4,7	-31,6	1,6	-1,2	-21,4
	4ºTrim.2002	12,5	-9,4	2,7	-6,9	-26,0

vh: variação homóloga

(1) Os valores de Portugal referem-se ao total de sociedades constituídas.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Comércio Internacional		Exportações			Importações		
		Intra+Extra U.E. 15	Intra U.E. 15	Extra U.E. 15	Intra+Extra U.E. 15	Intra U.E. 15	Extra U.E. 15
		vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)
Portugal	2002	1,4	1,4	1,4	-4,0	x	x
	3ºTrim.2002	4,6	4,1	6,3	-1,4	x	x
	4ºTrim.2002	2,6	1,7	6,4	-3,4	x	x
Norte	2002	2,9	2,1	6,1	-2,5	2,6	-16,3
	3ºTrim.2002	5,0	2,5	14,3	2,4	9,5	-16,6
	4ºTrim.2002	7,9	5,7	13,0	2,8	6,9	-6,9
Centro	2002	5,4	6,8	-1,7	-5,1	-1,9	-19,3
	3ºTrim.2002	9,0	13,1	-7,5	-0,9	0,7	-7,9
	4ºTrim.2002	-1,3	-2,5	5,0	-7,7	-4,0	-22,8
Lisboa e Vale do Tejo	2002	-1,9	-1,9	-2,0	-4,9	-2,5	-14,3
	3ºTrim.2002	1,6	0,9	4,8	-2,9	-1,5	-8,6
	4ºTrim.2002	-2,2	-1,6	-4,6	-8,0	-6,8	-12,5
Alentejo	2002	-16,8	-18,8	-12,8	1,9	-1,8	3,7
	3ºTrim.2002	3,0	8,5	-9,3	-6,8	28,9	-19,0
	4ºTrim.2002	18,0	16,4	21,9	13,2	25,9	6,1
Algarve	2002	-1,2	10,4	-39,3	-1,2	-1,7	1,7
	3ºTrim.2002	-6,1	19,4	-62,3	-10,0	-12,3	10,3
	4ºTrim.2002	-2,2	15,5	-56,9	1,8	-0,6	30,1

vh: variação homóloga

EMPREGO E DESEMPREGO

Emprego e Desemprego		População Empregada			Emprego por ramo de actividade			Indivíduos Desempregados	Taxa de Desemprego
		Total	Homens	Mulheres	Indústria (2)	Construção	Serviços		
		vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)	vh (%)	milhares
Portugal	2002	0,2	-0,1	0,5	-4,1	6,2	1,2	272,3	5,1
	3ºTrim.2002	0,5	0,0	1,0	-4,1	8,3	1,4	276,1	5,1
	4ºTrim.2002	-1,2	-1,5	-0,9	-4,8	4,5	-1,0	331,8	6,2
Norte	2002	-0,8	-0,9	-0,6	-4,2	4,1	2,2	92,8	4,9
	3ºTrim.2002	-1,4	-1,1	-1,7	-6,8	7,7	1,6	103,4	5,4
	4ºTrim.2002	-3,0	-3,1	-2,9	-5,1	2,8	-2,0	118,3	6,2
Centro	2002	0,8	0,8	0,8	0,9	x	3,2	31,2	3,0
	3ºTrim.2002	3,1	2,6	3,7	5,5	x	5,4	25,9	2,5
	4ºTrim.2002	1,1	0,9	1,2	4,7	x	0,6	39,1	3,7
Lisboa e Vale do Tejo	2002	0,0	-0,3	0,4	-4,5	9,7	-0,6	116,2	6,5
	3ºTrim.2002	0,4	-0,4	1,4	-5,1	9,0	-0,1	113,7	6,4
	4ºTrim.2002	-1,5	-2,0	-0,9	-8,1	6,0	-1,7	135,9	7,6
Alentejo	2002	1,0	-0,1	2,5	3,8	x	-0,3	16,2	6,6
	3ºTrim.2002	0,2	-0,8	1,5	4,2	x	-0,9	17,8	7,4
	4ºTrim.2002	-0,4	-1,1	0,7	0,4	x	0,0	19,7	8,0
Algarve	2002	1,7	0,9	2,6	1,4	x	0,6	10,4	5,3
	3ºTrim.2002	1,2	0,3	2,2	1,7	x	-0,8	9,3	4,7
	4ºTrim.2002	0,9	0,9	1,0	5,2	x	-0,9	13,6	6,9

vh: variação homóloga

(2) Os valores das regiões Centro, Alentejo e Algarve reportam à Indústria e Construção, em conjunto.

PREÇOS

Preços		Preços no Consumidor
		vh (%)
Portugal	2002	3,6
	3ºTrim.2002	3,6
	4ºTrim.2002	4,0
Norte	2002	3,7
	3ºTrim.2002	3,6
	4ºTrim.2002	3,9
Centro	2002	3,6
	3ºTrim.2002	3,6
	4ºTrim.2002	4,1
Lisboa e Vale do Tejo	2002	3,5
	3ºTrim.2002	3,6
	4ºTrim.2002	4,1
Alentejo	2002	3,7
	3ºTrim.2002	3,8
	4ºTrim.2002	3,9
Algarve	2002	3,8
	3ºTrim.2002	3,8
	4ºTrim.2002	4,3

vh: variação homóloga

Preços	Preços no Consumidor		
	variação média dos últimos doze meses	variação homóloga	variação mensal
Out. 2002	3,6	4,0	0,7
Nov. 2002	3,6	4,1	0,7
Dez. 2002	3,6	4,0	0,2
Out. 2002	3,8	3,8	1,0
Nov. 2002	3,7	3,9	0,7
Dez. 2002	3,7	3,9	0,1
Out. 2002	3,6	3,7	0,4
Nov. 2002	3,6	4,1	0,9
Dez. 2002	3,6	4,1	0,3
Out. 2002	3,4	4,2	0,6
Nov. 2002	3,4	4,0	0,8
Dez. 2002	3,5	4,1	0,2
Out. 2002	3,7	3,8	0,3
Nov. 2002	3,7	4,0	0,5
Dez. 2002	3,7	3,9	0,0
Out. 2002	3,8	4,4	0,4
Nov. 2002	3,8	4,3	0,5
Dez. 2002	3,8	4,2	0,4

TURISMO

Turismo		Estabelecimentos Hoteleiros		
		Dormidas	Hóspedes	Taxa de Ocupação-Cama
		vh (%)	vh (%)	vcs (%)
Portugal	2002	- 3,2	- 0,3	41,0
	3ºTrim.2002	- 0,1	3,8	41,7
	4ºTrim.2002	- 1,7	1,3	40,0
Norte	2002	9,1	9,4	29,6
	3ºTrim.2002	12,1	14,6	29,6
	4ºTrim.2002	11,0	9,1	30,0
Centro	2002	- 5,1	- 2,4	
	3ºTrim.2002	- 2,8	- 1,1	26,4
	4ºTrim.2002	- 3,6	- 4,4	27,9
Lisboa e Vale do Tejo	2002	- 2,8	- 3,6	x
	3ºTrim.2002	- 1,5	- 2,3	38,2
	4ºTrim.2002	- 9,9	- 5,1	37,9
Alentejo	2002	- 4,5	- 1,1	x
	3ºTrim.2002	- 14,8	- 10,3	33,9
	4ºTrim.2002	- 16,8	- 17,0	30,5
Algarve	2002	7,3	3,6	- 44,1
	3ºTrim.2002	- 4,7	- 2,1	42,4
	4ºTrim.2002	- 5,1	- 4,3	44,3

vh: variação homóloga

vcs: Valores corrigidos de sazonalidade

MANIFESTO EDITORIAL DA REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

1. A Revista Portuguesa de Estudos Regionais (RPER) é uma iniciativa conjunta do Instituto Nacional de Estatística e da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR).
2. O objectivo principal da RPER é a divulgação da investigação sobre a realidade portuguesa na área interdisciplinar dos estudos regionais, locais e urbanos.
3. Na origem da RPER está a constatação de que existe, em Portugal, um vasto leque de pessoas, nomeadamente nas instituições do ensino superior e nos organismos regionais e locais da administração, que se dedicam profissionalmente a esta área e para as quais esta revista será, decerto, um meio privilegiado de comunicação, informação e partilha de experiências.
4. O público-alvo da revista será constituído pelas pessoas com formação de nível superior em áreas onde é relevante a questão do espaço e do território: economistas, urbanistas, sociólogos, juristas, etc.
5. Os artigos a publicar na Revista devem ser escritos numa linguagem e num estilo acessíveis a todo público-alvo definido no ponto anterior, ainda que a análise empreendida exija o conhecimento de técnicas menos vulgarizadas.
6. A RPER apenas publicará artigos em língua portuguesa ou, ocasionalmente, em língua inglesa.
7. Será dada especial prioridade a contributos e artigos que explorem informação estatística fidedigna e actualizada.
8. Apesar do seu público-alvo não se restringir ao mundo académico, a aposta da RPER assenta na garantia da qualidade científica dos artigos que publica. Para esse efeito, a revista adoptará um sistema de “referees”.
9. A RPER será dirigida por uma Direcção Editorial composta por três pessoas designadas pelo INE e pela APDR e terá um Conselho Editorial, composto por especialistas na sua área temática.
10. Os artigos submetidos à Direcção Editorial para publicação serão sempre avaliados (anonimamente) por dois especialistas na área convidados para o efeito pela Direcção Editorial. Em primeira instância, a Direcção Editorial poderá socorrer-se dos membros do Comité Editorial para esta tarefa. Os comentários dos avaliadores serão sempre enviados aos autores das propostas de artigo, que poderão reformular o texto e voltar a submetê-lo a apreciação.
11. A responsabilidade pela aprovação e reprovação de propostas de artigo é exclusivamente da Direcção Editorial e a sua decisão é sempre inapelável.
12. Só serão aceites para avaliação artigos que nunca tenham sido publicados em nenhum suporte (outra revista ou livro, incluindo livros de Actas). A única excepção admissível é ter sido divulgada uma versão anterior do artigo submetido em séries do tipo “working papers” (electrónicas ou em papel).

NORMAS PARA OS ARTIGOS A SUBMETER À REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

A. NORMAS RESPEITANTES À ACEITAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

1. Só serão aceites para avaliação artigos que nunca tenham sido publicados em nenhum suporte (outra revista ou livro, incluindo livros de Actas). A única excepção admissível é ter sido divulgada uma versão anterior do artigo submetido em séries do tipo “working papers” (electrónicas ou em papel).
2. Ao enviar uma proposta de artigo para a Revista, os autores devem renunciar explicitamente a submetê-la para publicação a qualquer outra revista ou livro até à conclusão do processo de avaliação. Para o efeito deverão sempre enviar, juntamente com o artigo que submetem, uma declaração assinada neste sentido. No caso de recusa do artigo pela Direcção Editorial, os autores ficarão livres para o publicar noutra parte.
3. Os artigos submetidos à Direcção Editorial para publicação serão sempre avaliados (anonimamente) por dois especialistas na área convidados para o efeito pela Direcção Editorial. Os dois avaliadores farão os comentários que entenderem ao artigo e classificá-lo-ão de acordo com critérios definidos pela Direcção Editorial. Os critérios de avaliação procurarão reflectir a originalidade, a consistência, a legibilidade e a correcção formal do artigo. No prazo máximo de 10 semanas após a submissão do artigo, os seus autores serão contactados pela Direcção Editorial

do resultado da avaliação feita. O processo de avaliação tem três desenlaces possíveis:

- (1) o artigo é admitido para publicação tal como está (ou com meras alterações de pormenor) e é inserido no plano editorial da revista. Neste caso, a data previsível de publicação será de imediato comunicada aos autores.
- (2) o artigo é considerado aceitável mas sob condição de serem efectuadas alterações significativas na sua forma ou nos seus conteúdos. Neste caso, os autores disporão de um máximo de 6 semanas para, se quiserem, procederem aos ajustamentos propostos e para voltarem a submeter o artigo, iniciando-se, após a recepção da versão corrigida, um novo processo de avaliação.
- (3) o artigo é recusado.

As decisões que a Direcção Editorial tomar com base nos pareceres recolhidos são soberanas e inapeláveis para qualquer outro órgão.

4. Assim que esteja feito o trabalho de formatação gráfica prévio à publicação do artigo na revista, serão enviadas ao autor as respectivas provas tipográficas para revisão. As eventuais correcções que este quiser fazer terão de ser devolvidas à Direcção Editorial no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da sua recepção.

5. Ao autor ou a cada um dos co-autores de cada artigo aceite será oferecido um exemplar do número da Revista em que o artigo foi publicado e cinco separatas do artigo.
6. Os originais, depois de formatados de acordo com as presentes normas, não poderão exceder as 30 páginas, incluindo a página de título, a página de resumo, as notas, os quadros, gráficos e mapas e as referências bibliográficas. Serão liminarmente recusados todos os artigos que ultrapassem este limite.
7. As propostas de artigo deverão ser enviadas, pelo correio, para o Secretariado Técnico da Revista: APDR - Apartado 3060, 3001-401 COIMBRA - PORTUGAL. Para informações ou para a comunicação posterior os contactos do Secretariado Técnico são os seguintes: telefone: 239 820 938, fax: 239 820 750, e-mail: rper@ine.pt.
11. As eventuais figuras e quadros deverão ser disponibilizados de duas formas distintas: por um lado devem ser colocados no texto, com o aspecto pretendido pelos autores. Para além disso, deverão ser disponibilizados em ficheiros separados: os quadros, tabelas e gráficos serão entregues em *Microsoft Excel for Windows*, versão 97 ou posterior (no caso dos gráficos deverá ser enviado tanto o gráfico final como toda a série de dados que lhe está na origem, de preferência no mesmo ficheiro e um por *worksheet*); para os mapas deverá usar-se um formato vectorial em *Corel Draw* (versão 9 ou posterior)

B. NORMAS RESPEITANTES À ESTRUTURA DOS ARTIGOS

8. Os autores deverão enviar o artigo completo (conforme os pontos seguintes) em disquette, CD-Rom ou por e-mail para o endereço que consta no ponto 7.
9. Os textos deverão ser processados em *Microsoft Word for Windows* (versão 97 ou posterior). O texto deverá ser integralmente a preto e branco.
10. Na publicação os gráficos, mapas, diagramas, etc. serão designados por “figuras” e as tabelas por “quadros”. Admite-se, nas figuras e nos quadros, a utilização de escalas de uma segunda cor (ex: laranja).
12. As expressões matemáticas deverão ser tão simples quanto possível. Serão apresentadas numa linha (entre duas marcas de parágrafo) e numeradas sequencialmente na margem direita com numeração entre parêntesis curvos. A aplicação para a construção das expressões deverá ser ou o *Equation Editor (Microsoft)* ou o *MathType*.
13. Salvo casos excepcionais, que exigem justificação adequada a submeter à Direcção Editorial, o número máximo de co-autores das propostas de artigo é três.
14. O texto deve ser processado em página A4, com utilização do tipo de letra *Times New Roman* 12, a um espaço e meio, com um espaço após parágrafo de 6 pt. As margens superior, inferior, esquerda e direita devem ter 2,5 cm.
15. A primeira página conterá exclusivamente o título do artigo, bem como o nome, morada, telefone, fax e e-mail do autor, com indicação das funções exercidas e da instituição a que pertence. No caso de vários autores deverá aí indicar-se qual o contacto para toda a correspondência da Revista.

16. A segunda página conterá unicamente o título e dois resumos do artigo, um em português e outro inglês, com um máximo de 800 caracteres cada, seguidos de um parágrafo com indicação, em português e inglês, de palavras-chave até ao limite de 8 em cada língua. Os dois resumos são obrigatórios.
17. Na terceira página começará o texto do artigo, sendo as suas eventuais secções ou capítulos numerados sequencialmente utilizando apenas algarismos (não deverão utilizar-se nem letras nem numeração romana).
18. Cada uma das figuras e quadros deverá conter uma indicação clara da fonte e ser, tanto quanto possível, compreensível sem ser necessário recorrer ao texto. Todos deverão ter um título e, se aplicável, uma legenda descritiva.
19. A forma final das figuras e quadros será da responsabilidade da Direcção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

C. NORMAS RESPEITANTES ÀS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

20. A "Bibliografia" a apresentar no final de cada artigo deverá conter exclusivamente as citações e referências bibliográficas efectivamente feitas no texto.
21. Salvo em circunstâncias excepcionais, que deverão ser aduzidas pelos autores e sujeitas a decisão da Direcção Editorial, o número máximo permitido de referências bibliográficas é 25.
22. Para garantir o anonimato dos artigos, o número máximo de citações de obras do autor do artigo (ou de cada um dos seus co-autores) é três e não são permitidas expressões que possam denunciar a autoria tais como, por exemplo,

"conforme afirmámos em trabalhos anteriores (cfr. Beterraba (1998: 3))".

23. Os autores citados ao longo do texto serão indicados pelo apelido seguido, entre parêntesis curvos, do ano da publicação, de ":" e da(s) página(s) em que se encontra a citação. Por exemplo: ao citar-se "Batata (1973: 390-93)": está-se a referir a obra escrita em 1973 pelo autor "Batata", nas páginas 390 a 393. Deverá usar-se "Batata (1973: 390-93)" e não "BATATA (1973: 390-93)". No caso de uma mera referência do autor bastará indicar "Batata (1973)".
24. No caso de o mesmo autor ter mais de um trabalho do mesmo ano citado no artigo, indicar-se-á a ordem da citação, por exemplo: Nabo (1983a: 240) e Nabo (1983b: 232).
25. As referências bibliográficas serão listadas por ordem alfabética dos apelidos dos respectivos autores no fim do manuscrito. O nome será seguido do ano da obra entre parêntesis, e da descrição conforme com a seguinte regra geral:

MONOGRAFIAS:

Cenoura, Hermenegildo (1997a), *A Teoria dos Legumes*, Alcarraques, Editora da Horta

COLECTÂNEAS:

Galega, Couve (1992), "Herbicidas e estrumes" in Feijão, Brunilde (coord), *Teoria e Prática Hortícola*, Mem Martins, Quintal Editora, pp. 222-244

ARTIGOS DE REVISTA:

Nabiça, Brites (1999), "Leguminosas Gostosas" in *Revista Agrícola*, Vol. 32, nº 3, pp. 234-275

26. A forma final das referências bibliográficas será da responsabilidade da Direcção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

